

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Naiane Rodrigues da Silva

**Associação Nossa Senhora das Candeias: maternagem e
movimento de mulheres pretas (1980 - 2004)**

Feira de Santana
2019

Naiane Rodrigues da Silva

**Associação Nossa Senhora das Candeias: maternagem e
movimento de mulheres pretas (1980 - 2004)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Andrea da Rocha Rodrigues P. Barbosa

TERMO DE APROVAÇÃO

Naiane Rodrigues da Silva

**Associação Nossa Senhora das Candeias: maternagem e
movimento de mulheres pretas (1980 - 2004)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História do Programa de Pós-Graduação em História da UEFS, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dra. Andrea da Rocha Rodrigues P. Barbosa – UEFS (orientadora)

Prof. Dra. Ione Celeste de Sousa – UEFS

Prof. Dr. Eurelino Coelho – UEFS

Feira de Santana, 25 de setembro de 2019

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

S581a Silva, Naiane Rodrigues da
Associação Nossa Senhora das Candeias : maternagem e movimento
de mulheres pretas (1980-2004) / Naiane Rodrigues da Silva. - 2019.
119 f.: il.

Orientadora: Andrea da Rocha Rodrigues Pereira Barbosa.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana,
Programa de Pós-Graduação em História, 2019.

1. Movimentos sociais - Feira de Santana (BA). 2. Associação Nossa
Senhora das Candeias (BA) - História. 3. Trabalhadoras rurais. 4. Mulheres
- Condições sociais. I. Barbosa, Andrea da Rocha Rodrigues Pereira, orient.
II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 323.1(814.22)

Dedicatória

Aquela que sempre foi força e referência para a toda a família. Aquela que foi e ainda é inspiração na comunidade: Dona Dinha. Mãe, avó e líder comunitária.

A Dona Nem e Dona Vera pelo exemplo, e por todas as faces e identidades que uma mulher assume ao longo da vida na busca pela sobrevivência.

A todas as mulheres que construíram a Associação Nossa Senhora das Candeias.

Agradecimentos

Minha eterna gratidão ao Universo e todas as boas energias que me sustentaram nesse processo. A minha família, meu pai e minha mãe, que são as bases de tudo que sou hoje. A Rebeca, que mesmo tão pequena, encheu os meus dias de alegria. Nos anos mais difíceis de minha vida, minha família foi antes de tudo meu porto seguro. Gratidão a minha avó, dona Maria José, que antes de ser fonte nesta pesquisa foi a minha motivação. A emoção dela por estar de alguma forma eternizando a associação foi o combustível que me manteve até aqui. Gratidão a Dona Nem, a Dona Vera, Dona Dedé e Seu Firmino e a Rosangela que sempre me receberam muito bem em suas casas. Me permitiam invadir um pouco da intimidade e da rotina deles para que esta pesquisa pudesse ser realizada.

Agradeço as minhas amigas de infância Taila, Mailine e Tallyta por toda a compreensão, apoio e por tantas sessões de terapia. Aos amigos que fiz na graduação e que sigo levando para vida, Alisson, Carine, Cida, Junior, Maria Alice, Vicência, Salvador e Thaylane em especial por todos os desabafos, ajudas e transcrições. A Ricardo e Hellen, o casal mais inspirador. Aos colegas de mestrado que tornaram esse momento um pouco mais leve e divertido. As melhores surpresas desse curso Patrícia, Anne e Anila, “as minas do Nina”, que me proporcionaram tantos risos, discussões, incentivos, afetividade, respeito e apoio. Ao grupo Nina Simone que surgiu da necessidade de discutir e se tornou uma família, uma terapia e um espaço de apoio. Agradeço ainda as pessoas que entraram em minha vida nesse período e muito me apoiaram. Juliendrios e Henrique, os quais a escuta, leitura, paciência, revisão e edição foram cruciais. E a todos os meus alunos que entenderam e respeitaram todas as dores de cabeça e sonolências pelas noites perdidas.

Gratidão aos professores que se fizeram presente nessa caminhada, facilitando o aprendizado. A Coordenação do mestrado e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio que tornou viável a realização desse curso e da pesquisa. A banca, Dra. Ione Sousa e Dr. Eurelino Coelho, pela disposição e pelas contribuições neste processo. E a Dra. Andrea Barbosa que além de orientadora foi minha amiga nesses anos. Obrigada pelo respeito com o qual a Senhora me tratou enquanto aluna, enquanto pessoa e por toda a paciência e cuidado que teve ao lidar comigo e com minha pesquisa.

Resumo

Esta dissertação apresenta os resultados de uma pesquisa sobre movimento de mulheres negras trabalhadoras rurais na cidade de Feira de Santana entre os anos de 1987 a 2002. A pesquisa busca identificar como as vivências das mulheres moradoras do bairro Lagoa Salgada foram guiadas pela maternagem e as levaram a desenvolver uma luta política que culminou com a criação da Associação Nossa Senhora das Candeias. Para tanto, desenvolvo uma análise sobre a construção do pertencimento com a comunidade a partir da ideia de empoderamento, acreditando que a motivação maior para o desenvolvimento do movimento tenha sido a maternagem e não os ideais feministas. A pesquisa busca identificar como as mulheres fazem da sua vida privada uma luta coletiva no âmbito público, desenvolvendo não só a si, mas a comunidade na qual pertencem.

Palavras-chave: trabalhadoras rurais – pretas – movimento de mulheres – maternagem – Lagoa Salgada – Feira de Santana (1987-2002).

Abstract

This dissertation presents the results of a research on the movement of black women rural workers in the city of Feira de Santana from 1987 to 2002. The research aims to identify how the experiences of women living in Lagoa Salgada were guided by mothering and led them to develop a political struggle that culminates in the creation of Nossa Senhora das Candeias Association. To this, I develop an analysis on the construction of belonging with the community, on empowerment believing that the main motivation for the development of the movement was mothering. The research seeks to identify how women make their private life a collective struggle in the public sphere, developing not only themselves but the community in which they belong.

Keywords: rural workers – black women – women's movement – motherhood – Lagoa Salgada – Feira de Santana (1987-2002).

Lista de siglas e abreviaturas

ASCONSECA	Associação Comunitária Nossa Senhora das Candeias
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
MOC	Movimento de Organização Comunitária
SIM	Serviço de Integração de Migrante
STRFS	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana

Lista de Figuras

Figura 1- Magalhães (2009)	26
Figura 2 - Distrito Sede de Feira de Santana e os demais distritos em 1938.....	29
Figura 3 - Distrito sede de Feira de Santana e os demais distritos em 1985. Local sede da associação marcado em preto.....	31
Figura 4 - Cartilha de Documentação da Mulher Rural produzida pelo MMTR – BA. Arquivo privado da Associação Nossa Senhora das Candeias.....	52
Figura 5 - Cartilha de Documentação da Mulher Rural produzida pelo MMTR – BA. Arquivo privado da Associação Nossa Senhora das Candeias.....	53
Figura 6 - Cartilha de Documentação MMTR – p.16.....	55
Figura 7 - Vista das primeira página da Lista de Frequência, ano 1994. Acervo privado da Associação Comunitária Nossa Senhora das Candeias.....	80
Figura 8 - Lista com os nomes dos membros do grupo de Idosos de 1990. Acervo Privado da Associação Nossa Senhora das Candeias.....	81
Figura 9 - Lista da Frente Produtiva da Comunidade de N. S. das Candeias. Acervo Provado da Associação Nossa Senhora das Candeias.....	83
Figura 10 - Declaração de doação de terra para a construção da associação. Acervo privado da Associação Nossa Senhora das Candeias.....	89
Figura 11 - Apostila MOC. Acervo privado da Associação Nossa Senhora das Candeias.....	93
Figura 12 - Vista da primeira página da Lista de Frequência de 1994. Acervo Privado da Associação Nossa Senhora das Candeias.....	95
Figura 13 - Vista da segunda página da Lista de Frequência de 1994. Acervo Privado da Associação Nossa Senhora das Candeias.....	96
Figura 14 - Vista da segunda página da Lista de Frequência de 1994. Acervo Privado da Associação Nossa Senhora das Candeias.....	97
Figura 15- Vista da primeira página do Controle de Pagamento do ano de 1994. Acervo Privado da Associação Nossa Senhora das Candeias.....	99
Figura 16 - Vista da última página do Controle de Pagamento do ano de 1994. Acervo Privado da Associação Nossa Senhora das Candeias.....	100
Figura 17 - Ofício à Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana. Acervo privado da Associação Nossa Senhora das Candeias.....	101
Figura 18 - Abaixo assinado enviado ao SAC. Acervo Privado da Associação Nossa Senhora	

das Candeias.....	103
Figura 19- Ofício enviado ao Secretário Municipal de Transportes, ano de 2000. Acervo Privado da Associação Nossa Senhora das Candeias.....	105
Figura 20 - Ofício para o Prefeito, ano de 2000. Acervo Privado da Associação Nossa Senhora das Candeias.....	106
Figura 21 - Ofício para o Deputado Estadual Tarcisio Pimenta, ano de 2000. Acervo Privado da Associação Nossa Senhora das Candeias.....	108

SUMÁRIO

Lista de siglas e abreviaturas	9
Lista de Figuras	10
Introdução	13
<u>CAPÍTULO 1</u>	<u>19</u>
<u>A PRINCESA CAMPONESA: FEIRA DE SANTANA ENTRE O RURAL E O URBANO.</u>	<u>19</u>
1.1. A PRINCESA QUER SER RAINHA: EXPANSÃO TERRITORIAL EM FEIRA DE SANTANA.	22
1.2. DE POVOADO A DISTRITO	27
1.3. IDENTIDADES E CONSTRUÇÕES.	36
<u>CAPÍTULO 2:</u>	
<u>O COTIDIANO DAS MULHERES DO BAIRRO DE LAGOA SALGADA</u>	<u>44</u>
2.1. UMA LUTA DE GÊNERO, UMA LUTA DE MULHERES	49
2.2. “SE EU FIZ TEM QUE TER MEU NOME”	57
2.3. “POR ISSO QUE ELES ME ACHAM, ME CHAMAM: DONA, DOUTORA DINHA”	65
<u>CAPÍTULO 3:</u>	
<u>“E QUANDO EU MORRER EU QUERO SER VELADA LÁ”: A ASSOCIAÇÃO FEMININA, NEGRA E MATERNA.</u>	<u>71</u>
3.1. “A GENTE QUE É PRETA NÉ?”	73
3.2. A ASSOCIAÇÃO	79
3.2.1. DÉCADA DE 1980: “EU DOEI O TERRENO PORQUE EU ACREDITAVA NA ASSOCIAÇÃO”	87
3.2.2. DÉCADA DE 1990: “NESSA ÉPOCA QUANDO VEIO A DELEGACIA PRA AQUI, NINGUÉM AQUI SABIA LER, NÃO SABIA NADA.”	91
3.2.3. OS ANOS 2000 A 2002	104
Considerações Finais	110
Lista de fontes	113
Referências	116

Introdução

Subjetividade. Um dos maiores receios desta pesquisadora foi também o maior motivador desta pesquisa. O conselho dado pela orientadora, pela banca de qualificação e pelos amigos que acompanharam a escrita desse texto sempre foi “nunca negue sua subjetividade”. E é por ela que começo a descrever este trabalho visto que meu vínculo com esta pesquisa vai além do institucional pesquisador x objeto de pesquisa. O recorte espacial desta pesquisa é também minha moradia, as pessoas que aqui aparecem como depoentes são minhas “vizinhas”, conhecidas, familiares. Dona Dinha, é minha avó materna; Dona Vera, minha rezadeira; Dona Nem, uma amiga da família. A Sra. Rosângela é minha mãe. Além da aproximação com as depoentes, com o espaço, meu vínculo é também o de pertencimento. Cresci frequentando as reuniões da associação, brincando nas ruas do bairro, meus familiares estão aqui, minhas lembranças de infância também.

Definir o meu lugar de fala é importante, pois ajuda o leitor a compreender as opções que fiz ao trabalhar com essa temática e as perspectivas nas quais este texto foi escrito. Do ponto de vista ético não farei aqui grandes análises, visto que a relação entre o fazer história e a subjetividade do historiador já foi debatida por grandes profissionais desta área. Concordo, no entanto, com a ideia defendida pelo professor Eurelino na comunicação “Para a crítica de certa razão histórica: sobre o método e os historiadores”, apresentada no V Colóquio Internacional Marx e Engels, de que a metodologia por si só não exime o historiador de lidar com sua subjetividade e, nem garante a naturalidade dos resultados. Mas, apresenta uma possibilidade de lidar com prática de ser e de fazer história quando compreende não só o seu objeto, como também o seu arcabouço teórico.

Assim, esta pesquisa tem como tema mulheres negras e trabalhadoras rurais e, busca compreender como as mesmas, através de suas vivências, construíram e mantiveram a Associação Comunitária Nossa Senhora das Candeias que se encontra em funcionamento no bairro Lagoa Salgada, cidade de Feira de Santana – BA, entre os anos de 1980 a 2004. Da mesma forma que visa entender os efeitos das ações dessas mulheres no cotidiano dessa comunidade.

O recorte temporal desta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender o contexto no qual essas mulheres estão inseridas. Ainda que a associação tenha sido fundada efetivamente em 1987, recua-se até o início dos anos 1980, refazendo o caminho de formação social e política das mulheres em questão. Nota-se que o movimento

organizado de mulheres trabalhadoras rurais em Feira de Santana teve início na década de 1980, no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana - STRFS¹. Vale ressaltar que no âmbito nacional esse período é marcado por constantes reivindicações pelo fim da ditadura militar no país e pelas lutas femininas e de grupos feministas pelos direitos das mulheres. Foi, porém, somente com a promulgação da Carta Constitucional do Brasil de 1988 através do Artigo 5º, I: “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”; (BRASIL, 2012. p. 13) e no Artigo 226, Parágrafo 5: “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher” (Ibidem, p.128), que as mulheres tiveram seus direitos e a igualdade perante os homens legalmente reconhecidos através da garantia dos direitos humanos.

No contexto local, de acordo com os estudos de Jesus (2008) sobre as relações de gênero no STRFS², foi em meados dos anos 1980 que as mulheres intensificaram suas ações e chegaram a criar o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da região. Ainda de acordo com esta autora, as pautas desse movimento iam desde a sindicalização da mulher trabalhadora rural de forma independente de seus respectivos representantes/responsáveis masculinos, até a busca do direito a Previdência Social³. É buscando compreender e situar as lutas dessas mulheres negras e rurais num contexto mais amplo de reivindicações que esta pesquisa inicia, investigando o ambiente rural onde essas mulheres moram e desenvolvem a sua luta. Foi necessário recuar até os anos de 1980 para entender como o espaço construiu as vivências dessas mulheres. O marco cronológico final não visa à conclusão da temática e nem das possibilidades de pesquisa, mas compreender a formação de um movimento carregado de especificidades por ser feminino, negro e rural.

Dessa forma, foi seguindo os rastros encontrados nas fontes que procurei produzir não só uma narrativa histórica sobre o contexto de formação política das trabalhadoras rurais da Lagoa Salgada, como também a análise e a crítica do processo de formação e de amadurecimento dessa luta. Por amadurecimento entende-se os diferentes focos e interesses dessas mulheres que foram se modificando ao longo do tempo. Isto se torna possível à medida que o acervo documental da própria instituição guarda, dentre os seus

¹ Sobre o movimento de mulheres trabalhadoras rurais no sindicato ver JESUS, Tatiana Farias de. As lutas das trabalhadoras rurais e as relações de gênero no sindicato dos trabalhadores rurais de feira de Santana (1989-2002). 2008. Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder - Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

² Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana - STRFS

³ Direito social obrigatório aos trabalhadores formais brasileiros, mediante pagamento de taxas junto ao governo.

diversos registros, as solicitações de benefícios e serviços feitas junto aos órgãos públicos para a comunidade, não restringindo suas ações na busca pelas demandas específicas ao *labor* do trabalhador rural. Assim, delimita-se como marco temporal final desta pesquisa o ano de 2004, no qual as fontes não só demonstram como as ações dessa associação se voltam para o bem comum, tendo sempre como pauta a educação para os jovens e os serviços públicos; tais como transporte, fornecimento de energia e água, etc., mas também a alteração da designação de Lagoa Salgada de zona rural a bairro, motivado pela expansão territorial da cidade.

Faz-se importante ressaltar essa ampliação do alcance da Associação, visto que possibilita a demonstração de suas especificidades e demarca historicamente a luta dessas mulheres dentro do contexto que vivenciaram. Tomando como base a formação da Associação, percebe-se que as mulheres partem do que historicamente foi definido como obrigação feminina, a maternidade e o cuidado da família, para iniciarem suas lutas. Ser mulher, negra, mãe e trabalhadora rural marcou profundamente as experiências femininas de convivência e de formação política das mulheres envolvidas.

Importante demarcar, que ainda nos anos 1980 era vedada a filiação sindical das mulheres. A figura do marido e/ou do pai era crucial para o acesso a esses espaços, pois, este se apresentava como o representante legal feminino. Assim, só através de uma presença masculina o feminino se fazia presente no movimento sindical. Por isso, o cuidado com a família e, sobretudo, com os filhos foi o grande agente impulsionador para a formação do grupo que viria a fundar a Associação. Portanto, tendo como norte os filhos, a primeira das ações do grupo de mulheres foi a construção de uma escola, visto que as crianças da Lagoa Salgada precisavam ir até o centro da cidade ou a comunidade vizinha para poder estudar. De acordo com o livro “Resistir para Sobreviver: o trabalhador rural do município de Feira de Santana”, que se constitui enquanto fonte para esta pesquisa, a educação era uma das demandas sociais apontadas como indispensáveis para melhoria da vida no campo (OLIVEIRA, 1977, p.71). Os dados lidos na obra em questão tratam de uma realidade datada no decorrer dos anos 1990 uma vez que o mesmo foi publicado em 1997.

A pouca bibliografia sobre o espaço rural de Feira de Santana é mais um dos problemas que dificultou a pesquisa e a compreensão do que era o meio rural na cidade neste período. Historicamente o recorte espacial aqui utilizado, o bairro Lagoa Salgada onde a sede da associação está instalada, já pertenceu ao distrito de Humildes e ao distrito

de Jaíba até tornar-se bairro constituinte do distrito sede da cidade. As análises sobre as transformações espaciais do lugar vão ajudar a entender os motivos pelos quais as ações da Associação se estendiam as questões estruturais do bairro.

Acredito que delimitar historicamente os percursos legais que classificaram o local de estudo (Lagoa Salgada) ora em rural ora em urbano ao longo do tempo é que permitirá inseri-lo na narrativa da história da própria cidade. Expandir a compreensão e a escrita da história de Feira de Santana para as zonas rurais e mais afastadas do centro urbano e industrial permite reconhecer as múltiplas características, significações que compõe esse espaço. Não é dar voz e visibilidade, é reconhecer a importância, a autonomia, as lutas e estratégias de quem esteve literalmente à margem do ideal civilizador que marca a trajetória de Feira de Santana.

O primeiro capítulo analisa as relações que se estabelecem no território de Feira de Santana entre o rural e o urbano, dentro de um contexto de crescimento urbano e de urbanização⁴ elevada, que esta pesquisa se insere para compreender o espaço rural da Lagoa Salgada e suas particularidades. Objetivo entender esse espaço e o contexto no qual as mulheres negras e trabalhadoras rurais atuaram e possibilitaram não só a formação de uma Associação como também emancipação das mulheres da comunidade. Entendendo que se faz necessário historicizar não só a temática em si, mas os próprios artifícios usados nesta pesquisa é que se busca compreender as múltiplas significações do que é ser mulher, negra e trabalhadora rural. Sobretudo, num contexto no qual prevaleceu – e ainda prevalece – uma hierarquia social baseada na cor e no gênero que fundamenta as diversas relações no país.

Já o segundo capítulo, “O cotidiano das Mulheres do bairro Lagoa Salgada” apresenta, de forma mais detalhada, quem são as sujeitas dessa pesquisa. O objetivo é compreender como as vivências de cada uma as levou a formar um grupo que reivindicava para si e para a comunidade o direito à cidadania. Para tanto, recorre-se ao conceito de gênero defendido por Joan Scott para compreender as múltiplas relações no qual essas

⁴ Sobre a urbanização em feira de Santana, Freitas (2014) argumenta que entre os anos de 1959 a 1973 a expansão do centro e a ampliação urbana da cidade não se distancia das fontes naturais de água, seguindo sobretudo nas direções norte, sul, sudeste e leste. Esse fenômeno é delineado ainda no decorrer do tempo pelo projeto de urbanização da cidade no qual, segundo a autora, se consolida com a instalação do Centro Industrial do Subaé - CIS em 1970. A instalação do CIS representa um marco no desenvolvimento de Feira de Santana no que diz respeito à industrialização da cidade e ao grande crescimento populacional motivado pela disponibilidade de mão de obra. Cruz (1999), demonstra em sua pesquisa, que em consequência da implantação do CIS ocorreu uma queda na participação da feira semanal, além da delimitação do pequeno produtor rural a margem do crescimento comercial e industrial.

mulheres estavam inseridas. Entende-se o mesmo como “um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças sexuais” (SCOTT, 1995. p.86). Scott defende ainda que o gênero é construído através do parentesco, mas também da política e da organização política.

Busco analisar, através do gênero, as diversas instâncias nas quais a luta dessas mulheres se construiu, tanto no âmbito político propriamente dito, quanto nas estratégias e acordos que alteraram as relações de poder existentes, sobretudo, parentais. A análise se desenvolve sob uma perspectiva interseccional percebendo que não é possível compreender a sociedade brasileira sem considerar que a mesma foi historicamente construída através da exploração do negro, da mulher, do pobre e do trabalhador. Por isso o conceito de empoderamento se torna crucial para compreender como ocorreu o processo formativo das mulheres da Lagoa Salgada e como a o movimento foi construído. Para isso recorro as ideias de Sardenberg (2006) e de Berth (2018), pois estas me permitem visualizar que o empoderamento é individual e sobretudo, coletivo. O diálogo com Berth (2018) ajuda também a visualizar esse processo nas especificidades históricas que marcaram as experiências da população negra brasileira. Outros conceitos aparecem ao longo desta pesquisa como identidade e pertencimento, opto porém, por discuti-los em meio a escrita e as discussões facilitando assim a sua compreensão e aplicabilidade nesta pesquisa.

O terceiro capítulo traz uma análise voltada para as ações da Associação Nossa Senhora das Candeias. As fontes do acervo privado da instituição são cruciais, uma vez que permitem compreender quais foram às demandas e quais as formas de organização foram possíveis. Noto ainda que as estratégias utilizadas por essas mulheres para a organização do movimento, além de demonstrar efetivamente quem eram os participantes do movimento, indica a quem se destinava essa Associação.

Esta pesquisa lança mão ainda da História oral como metodologia de forma que se compreenda através das trajetórias e memórias das próprias trabalhadoras rurais, pois, como afirma Maurice Halbwachs (2013), toda memória é coletiva. Desta forma, percebe-se que a memória pertence não só ao indivíduo, mas ao contexto e ao coletivo com os quais partilha a vivência. Partilha-se ainda a compressão de Tânia Monteiro (1994) no tocante aos cuidados que devem ser mantidos durante todo o trabalho com a história oral, uma vez que a fonte é constituída de sentimentos e que suas memórias são antes de tudo construção emocional e social, são parte de sua identidade e do papel social que lhe foi

atribuído.

A escolha metodológica desta pesquisa me levou ainda por apresentar as mulheres pelos seus apelidos, como as próprias se chamam. É como elas se identificam e se apresentam na maioria das vezes. Com a permissão de todas elas sobre as informações aqui apresentadas, não utilizo nomes fictícios e nem oculto dados sobre a vida delas. Como elas mesmas disseram “se eu fiz tem que ter meu nome”. As transcrições aqui apresentadas também seguem a forma como as mesmas relatam as suas experiências e aparecem sempre em itálico e sem recuo, visto que a perspectiva que sempre desejei para narrar esta história é a de que elas possam contar as suas histórias, que elas sejam as narradoras.

CAPÍTULO 1

A Princesa Camponesa: Feira de Santana entre o rural e o urbano.

Para entender o movimento de mulheres é preciso antes entender a dinâmica de suas vidas. Esse capítulo visa apresentar a comunidade da Lagoa Salgada e entender como se deu a construção do pertencimento com esse espaço. Para tanto, inicio esta discussão com uma reflexão teórica acerca do conceito de rural. Tendo em vista a multiplicidade de concepções das quais o historiador pode lançar mão, inclusive da sua ciência vizinha, a geografia, essa delimitação conceitual se faz necessária. Muitas são as interpretações que encontrei ao pesquisar sobre esse conceito e, aqui, busco repensá-las criticamente e atentar para como elas se inserem na realidade pesquisada, permitindo uma compreensão do espaço, das identidades e das vivências nela vigentes.

Negando qualquer abordagem que se utilize somente de critérios econômicos e populacionais para conceituação do rural e do urbano, aproximo-me muita mais das concepções que pensam esses espaços como híbridos, permeados de interações mútuas. Rejeito, portanto, as definições administrativas impostas pelo Estado, as quais são produzidas de acordo com os seus interesses. Em sua perspectiva, o Estado delimita as áreas urbanas e rurais através do Decreto-lei n. 311 de 02.03.1938, determinando que elas devam ser utilizadas pelos órgãos federais. Em obra que discute os critérios de análise em censos, o IBGE declara que “como órgão federal, segue este dispositivo legal e, eminentemente, político-administrativo para classificar os espaços e sua população” (IBGE, 2017. p.38), e a “concepção de urbano e rural proposta no Decreto-lei n. 311/1938, em que o rural é definido ainda por exclusão à área urbana” (Idem, Ibidem. p.38).

No entendimento do Estado, o rural é reduzido ao que não é a cidade. As especificidades e a própria historicidade do rural na formação do país são negados e colocados como dependentes e anexos à cidade. Para Rua (2005), a concepção do Estado enfatiza o desenvolvimento tecnológico como base para a compressão do espaço, promovendo a construção do rural como agrícola, considerando apenas os níveis de produção. Ele argumenta que “a agricultura de exportação, tecnicamente avançada, tem sido privilegiada, enquanto a agricultura de mercado interno foi chamada de ‘agricultura de subsistência’”, e os pequenos agricultores (proprietários ou não), por sua vez, “foram considerados incapazes de acompanhar o progresso técnico, econômico e social”. (RUA,

2005. p. 48). O sistema capitalista se configura, então, como um fator que influência na definição do espaço através de sua produção, não reconhecendo as demais formas produtivas. Nessa perspectiva, os pequenos proprietários são, por conseguinte, excluídos e invisibilizados por não fazerem parte dos grandes complexos agroindustriais, mesmo que estejam “integrados diretamente à produção capitalista” (RUA, 2005. p. 48).

Outras perspectivas sobre a relação urbana e rural podem ser facilmente encontradas na produção acadêmica brasileira. Nomes como Graziano da Silva (2006) frequentemente aparecem nas discussões com uma análise de compreensão do “novo rural”, conceito defendido pelo autor, que parte da análise de fatores estruturais e espaciais como critérios de diferenciação para propor que o rural e o urbano não podem mais ser diferenciados. Ainda que ele reconheça que as atividades desenvolvidas pelos moradores de áreas rurais e a oferta de bens de serviço não sejam suficientes para compreender o espaço rural, a análise produzida por Silva (2006) retoma a ideia de uma urbanização uniforme, na qual o rural se apropria, inevitavelmente, de formas e atividades características da vida urbana.

Para Rua (2005), as críticas feitas a autores que seguem o conceito de novo rural partem do pressuposto de que:

[...] suas formulações não contemplam as diferenças existentes no próprio processo de modernização, deixando de perceber as especificidades e contradições nele contidas; atribuem uma racionalidade comum a todas as estratégias que estão por trás de práticas idênticas; não enfatizam as continuidades históricas entre os processos antigos e atuais, atribuindo a todos o caráter de novidade. (Ibidem. p.49).

Acrescendo à crítica de Rua (2005), acredito que a perspectiva de Graziano da Silva se apresenta incompleta para a pesquisa em questão, visto que não aborda o rural como espaço social, construído e significado pelos sujeitos e suas ações, tradições e significações do espaço. Ressalto, também, que apesar de concordar com muitas colocações de Rua, neste trabalho não dialogo integralmente com sua definição de “urbanidades no rural” para embasar minhas propostas de discussões. Da mesma forma, reconheço que Graziano da Silva levanta importantes reflexões e problemáticas, mas, simultaneamente, acredito que ele não alavanca uma análise que dê conta de perceber os (res) significados e as construções produzidas sobre esses espaços. Ambos os autores produzem análises que colocam as transformações do rural como consequência de um modelo de produção capitalista o que, portanto, cria um novo espaço, um “novo rural”, mas perpetua a ideia de que ele é derivado das percepções dos modos de vida urbanos.

Aproximando-me de uma perspectiva que vai conceituar o rural através de seu processo de reconstrução e significação, evoco, nesta pesquisa, as discussões de Maria José Carneiro (1998) para compreender o espaço rural não como único e singular, mas composto de “formas diferentes e universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos” (CARNEIRO, 1998. p.53). Para Carneiro, não se pode afirmar que a expansão dos modos de vida e produção urbana sobre o campo provoca uma “dissolução do agrário” ou uma homogeneização do modo e das condições de vida urbana sobre o rural, sobretudo porque as apropriações sobre esses espaços são construídas historicamente.

Carneiro (1998) argumenta ainda que as noções de rural e urbano, assim como a noção de ruralidade e a dualidade que lhes é intrínseca são representações sociais que “expressam visões de mundo e valores distintos, de acordo com o universo simbólico ao qual estão referidas, estando, portanto, sujeitas a reelaborações e apropriações diversas.” (Ibidem, p.60). Logo, não existe um único conceito que dê conta de compreender o rural e nem mesmo o urbano enquanto sua totalidade. O que pode ser analisado dentro dessa perspectiva é a constante relação de reestruturação de um modo de vida com base na incorporação de novos valores. Seria, portanto, “um movimento em dupla direção”, no qual há aproximação tanto no campo do rural quanto do urbano, promovendo não só um novo rural, mas um novo urbano. Esse movimento, ainda na esteira de Carneiro (1998), “pode vir a contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os vínculos com a localidade” (Ibidem, p.61).

É notável como o argumento da autora alinha a noção de espaço à de pertencimento, defendendo que as múltiplas relações entre cidade e campo agem não só na modificação de estruturas, mas na reelaboração e também no fortalecimento de modos de vida e na apreensão da realidade pelos sujeitos envolvidos. Logo, a ideia da identidade na significação do espaço, sobretudo na sua construção, aparece em seus argumentos como forma de se perceber e de se diferenciar dos demais grupos, fortalecendo um sentimento de pertencimento a determinada localidade. Essa identidade é construída de forma individual e coletiva, se expressando nas vivências e nos modos de vida do indivíduo e do grupo.

A proposta metodológica dessa autora, e que será utilizada nesta pesquisa, reside em:

[...] não congelarmos o conceito de camponês no modelo medieval, como uma categoria social estática e universal, incapaz de absorver e de acompanhar a dinâmica da sociedade em que se insere e de se adaptar às novas estruturas sem, contudo, abrir mão de valores, visão de mundo e formas de organização social definidas em contextos sócio-históricos específicos. (CARNEIRO, 1998. p.55).

Nessa perspectiva, devemos reconhecer, portanto, as identidades que se formaram e se formam no espaço, inserindo sujeitos no processo histórico, reconhecendo suas especificidades dentro de um amplo contexto de modernização e industrialização, que, por vezes, moldam novas configurações nas formas de vida e sociabilidades. Nesta pesquisa, esse conceito servirá para a análise de uma sociedade que buscou apagar as suas raízes rurais através de um desenvolvimento urbano/industrial para, assim, promover cada vez mais a ideia de sociedade moderna e civilizada.

1.1. A princesa quer ser rainha: expansão territorial em Feira de Santana.

Nos marcos temporais que delimitam este trabalho, isto é, 1980 a 2004, a sociedade feirense já possuía um forte comércio formal sustentado, principalmente, pela localização geográfica da cidade que a coloca como entreposto comercial. A feira livre ainda permanece viva pelas ruas, apesar de nesse período ter uma nova configuração por precisar se adaptar aos projetos políticos e econômicos de desenvolvimento da cidade. Projetos esses que visavam “limpar” as ruas do centro da cidade das muitas barracas e produtos comercializados ali. As décadas de 1960 e 1970 marcaram a divisão entre o pensamento e o desejo de se produzir um espaço cada vez mais urbano nessa cidade, e de um projeto de esquecimento e silenciamento do seu passado rural.

Já eram perceptíveis, no final da década de 1960, os esforços estadual e municipal no projeto de desenvolvimento da cidade de Feira de Santana. A criação do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) de 1968, como argumenta Oliveira, foi fundamentado em três pilares:

[...] dispor a cidade de uma infraestrutura mais moderna, proporcionando melhoria física e um maior aproveitamento do espaço urbano; desenvolver e integrar os três setores, primário secundário e terciário; e integrar a cidade nos caminhos da modernização e da civilização (OLIVEIRA, 2014, p. 56).

Para a autora esse plano contribuiu para organização dos espaços da cidade e do sistema viário, para a arrecadação de impostos e para o desenvolvimento do perfil industrial da cidade, que viria a ser consolidado na década seguinte. Destaca-se o último pilar no qual a expressão “caminhos da modernização e da civilização” expressa um desenho de transformações da cidade, no qual o que não se enquadrava seria o retrógrado, incivilizado. O civilizado neste período e contexto estava atrelado aos ideais urbanizadores que se pretendia para a cidade, portanto, o que se opunha a urbano, automaticamente, deixava de ser civilizado. Ao ponderar que a área sobre a qual esta pesquisa se debruça é, ainda nos

tempos desta escrita, predominantemente rural, questiono-me: seriam a Lagoa Salgada e seus moradores incivilizados para a elite feirense?

Oliveira argumenta que a instalação do Centro Industrial do Subaé (CIS) na década de 1970 elevou “a crença de que a expansão econômica do município estaria assegurada pela industrialização, que começava a fazer parte da história da cidade e, seguramente, traria transformações no seu tecido urbano. ” (Ibidem. p. 56). A crença não era infundada. A implementação do CIS, como muito já foi estudado pela bibliografia, foi um dos fatores responsáveis por promover também o crescimento populacional da cidade, pois foi buscando atender às demandas do nascente setor industrial que a expansão da cidade de Feira de Santana ocorreu nesse período. Ainda na década de 1960 foram iniciadas obras de construção de conjuntos habitacionais para abrigar os trabalhadores das indústrias, os condomínios Feira I e Feira II, locais que hoje se referem ao bairro Cidade Nova.

Freitas (2014) observa que a expansão territorial da cidade ocorria nos locais próximos ao centro comercial, principalmente na construção de bairros de classe média alta. Com a instalação do CIS as áreas internas ao Anel de Contorno Viário passaram por um processo de valorização, restringindo as áreas externas aos conjuntos habitacionais proletários e às populações de menor renda. É importante registrar outro fator que interferiu na expansão territorial de Feira de Santana na década de 1970, quando ocorreu a criação do *campus* da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) na atual Avenida Transnordestina, que, nesse mesmo período, levou a expansão para a área norte da cidade, influenciando na duplicação da rodovia BR 116 no Km 6, onde está localizada.

As pesquisas referentes ao espaço de Feira de Santana focam na expansão do espaço urbano, na modernização e na urbanização. Dessa forma, é recorrente encontrar o êxodo rural nas pesquisas como decorrente das transformações que almejavam o dito desenvolvimento da cidade. Freitas (2014) argumenta que:

Não há, portanto, discussão aprofundada sobre a expansão urbana fruto da produção que tem em seu alicerce o êxodo rural como um dos pilares das transformações do espaço, mas sabe-se que a implantação do CIS em 1970, contribuiu como atrativo populacional. ” (FREITAS, 2014. p.278).

Esse fato é observado por demais pesquisadores que se debruçam sobre as mutações populacionais de Feira de Santana. Novamente, como as pesquisas sobre esta cidade focam, sobretudo, na sua área urbana, é comum encontrar a migração unicamente como consequência do processo de industrialização da cidade, ou dos fluxos migratórios intermunicipais. Corroborando as ideias defendidas por Freitas (2014), Oliveira (2014)

argumenta

Até 1960, a população rural contribuía com mais de 50% do contingente demográfico do município, de modo que a partir desse período até os anos 2000 o percentual da população rural cai vertiginosamente (o equivalente a 68,03% em 1950, para 1,23% em 2000).

[...]

A implantação do CIS amplia o setor terciário e diminui o espaço de produção agrícola, evidenciando-se forte tendência de urbanização. (OLIVEIRA, 2014. P.67)

Nos estudos encontrados, a expansão territorial do município não é abordada, o que implica diretamente sobre o olhar e a percepção que se tem da sua população. Assim, embora os autores citados atribuam o aumento da população urbana ao êxodo rural motivado pelo processo de industrialização, acredito que essa perspectiva não dê conta de entender toda a complexidade da mudança territorial do ambiente rural em Feira de Santana. Diferentes perspectivas podem ser lidas sobre esse processo, no qual alguns autores sinalizam contraditoriamente a ideia de êxodo, a estabilização da população rural. Em sua dissertação sobre o distrito de Mantiba, atualmente bairro de Feira de Santana, Souza (2016) observa que houve uma estabilização da população rural ainda que esta tenha diminuído ao longo dos anos. Nas palavras do autor, “é o rural mostrando-se ainda pertencente a Feira de Santana, por mais urbana que ela seja na contemporaneidade. ” (SOUZA, 2016, p.102). Sua argumentação segue apresentando um diferente fator sobre os índices populacionais de Feira de Santana, a mudança no município. Para Souza, as mudanças quanto à forma da cidade são concretizadas pela Lei nº 4.548 de 1985 que fixa novos limites interdistritais para a cidade.

Ao me deparar com a mesma legislação, corroboro com os argumentos de Souza (2016) acerca do crescimento territorial de Feira de Santana. Como foi ainda observado por ele, essa estagnação da população rural está vinculada à forma que a cidade vinha tomando, afinal, sua expansão territorial, do centro urbano e dos distritos, ampliando as novas áreas urbanas, tornando áreas rurais em áreas integradas aos domínios urbanos e promovendo, muitas vezes, uma urbanização só documentada, mas não efetivada através de políticas, serviços e infraestrutura nessas áreas.

As relações do campo com a cidade de Feira de Santana, ainda que tenham sido historicamente silenciadas, fizeram e fazem parte da estrutura desta cidade. A feira livre, a venda de produtos dos pequenos produtores, as próprias disputas de espaço entre a prática rural e o ideal citadino marcam a trajetória de desenvolvimento da cidade. Nos mais diversos suportes em que se procuram referências sobre a década de 70 em Feira de Santana, por exemplo, encontram-se os registros de uma vida rural convivendo hibridamente com a vida

urbana. Em 1972, um artigo “A cidade que tem medo da Noite”⁵, produzido por Helder Alencar e publicado na coluna “Pois é”, do Jornal Feira Hoje, pauta os costumes noturnos da cidade. Ao usar termos como “sumir”, “desaparecendo”, “morre” o autor faz referência a uma cidade sem movimento durante o turno noturno. Em suas palavras: “A Feira de Santana, com seus foros de civilização e com seu garbo de metrópole, só existe até às 19 horas. Daí em diante morre. ” (ALENCAR, 1972.). O artigo explicita vestígios da contradição que era a rotina urbana da cidade. O costume de dormir cedo e de restringir o turno noturno às atividades familiares e caseiras são características do modo de vida rural, o que, nas entrelinhas, demonstra a permanência da vivência de um cotidiano que não havia rompido com o passado campesino.

Em texto publicado no jornal Folha do Norte, 1974, na coluna “Opina o Leitor”, foi impressa uma crítica sobre a identidade feirense em relação a esse ideal e processo de modernização e urbanização. O texto assinado por “O Expectador (com x e sem tele)”, sob estratégia de anonimato, foi catalogado por Carneiro (2012) e evoca a necessidade de um símbolo para a identidade da cidade. Segundo a carta:

A nossa terra tem possuído certas características que vem sistematicamente perdendo. Já fomos conhecidos como a terra do vaqueiro e houve até um governo municipal que pretendeu erguer um monumento a essa figura desaparecida. O monumento avacalhou-se porque há cerca de dez anos não surge um vaqueiro nesta cidade. A Feira já foi conhecida, ainda, como a terra do boi. Mas, hoje, não há boi nem os açougues. Estamos assim despessoalizados. Até o fumo que serviu como lavoura preferencial. Mas o progresso está aí para suprir a nossa necessidade de símbolo e deu-nos a televisão. (CARNEIRO; OLIVEIRA, 2012. p. 55).

Notei referências à figura do vaqueiro, do boi e a produção agrícola de fumo como símbolos que remetem ao mito de origem da cidade, e que são, também, elementos vinculados às formas de vida rural. Tais referências remetem a diferentes períodos da história desse lugar e, apesar de estarem vinculados ao ambiente rural, ainda foram reivindicados enquanto ícones de um espaço urbano. A crítica que se faz a esses trechos de periódicos é a de que eles refletem o pensamento de um grupo social que detinha não só a escrita, mas os meios de comunicação. Ainda que o segundo trecho seja a produção de um leitor, este detinha alguns privilégios como o domínio da escrita, da leitura e o poder econômico-social de frequentar o espaço de circulação onde os jornais eram veiculados. Assim sendo, os escritos apresentados são expressões de uma forma de pensar de determinado grupo que esteve presente e atuante dentro do espaço urbano, e que

⁵ Dados encontrados no site da Prefeitura Municipal de Feira de Santana e devidamente referenciados nesta pesquisa.

comungavam os ideais de modernização e urbanização da cidade.

É cabível a compreensão de que esses não estavam produzindo uma crítica ao processo que se estabelecia na cidade, mas sim apoiando e buscando reforçar um ideal de modo de vida que combinasse com a proposta de suas modernização e urbanização. No entanto, tais expressões denotam a contradição existente entre o ideal de uma cidade moderna e urbana, a identificação da população residente e o persistente hábito de vida rural que permeava o cotidiano da cidade. Vale lembrar a declaração de Souza (2016): “É o rural, mostrando-se ainda, pertencente a Feira de Santana, por mais urbana que ela seja na contemporaneidade” (p.102).

Em livro que reúne fotografias sobre Feira de Santana, Magalhães (2009) traz um de seus registros de trabalhadores feirantes retornando para casa. Na perspectiva dos autores e organizadores dos livros, a fotografia representa a tensão entre o rural e o urbano. A falta de espaço para o animais e cavaleiros que disputam o local com os carros demonstra como foi se construindo o novo contexto urbano. É importante salientar que, apesar dos esforços dos autores em demarcar o espaço urbano e moderno da cidade, a presença do espaço rural representado pela convivência com os cavalos é um aspecto visível na foto.



Foto A-10

Feirantes retornando de suas atividades na feira, já instalada no Centro de Abastecimento, aproximadamente, 1985

Ressalto que o intuito aqui é perceber o rural pelo rural, entender as construções que são produzidas pelos que o vivenciam. A contextualização com o espaço urbano de Feira de Santana ganha destaque nesta pesquisa devido a imposição, consequente do processo urbanizador, sobre o rural sem qualquer cuidado com o mesmo. Esse “tranquilo movimentar-se da roda do progresso”⁶ na verdade era carregado de tensões que designava ao rural o não pertencimento a cidade.

Em relato de entrevista Dona Francisca Maria, Dedé como é conhecida no bairro, e seu esposo Seu Firmino apresentam a perspectiva de quem vendia na antiga feira livre. Contam que o trabalhador rural continuou vendendo, mas os consumidores diminuíram. A mesma afirmou: “eu não acho que mudou, não, *tava* todo mundo vendendo. Porque todo mundo vende (...) agora, ali só vende assim às vezes em barraca, assim, essas coisas. Mas *ai* a feira grande foi pra lá. E cá *pra* cima, vende bem pouca coisa cá *pra* cima. E lá *pra* baixo (no centro de abastecimento) tudo quanto é coisa vende lá *pra* baixo” (Entrevista com Francisca Maria Araújo e Firmino Araújo, concedida a autora em 13/06/2018). Assim, constato a permanência da figura do rural no cotidiano feirense, ainda que reconheça, simultaneamente, a sua redução. Mesmo em menor representação, os trabalhadores rurais estavam lá.

A feira, ainda que importante para a comercialização dos produtos das famílias da comunidade Lagoa Salgada, aparentemente só mantinha uma relação comercial com esse espaço. Nas entrevistas relatadas, a feira aparece muito mais atrelada aos relatos de esforços e sacrifícios pessoais no percurso, na preparação e na produção, sobretudo dos alimentos a serem vendidos, do que da relação com o espaço ou com a dinâmica de feira livre em si. Não foi possível perceber, por isso, se influências diretas no processo de expulsão da feira livre e do projeto urbano sanitaria da cidade de Feira de Santana causaram um impacto direto na vida e nas concepções de rural e urbano dos residentes da Lagoa Salgada. Suas vivências e memórias acerca do processo de produção e comercialização através e na feira, no entanto, me permitiu conhecer muitas especificidades em suas relações pessoais com o espaço.

1.2. De povoado a distrito

Ali tudo era mato, era candea, os mato era assim, era aqueles, tudo... era alecrim, era candea, era tudo minha fia. Ali tudo era mato. [questiono a mesma sobre estradas]. Que nada, quando cheguei pra qui tinha um, uma estradinha só, tinha um cajueiro grande ali de junto do povo de Dona

⁶ Termo utilizado por Clóvis Oliveira em sua tese de doutorado quando analisa a ruralidade suburbana criada pela modernização em Feira de Santana.

Angelina. (Entrevista com Francisca Maria Araújo e Firmino Araújo, concedida a autora em 13/06/2018).

Rastreando as origens do bairro Lagoa Salgada, encontrei junto aos moradores a informação de que ele pertencia ao distrito de Humildes e, posteriormente, ao de Jaíba. Buscando compreender sua história, percorri o caminho de entender a expansão territorial da cidade de Feira de Santana, que culminou na inserção da comunidade da Lagoa Salgada no espaço urbano da mesma. Encontrei na dissertação de Diego Souza (2016), *Conflitos de Fronteira: Produção do Espaço Em Feira de Santana – Do Rural ao Urbano na Mantiba*, um estudo sobre a inserção do distrito de Mantiba como bairro na cidade de Feira de Santana através de legislação municipal no ano de 2014. Seu estudo se revelou fundamental para esta pesquisa, visto que o autor traz em sua pesquisa mapas produzidos por ele como fonte para a compreensão do espaço feirense. Aqui, esses mapas assumem também o caráter de fonte, na medida em que serão utilizados juntamente com a legislação que versa sobre os limites territoriais da cidade em questão, e com os relatos dos moradores mais antigos.

Em um dos mapas apresentados em sua dissertação, Souza (2016) demonstra a disposição do território da Mantiba, quando esse ainda estava na condição de distrito em relação ao território sede de Feira de Santana, e dos demais no ano de 1938. De acordo com esse trabalho, a maior parte do território da cidade era composta por áreas rurais, no qual os 5 distritos (Humildes, Maria Quitéria, Tiquaruçu, Jaguará e Governador João Durval Mangabeira) ocupavam maiores extensões de terra em comparação ao distrito sede. Nota-se que houve uma expansão territorial da área urbana para além dos limites do Anel de Contorno Viário que, durante muito tempo, teve a função de delimitar os limites urbanos desse mesmo território.

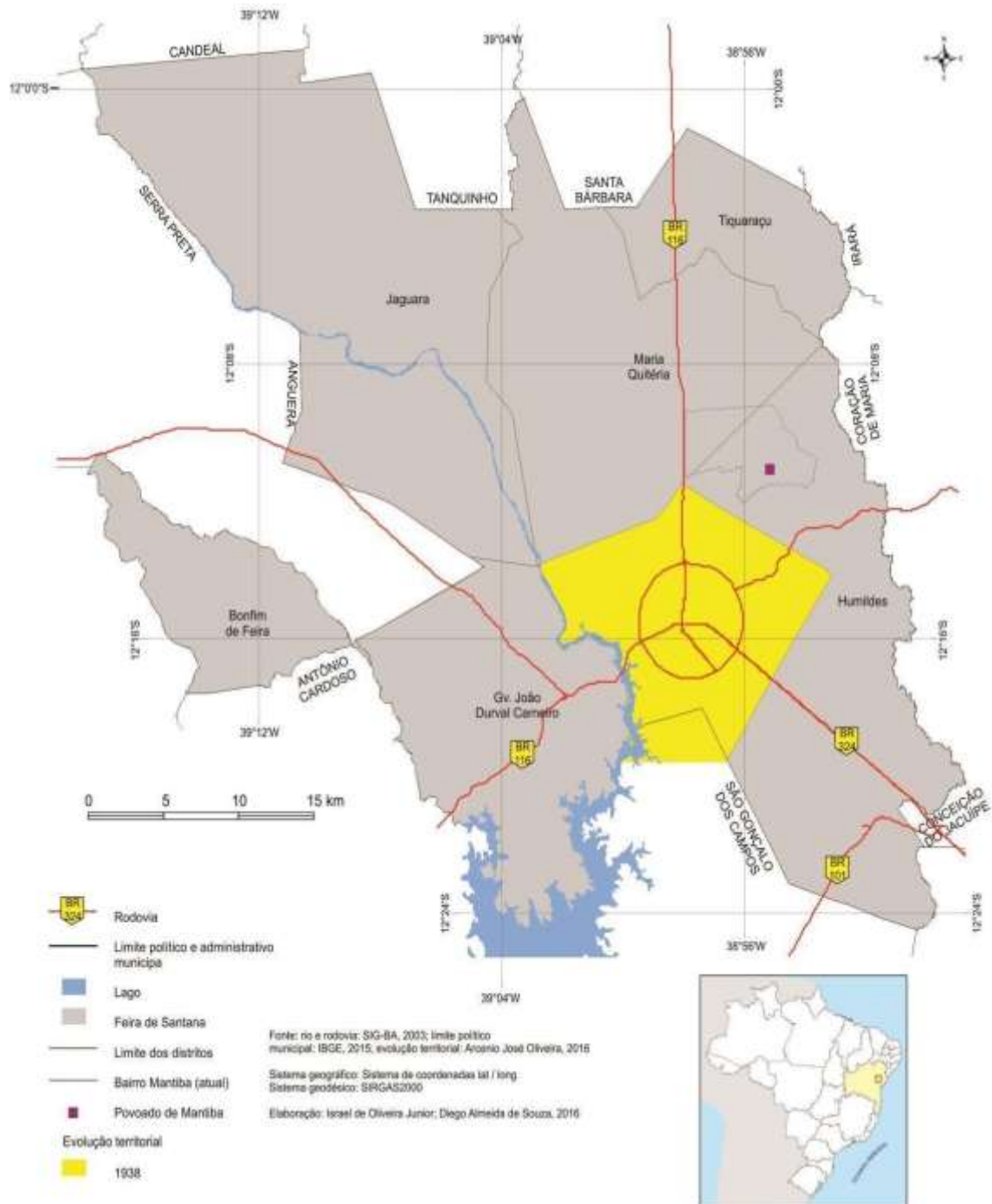


Figura 2 - Distrito Sede de Feira de Santana e os demais distritos em 1938

Como é possível visualizar, o território onde estava localizado o povoado da Lagoa Salgada fazia parte do distrito de Humildes. Através da Legislação Estadual nº 628 de 30 de dezembro de 1953, porém, foi criado o distrito de Jaíba. “Sobre o distrito sede de Feira de Santana”, discorre Souza (2016), “visualiza-se um crescimento dele sobre os distritos de Governador João Durval Carneiro, Maria Quitéria, Jaíba e Humildes, que tem sua área quase reduzida pela metade se comparada ao ano de 1938. ” (p.102). A criação do novo distrito iria afetar diretamente a comunidade da Lagoa Salgada.

Sobre esse processo Dona Maria José lembra que:

- Uma pesquisa que fizeram né? do distrito de Jaíba aí viu que o distrito de Jaíba era muito pequeno. Aí eles criaram uma parte do distrito de Humildes e inteirou Jaíba porque, a Lagoa do Peixe tudo era Humildes. Lá na Lagoa do Peixe aquele tanque lá, Fraternal aquilo ali era, era Humildes. A Baixa do Feli tudo era Humildes. Aí na pesquisa viram que o distrito de Jaíba pra ser distrito tava muito pequeno. Aí pegaram, foi até no governo de João Durval, até a própria fazenda dele era Humildes, aí eles dividiu. Da Estrada Calundu, o lado esquerdo passou toda a ser Jaíba. E a Estrada Calundu do lado do lado direito passou a ser Humildes. (Entrevista com Maria José Rodrigues, concedida a autora em 29/06/2018)

Dessa forma, apesar do distrito ter sido criado legalmente durante no ano de 1953, foi somente durante o governo estadual de João Durval, entre os anos de 1983 a 1987, que a localidade foi anexada ao território do distrito. De acordo com a memória local, tais transformações acarretaram mudanças no acesso a benefícios e na prestação de serviços. Acerca dessas mudanças, Dona Maria José segue relatando:

- Mudou porque, é... as coisas quando vinham pro distrito de Humildes ninguém, ninguém vinha, ninguém de Humildes aqui. Só que a gente saia pra resolver os problemas, era mesmo pra resolver os problemas de terra, era as escrituras de terra, recibo de terra, de declarações de ITR, tudo tinha que fazer em Humilde. E as outras coisas tudo a gente fazia na cidade. E as outras coisas, algum benefício que aparecia ninguém sabia de nada. [Questiono quais benefícios eram esses e a entrevistada prossegue]. De trabalhador rural, semente, quando tinha semente a gente tinha que ir buscar lá, em Humildes. Mas depois que passou pra Jaíba a gente já conseguiu atendimento médico. [...] O ônibus escolar que a gente tem, conseguiu a passagem, lutou aqui pela passagem igualmente o pessoal da zona urbana, foi através disso aí, do distrito de Jaíba. [...] E nos pessoal de Humildes não tinha contato em nada disso. (Entrevista com Maria José Rodrigues, concedida a autora em 29/06/2018)

É perceptível que os marcos que conduzem a memória sobre eventos, tais como a reorganização do espaço urbano, estiveram intimamente ligados às alterações provocadas nas vivências dos moradores. A fala de Dona Maria José traz muito forte o viés positivo do acesso a benefícios antes negados. Sua fala remete à mudança de postura que possivelmente ocorreu após o contato com outros grupos de trabalhadores rurais e entidades como o próprio Sindicato de Trabalhadores Rurais que fomentou a busca por direitos. O que pode ser analisado a partir do uso das expressões “a gente já conseguiu”, “lutou aqui”, demonstrando que o contato com as pessoas do distrito de Jaíba possivelmente possibilitou um melhor

acesso ao conhecimento sobre seus direitos e sobre o desejo de buscá-los.

Retomando aos mapas de Souza (2016) é possível observar a expansão da área urbana já no ano de 1985, durante o mandato de João Durval, enquanto governador do Estado da Bahia. De acordo com os dados informados no mapa, a Lagoa Salgada estaria dentro dos limites urbanos da cidade de Feira de Santana.

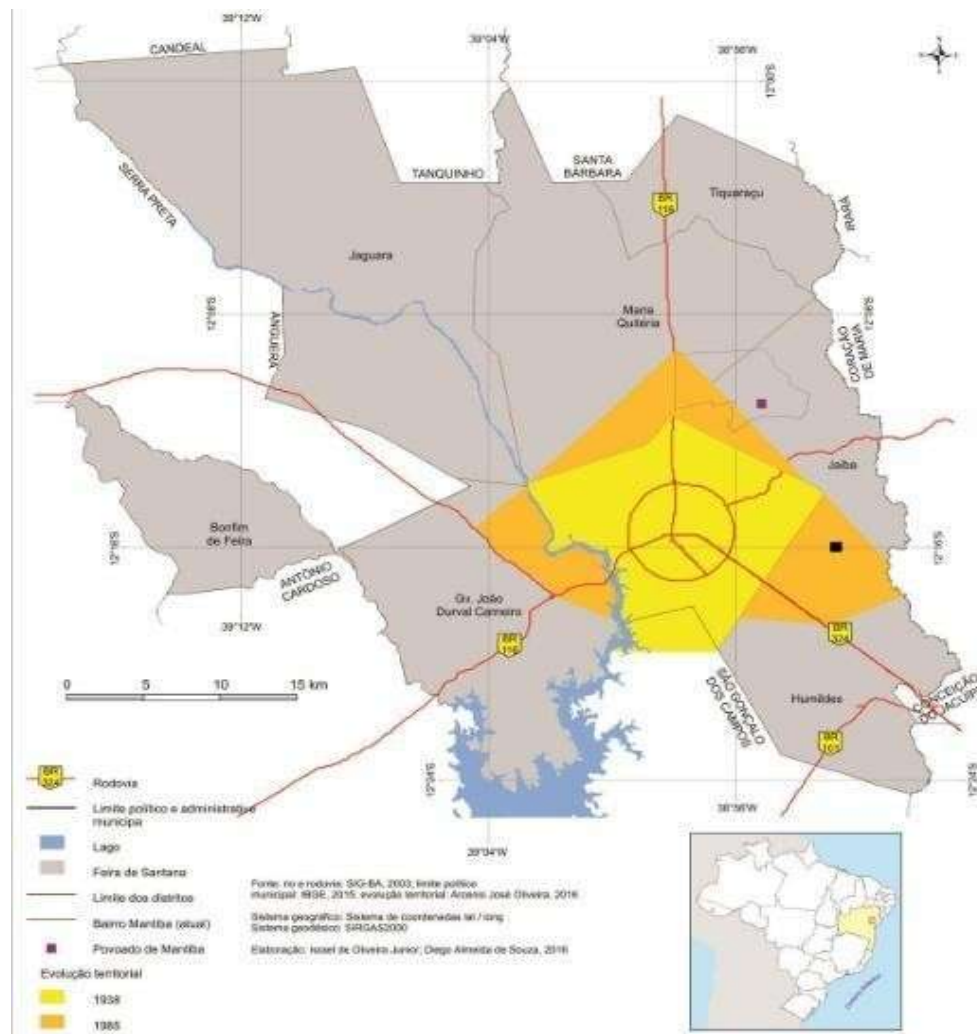


Figura 3 - Distrito sede de Feira de Santana e os demais distritos em 1985. Local sede da associação marcado em preto.

No mapa, a localidade analisada já aparece dentro dos limites de expansão da nova área urbana feirense, apesar de ainda fazer parte do distrito de Jaíba. É perceptível que com a Lei Ordinária 966 de 1984 o subdistrito (bairro) do Subaé foi criado, tendo como um dos limites às divisas entre os Distritos de Jaíba e Humildes. Esse pode ser um dos motivos pelos quais o mapa acima mostra o povoado da Lagoa Salgada como pertencente à área urbana e não ao distrito de Jaíba.

Esta perspectiva é reforçada através de análise da Lei Complementar nº 18 de 08 de julho de 2004, art. 3º, na qual o bairro da Lagoa Salgada foi criado. Tais transformações,

entretanto, não garantiram as condições estruturais do bairro, tampouco de moradias que obedecessem aos padrões urbanos. Ao ser questionada sobre as mudanças ocorridas na localidade após o ano de 2004, quando a comunidade Lagoa Salgada passou oficialmente a pertencer a área urbana, a entrevistada responde:

- To vendo é... to vendo é, ta é pior! Porque no tempo que a gente, lutava, criava aí você via essa estrada aqui, era de mês em mês passava a máquina não era não?! Você nunca viu essa estrada nessa situação? Ninguém nunca teve essa estrada nessa situação. Né? Nem o transporte, nem o transporte a gente ta perdendo. Até o transporte ta... nois ta tendo dificuldade, por causa da estrada. Não to vendo benefício nenhum. Só ta chegando é, se a gente já tinha dificuldade ta chegando mais dificuldade. [Nesse momento a entrevistada começa a se emocionar]. (Entrevista com Maria José Rodrigues, concedida a autora em 29/06/2018).

Na fala da entrevistada não parece ter havido muitas transformações estruturais com a delimitação da área como bairro. Somente a partir do ano de 2016, e após a reforma da Escola Municipal Nossa Senhora das Candeias (a escola se constitui uma das primeiras reivindicações das trabalhadoras rurais e motivadora da formação da Associação), é que o serviço de coleta de lixo foi ofertado a uma parcela do bairro. O fornecimento de água encanada no momento em que esta pesquisa se realiza ainda não abrange todo o território do bairro e a energia elétrica só se tornou possível através da luta dos moradores juntamente com o programa do governo estadual Luz Para Todos⁷, programa que ampliou a rede de energia em todo o estado da Bahia. O então bairro, atualmente não possui esgotamento sanitário, calçamento nas ruas nem alguma outra exigência nas bases da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que garante a manutenção do espaço enquanto zona urbana.⁸ É notória na comunidade a noção de que os serviços nesse local não foram ofertados pelos poderes municipais e/ou estaduais e, sim, diretamente vinculados ao movimento de trabalhadores rurais daquela região.

Em conversa com Dona Maria José sobre as transformações ocorridas na localidade

⁷ De acordo com a definição do próprio governo o Programa Luz para Todos (LpT) foi lançado em novembro de 2003 e tinha como intuito acabar com a exclusão elétrica no país através do acesso à energia elétrica, gratuitamente. Tendo como principal foco áreas de difícil acesso e zonas rurais. Mais informações disponíveis em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/luz-para-todos>> acessado em: 26 de março de 2018.

⁸ Sabe-se que recentemente a área do bairro foi reestruturada pela Prefeitura Municipal de Feira de Santana após a instalação da Avenida Nóide Cerqueira e, sobretudo, a fim de atender a demanda crescente de empreendimentos imobiliários nas imediações dos bairros Sim e Santo Antônio. Como consequência, parte do Bairro Sim agora é identificada como Lagoa Salgada, mas não há acesso a documentações que comprovem as novas delimitações ou ainda ao georreferenciamento do bairro. A única informação encontrada trata-se de um mapa da cidade desatualizado no qual as novas áreas estão rabiscadas a lápis. O acesso a este mapa que fica pregado na parede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SEDUR foi negado pela funcionária do órgão com a alegação que o mapa não era oficial.

após a construção da Associação Comunitária Nossa Senhora das Candeias, questiono se tais transformações não são de responsabilidade do governo municipal. A esse questionamento, ela, prontamente, argumenta:

- A prefeitura não tem nada aqui! Por isso que eles me acham, me chamam dona doutora Dinha. [a entrevistada dá gargalhadas neste momento]. Me chama, eles me chamam doutora Dinha porque, porque essa luta vem através da gente. Foi o povo que trouxe, não foi ninguém que..., tudo isso foi o povo que trouxe. Claro que a gente trouxe porque a gente corria atrás né?! Chegou pra comunidade porque a gente corria atrás deles. Tudo que chegou, tudo foi luta da gente, do povo. (Entrevista com Maria José Rodrigues, concedida a autora em 29/06/2018).

Notei que o papel da Associação enquanto formadora e cuidadora do bairro, promovendo além de um papel assistencialista para com os trabalhadores rurais, a conservação e a busca de serviços para a comunidade em geral, é algo que faz parte da memória e da consciência de suas fundadoras. A consciência da luta protagonizada pelas mulheres da comunidade e do legado da Associação sempre se faz presente nas falas de Dona Maria José, por isso, mais adiante, retomarei esse tema com o intuito de entender a construção desse movimento de mulheres e de trabalhadoras rurais. Por ora, destaco como a relação da entrevistada com o bairro perpassa pela luta política dessas trabalhadoras e pela localidade. Faz-se necessário, contudo, problematizar a fala da moradora Maria José, haja vista os contrapontos entre as concepções de rural e urbano presentes na comunidade. Identifiquei a existência de lacunas entre as concepções expressas via legal e as vivências reconhecidas através das entrevistas. Demonstrando, por exemplo, sua visão crítica e política da situação, a entrevistada argumenta:

O carro do lixo mesmo tá aí, o carro tá descendo. Mas aí porque você, isso aí porque já é um meio de um sistema né de urbanização. Da amanhã depois, eles botar banca e dizer que tá beneficiando, que somos beneficiados, tem os benefícios da área urbana aqui na área rural. Claro que eles querem dizer que nós somos né urbanizados. Eu já avisei todo mundo também, cuide com seus direitos que eles não têm nada a ver com isso. Pague seu imposto rural, sua documentação rural, tudo direitinho e tudo que você faça. Se eles mandam o carro do lixo deles é problema deles. (Entrevista com Maria José Rodrigues, concedida a autora em 29/06/2018)

A fala quase militante de Dona Maria José deixa perceptível a definição de rural da qual ela se serve, sobretudo em relação aos direitos e deveres. Para ela, o fato de a administração pública prestar serviços como o da coleta de lixo no então bairro já se configura uma forma de “ocupação” urbana do espaço. O seu relato apresenta a urbanização como uma

imposição aos que ali vivem e não como um benefício a ser conseguido. O outro lado desta imposição, contudo, seria a resistência à aceitação de uma identidade urbana que não passa necessariamente pela negação de prestação dos serviços básicos, mas, sim, a resistência à quebra dos direitos dos trabalhadores rurais e suas identidades. O cuidado de Dona Maria José em sua fala remonta a clareza sobre os seus direitos e deveres enquanto ruralista, direitos que não podem ser revogados por um processo de urbanização imposto pela prefeitura e que tampouco contou com a participação ou o diálogo da população afetada.

Tendo em vista as especificidades da Lagoa Salgada, que se encontra entre o urbano e o rural, vejo aqui a necessidade de conceituação do que vem a ser bairro. As condições identificadas nesta pesquisa demonstram um processo de disputa entre, por um lado, o que os moradores vivenciam enquanto ruralidade e realidade e, por outro, a conceituação imposta pelo governo municipal. Concernente ao conceito de rural defendido por Cardoso (1998), no qual se pauta esta pesquisa, me aproximo também das leituras produzidas por Tuan (1983) no que se refere ao bairro. Para esse autor “[...] o bairro, é um conceito” (TUAN, 1983, p.189) e, assim sendo, só adquire visibilidade ou se torna lugar através da experiência.

Cardoso argumenta que o rural só pode ser concebido na medida em que se percebem as relações que reestruturam os modos de vida e valores que compõem esses espaços. Assim, nesta mesma perspectiva, para Tuan (1983), “as emoções começam a dar cor ao bairro inteiro - recorrendo e extrapolando da experiência direta de cada uma de suas partes - quando se percebe que o bairro tem rivais e que está ameaçado de alguma maneira, real ou imaginária” (Ibidem, p. 189). O conceito de bairro na perspectiva desse autor é, conseqüentemente, constituído na medida em que passa a ser significado pelos seus moradores. São as emoções e as vivências individuais e coletivas que dão significado ao lugar, que criam o pertencimento. O autor chama atenção também para um fator que acentua esse pertencimento, a ameaça “real ou imaginária” do lugar ou da sua perda. É o pertencimento que significa, que dá sentido ao lugar, ou seja, a discussão é perpassa por um novo fator: a identidade. Dessa forma, na medida em que esta pesquisa se desenvolve e as discussões são apresentadas, evidencio desde já a identidade rural deste lugar.

Destarte o processo de urbanização que ressignifica o *locus* dessa pesquisa é necessário entender ainda o conceito de bairro rural. O mesmo é tido aqui como “um grupo formado de famílias que participam de trabalhos comuns e de festas religiosas coletivas locais; um agrupamento mínimo, maior do que uma unidade isolada, faz parte de um conjunto amplo, seja distrito, seja município. (FUKUI, 1979, p.82). Fukui na obra “Sertão e Bairro Rural” demonstra ainda ser necessário pensar esse lugar do bairro rural considerando as

relações que o mesmo desenvolve com as famílias, entre as famílias, o bairro como um todo e a relação do mesmo com a sociedade global. Para compreender tais dimensões recorro a um estudo pelos trabalhadores rurais e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana – STRFS que apresenta dados sobre a zona rural de Feira de Santana.

É importante considerar a composição desse espaço para, desse modo, entender sobre e como as significações foram elaboradas pelos moradores. Minha principal fonte para entender o território rural é o livro “Resistir Para Sobreviver” produzido em 1997 pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana – STRFS – que apresenta uma análise socioeconômica da zona rural do município. Esse livro se configura em uma das poucas fontes que apresentam o olhar do rural sobre o rural em Feira de Santana. Considerando o explícito teor político dessa obra, pude compreender sua relação com a noção de ruralidade que perpassa as vivências de seus autores.

O lugar da agricultura familiar nesse espaço é o lugar de significativo, haja vista que a principal atividade econômica que visava à sobrevivência dos grupos que ali viviam revelava também as formas nas quais as relações pessoais decorriam naquele lugar: o parentesco. De acordo com a fonte, “Resistir para Sobreviver”, a região onde se encontram os distritos de Jaíba, Humildes, Maria Quitéria e Tiquaruçu era conhecida como “tabuleiro” devido ao tipo de solo que ali se encontrava. Era onde se encontram as propriedades menores, com tamanhos inferiores a 10 (dez) tarefas de terra. “Nesta área predominam os solos mais pobres utilizados para as culturas do milho, do feijão, e de mandioca, e onde é observado o maior fracionamento das propriedades” (OLIVEIRA, 1977. p.34).

A minifundiarização seria o processo no qual as terras passam por partilhas sucessórias, em sua maioria entre os próprios familiares. No caso em estudo, notei que o termo “mini-minifundialização” remete a pequenas divisões de terras que na maioria das vezes ocorria pela divisão da propriedade com os filhos ou ainda como fruto de herança. Jaíba foi o distrito que contou com um maior índice de minifundialização, sendo 89% das propriedades reduzidas a menos de 10 tarefas. (OLIVEIRA, 1977, p.35).

Para além do tamanho das propriedades e da relação das agricultoras com a terra, a crítica da fonte nos leva a entender que, dentro dessas dimensões, a unidade domiciliar não desempenhava uma produção que estivesse voltada ao mercado em larga escala. Tendo já sido constatado nesta pesquisa que as atividades praticadas tinham como base o sustento familiar, a economia na zona rural feirense se baseava no “tripé de sustentação da família” (Ibidem. p.42), que tinha nas atividades da agricultura, da pecuária e ainda do trabalho de ganho as principais fontes de sobrevivência. Uma forte característica da agricultura familiar se repete

na forma como a terra é cuidada nesse território, assim a minifundiarização aparece como um dos fatores que interferem na vivência dessas pessoas.

A economia na qual essas famílias produtoras estavam inseridas apresenta outras características de suas vivências. Como já foi notado no relato do Sr. Firmino, alguns dos produtores e produtoras rurais da Lagoa Salgada comercializavam nas feiras livres da cidade. Constatei, a partir disso, que, assim como foi apresentado na fonte “Resistir para Sobreviver”, a economia da zona rural de Feira de Santana estava inserida dentro de uma perspectiva capitalista e de mercado, mas segundo Oliveira:

“[...] o produto comercializado tem como único objetivo permitir a compra de outros bens indispensáveis à própria subsistência familiar: outros gêneros alimentícios não produzidos pela família, outros bens de consumo direto e custeio de serviços básicos, a exemplo de saúde, educação e vestuário.” (OLIVEIRA, 1977, p.43).

Constatei, dessa forma, que a Lagoa Salgada está e estava inserida dentro de uma estrutura tradicional rural. Um primeiro olhar sobre esse território pode nos indicar a existência de uma unidade rural feirense que tem por base suas relações com a família. Contudo, assim como no referencial metodológico aqui utilizado, acredito que o rural é composto por diversas formas e “universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos” (CARNEIRO, 1998. p.53). Foi, pois, tentando compreender as especificidades desse lugar e de suas relações que passei a detalhar melhor essa localidade através de suas necessidades e das ações de suas moradoras para modificar o espaço e o território. Passei então a conhecer esses sujeitos e suas trajetórias de pertencimento e de vivência, cientes de que num primeiro momento trazem consigo a identidade rural como essencial na organização de suas vidas.

1.3 Identidades e Construções.

Senti a necessidade de retomar a provocação deixada no tópico anterior a qual sugere ao leitor a compreensão de múltiplas identidades. Esta pesquisa é construída na medida em que percebe que as identidades não nos são dadas, mas construídas dentro e fora da relação com o espaço. Foi, pois, partindo do conceito de identidade de Stuart Hall (2005) e aceitando que possuímos não uma, mas várias identidades, que esta pesquisa buscou compreender as múltiplas formações individuais e, conseqüentemente, as vivências que compõe o lugar. Para tanto, tomei as sujeitas desta pesquisa, assim como Hall, ao sujeito pós-moderno. Nessa esteira, penso as mulheres que compõem o *lôcus* desta pesquisa como seres únicos e fragmentados nas suas identidades de mulheres negras, trabalhadoras rurais, mães e ainda pelas suas vivências como militantes. Não se pretende aqui reduzir as suas múltiplas

identidades nas categorias citadas acima, mas compreender como essas personalidades conviveram e convivem, conceituando os seus espaços e a suas experiências de luta e também de resistência.

Faz-se necessário também compreender e ressaltar que esta pesquisa se debruça sobre as questões de gênero, esse “elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças sexuais” (SCOTT, 1995. p.86). A partir desse interesse, lança mão das ideias defendidas por Scott por entender que essas mulheres passaram por um processo de construção de identidades femininas que é próprio e individual, mas que também é definido pelas relações de parentesco e de política. Assim, o viés ideológico que orienta este trabalho é o interseccional, o princípio programático que entende gênero, classe e raça como categorias analíticas e que percebe seus inter cruzamentos e a “dinâmica da interdependência das relações sociais” (HIRATA, 2014. p.69).

As mulheres não aparecem aqui como simples capricho de pesquisa. Academicamente falando, já existem múltiplas pesquisas que apontam o papel da mulher dentro agricultura familiar, inclusive dentro das estatísticas atuais coletadas pelo Censo Demográfico de 2010 38,7% dos 57,3 milhões de domicílios rurais são chefiados por mulheres, conferindo um aumento de 13,7 pontos percentuais quando comparado ao censo do ano 2000.⁹ Essa mesma pesquisa aponta que “segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres do campo contribuem mais com a renda familiar (42,4%) do que as que vivem nas cidades (40,7%). O Nordeste é a região onde a colaboração monetária das mulheres rurais é maior (51%)”¹⁰

A análise desses dados é necessária na medida em que se sabe que a zona rural, sobretudo no Nordeste brasileiro, ainda hoje é sinônimo de uma cultura considerada tradicional, no qual comumente o rural é lido como um ambiente conservador e que preserva as formas patriarcais em suas relações. Ainda que esta pesquisa já tenha tentado desmistificar essa afirmativa, entende-se a história como uma trama feita de mudanças e permanências. Nada, portanto, muda repentinamente.

Hoje a zona rural brasileira conta com projetos que apoiam cotas baseadas no gênero. É o caso de projetos de concessão de crédito, como o Programa Nacional de Fortalecimento

⁹ Informações retiradas do sítio do Governo Federal na internet sob o título de “Contribuição das mulheres na renda familiar é maior no campo”. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/11/contribuicao-das-mulheres-na-renda-familiar-e-maior-no-campo>. Acessado em: 18 de setembro de 2018.

¹⁰ Informações retiradas do sítio do Governo Federal na internet sob o título de “Contribuição das mulheres na renda familiar é maior no campo”. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/11/contribuicao-das-mulheres-na-renda-familiar-e-maior-no-campo>. Acessado em: 18 de setembro de 2018.

da Agricultura Familiar (PRONAF), que conta com subprogramas como o PRONAF Mulher¹¹. Outro exemplo é a exigência de uma quantidade mínima de mulheres enquanto associadas, membros e produtoras rurais na participação tanto de entidades quanto nos projetos que concorrem à chamada pública governamental para a prestação de assistência técnica rural.

A partir de dados coletados nesta pesquisa, mas também de vivências pessoais, levantei a tese de que atualmente há no campo uma maior visibilidade feminina, mas ela não está direta e unicamente atrelada às discussões de gênero ocorridas nesse espaço, mas a uma “pressão geral” à qual as sociedades atuais estão sendo submetidas por consequência da ampliação desse debate. Com isso, não estou argumentando que não há no campo lutas femininas ou uma discussão das questões de gênero, mas que essa ainda é minoritária.

Outra tese a ser discutida nesta pesquisa é a de que, mesmo a despeito do pouco contato com essas pautas, mulheres rurais desenvolveram e ainda desenvolvem lutas alinhadas às questões de gênero. Essas lutas receberão aqui o nome de femininas, e não de feministas, justamente por não serem definidas por um grupo que se intitule ou que mantenha contato direto com as feministas e suas perspectivas político-filosóficas.

Retomando o contexto desta pesquisa, no livro “Resistir para Sobreviver” (OLIVEIRA, 1997) há a informação de que 40% das famílias rurais feirenses, em 1997, eram chefiadas por mulheres. Nessa biografia consta também uma análise de dados por distritos, no qual o distrito de Jaíba, localidade onde a Associação estava situada no período, apresenta um percentual de 80,5% das famílias sendo chefiadas por homens e apenas 19,5% por mulheres. (OLIVEIRA, 1997. P.49). Ou seja, o inverso dos outros distritos.

Ainda de acordo com essa fonte, os números elevados de mulheres enquanto chefes de família na zona rural da cidade de Feira de Santana está atrelado a “uma maior participação feminina em movimentos populares realizados por diversos órgãos institucionais no município, a exemplo do Sindicato de Trabalhadores, Associações, MOC e Comunidades de Base. ” (Ibidem, p.49). No entanto, faz-se necessária a crítica da fonte, sobretudo a esta produção que carrega em suas intencionalidades a valorização de movimentos sociais e de entidades como o próprio sindicato de trabalhadores, que produziu o livro.

Num primeiro momento, questionei como se deu a inserção feminina nesses espaços de contestação social, considerando que as relações de parentesco observadas seguem a

¹¹ Segundo detalhamento do Banco Nacional de Desenvolvimento e Econômico e Social (BNDS) responsável pela execução do projeto, o PRONAF Mulher é “financiamento à mulher agricultora integrante de unidade familiar de produção enquadrada no Pronaf, independentemente do estado civil. ” Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>>. Acessado em: 18 de setembro de 2018.

dinâmica patriarcal. Em pesquisa sobre trabalhadoras rurais em Feira de Santana, Jesus (2008) afirma que as trabalhadoras rurais possuíam o direito de se filiar ao sindicato somente por intermédio de seus pais, se solteiras, ou através de seus companheiros, quando casadas. Em entrevista a Senhora Maria José foi perguntada sobre como e quando começou a frequentar o sindicato e, em resposta, relata:

- Aí falaram, alguém falou pra eu ter direito, pra os meninos ter direito a receita no, no, lá no Dom Pedro de Alcântara. Aí Antoi foi e fez a carteirinha dele. Depois que Antoi passou aí a gente pegou, a gente ia se receitar lá, levava os meninos pra se receitar lá, tinha médico no sindicato ou senão pegava a guia pra ir pro Dom Pedro. A gente tinha um cartãozinho rosa que era do Dom Pedro, era assim. (Entrevista com Maria José Rodrigues, concedida a autora em 01/10/2017)

A fala de Dona Maria corrobora com a bibliografia já citada sobre o sindicato, pois, de acordo com esse trabalho, até os anos de 1980 a filiação sindical das mulheres era vedada. A entrevistada recorreu à figura do marido, até então o seu representante legal, na busca pela assistência médica para si e para seus filhos. Por volta dos anos 80, como pode ser constatado pela bibliografia e pelo relato exposto, os locais públicos estavam destinados aos homens, sendo permitida a circulação feminina em nome da saúde ou da família e, ainda assim, através da figura masculina. Como Soihet apresenta em *Violência Simbólica* (1997), “estar circunscrito ao espaço privado é estar privado da relação com os outros pela palavra e pela ação na construção e nas decisões concernentes ao mundo comum, isto é, a existência política” (SOIHET, 1997, p. 11).

Não se pode, contudo, produzir uma análise de gênero desconsiderando as implicações de raça e classe. Por isso, temos que pensar as vivências femininas da Lagoa Salgada a partir da compreensão de que, enquanto trabalhadores rurais, se constituíam mulheres pobres e negras. Além disso, ao analisar as vivências das trabalhadoras rurais, constatei que seus acessos ao espaço público se davam através da comercialização da produção, ou seja, através do comércio em feiras livres. Apresenta-se ainda um viés da análise da vida dessas mulheres, as quais se identificavam com os papéis sociais que desempenhavam, a saber, filha, mãe, esposa, mas não se viam como trabalhadoras e/ou produtoras rurais. A atuação feminina era de ajudante do lar e cuidadora da família.

A associação entre identidades femininas e o mundo privado recai sobre as discussões que envolvem a divisão sexual do trabalho. Rodrigues (2007) em sua tese que discute honra e sexualidade infanto-juvenil, traz uma análise sobre as questões e representações de gênero na cidade de Salvador. A autora defende que “a divisão sexual do trabalho, no qual o trabalho

doméstico fica reservado às mulheres, mantém-se mediante estruturas culturais e econômicas e deve ser avaliado sem perder de vista sua estreita relação com o trabalho remunerado” (RODRIGUES, 2007. p.54). Enquanto o trabalho em espaços públicos se apresentava como “fato excepcional”, nas palavras de Ferreira Filho (1994), para as mulheres das elites baianas, no caso das mulheres pobres, a prática já era rotineira desde meados de 1920. Ainda assim, como ressalta o autor, profissões que “possuíam estreita afinidade” com o feminino, como o magistério. Ainda sobre a análise do trabalho feminino, Ferreira Filho, na mesma produção, demonstra que “o grosso da mão-de-obra feminina, contudo, estava (...) prestando todo tipo de serviço doméstico, costurando ou bordando, etc.” (FERREIRA FILHO, 1994. p.32). Isto porque para as mulheres pobres o trabalho era uma forma de prover o sustento familiar, assim, serviços domésticos, pequenos comércios (sobretudo ligados à alimentação) e o artesanato – atividades já socialmente atribuídas à figura feminina pelos seus dons naturais – eram “fundamentais à sobrevivência” de uma parcela da população baiana.

No caso das trabalhadoras rurais, dificilmente o seu *labor* era remunerado, toda a renda era convertida para o sustento familiar, cabendo ao homem - que assumia o lugar de chefe familiar - a posse e a gerência da renda obtida. Como observa Jesus,

Percebe-se a visível discrepância, já que estas têm jornada de trabalho maior que a oficialmente estabelecida para outras categorias da classe trabalhadora incluindo o cuidado dos (as) filhos (as), as obrigações da lavoura, as atividades domésticas além do movimento sindical e, para muitas o envolvimento com atividades da Igreja, católica em geral. (JESUS, 2008. p. 5)

Ainda que tivesse acesso a espaços públicos, podemos concluir que para a mulher rural isso não se configurava automaticamente uma existência política, visto que a sua atuação continuava ligada aos “papéis” sociais que lhes eram atribuídos. O trabalho para as mulheres rurais de classe baixa se configurava como uma extensão de sua maternidade e suas obrigações como esposa. Era visto como um acréscimo às suas obrigações domésticas, de boa filha, boa mãe e de boa esposa. Há, pois, uma associação no meio rural de que o trabalho é algo masculino, ao feminino se resguarda os afazeres domésticos. Ouso argumentar que, no meio rural, as primeiras identidades femininas foram construídas sobre as representações do que é ser mãe e esposa. O que é notadamente explícito ao se considerar o viés de análise defendido por Saffioti (2004) no qual gênero e patriarcado não se dissociam. Entendendo o patriarcado pelo viés do conceito de gênero é possível percebê-lo como um “vetor da dominação-exploração” do masculino sobre o feminino. Assim, torna-se possível mapear como, historicamente, as relações no campo se constroem não somente sobre o gênero, mas é

hierarquizado através de uma relação de poder patriarcal.

Como demonstrou Rodrigues (2007), na cidade de Salvador, durante os anos de 1950 e 1960, a organização social seguia uma visão naturalista e biológica que considerava a mulher como ser inferior ao homem. Na Bahia foi muito comum o apoio dado pela Igreja Católica à manutenção de uma ordem natural e, por assim dizer, divina dos “papéis” sociais femininos e masculinos. Enquanto Rodrigues (2007) demonstra que na capital baiana os movimentos sociais, culturais e a própria luta feminista proporcionou a fertilização de críticas e da emergência de novos padrões sociais durante a década de 1960 e 1970, o interior do estado permanecia “moldado” pelos tradicionalismos.

No que concerne à Lagoa Salgada, esta pesquisa identifica algumas especificidades. Ainda que os padrões culturais se repitam no tocante ao gênero, não se pode desconsiderar as influências exercidas pelo meio. Dentro do que se apresenta como as principais demandas sociais da zona rural de Feira de Santana, o livro *Resistir para Sobreviver* apresenta a hipótese de que as questões de posse de terra, o acesso a crédito rural, a seca, a aposentadoria, a melhoria de serviços públicos, o acesso à energia elétrica e à educação influenciam as relações sociais e a divisão social do trabalho. Retomando a fala já citada de dona Maria José sobre quando ela passou a frequentar o sindicato, notei que a motivação principal foi o cuidado com os filhos. No relato da depoente, a saúde e a maternidade foram os agentes motivadores da participação feminina no sindicato e não a busca pela atuação política e social.

A maternagem retorna à discussão se apresentando como um impulsionador da presença da família rural no ambiente urbano, ao público e a entidades como o sindicato. Como argumentado por Rodrigues (2007), a estrutura socialmente imposta que caracterizava a sociedade baiana na década de 1970 restringia o homem à esfera pública enquanto a mulher estava destinada à esfera privada. Conseqüentemente, a elas ficava reservado o trabalho doméstico. “É nessa época que surge o mito do instinto materno, segundo o qual a maternidade era uma tendência feminina inata” (GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014, p.57). Na Bahia, segundo Rodrigues (2003), a valorização da maternidade era fruto tanto de uma ideologia cristã (marianismo) como de uma ideologia burguesa de família. E “quanto mais responsabilidades a mulher assumia dentro do lar, como mãe educadora, maior era o status adquirido na sociedade” (Ibidem, p.57). Desse modo, mais uma obrigação social passa a ser atribuída à mulher: ser mãe.

Winnicott (2000) define que maternagem para além do cuidado físico, ressaltando que essa é também uma disponibilidade psíquica para com os filhos. Sabendo que os conceitos de maternidade e maternagem se confundem até os dias atuais, é necessário destacar que, embora

signifiquem coisas distintas, historicamente esses conceitos têm sido atrelados um ao outro. Ambos justificados socialmente e cientificamente enquanto condição natural e biológica feminina.

Dona Maria José, por exemplo, quando levou o marido a sindicalizar-se, certamente estava exercendo uma prática de cuidado da maternagem, afinal, suas ações eram motivadas pela preocupação com a saúde dos filhos. Acreditava-se, assim, que o cuidado com os filhos era uma obrigação da mulher, devido a sua condição biológica de gerar uma criança em seu ventre. Observei, a partir disso, contradições na trama histórica, quando a maternagem permite à mulher o acesso a espaços politizados e de militância, se apresentando nesse caso, para além de uma prática de cuidado familiar. O que se observa nesta pesquisa é que através dessa prática as mulheres passaram a acessar ambientes antes masculinizados a ponto de lhes serem legalmente negados. Além disso, acredito que suas vivências tenham sido amplamente significadas e reelaboradas dentro desses espaços, dialogando com suas outras identidades além da materna.

Isso se torna perceptível na medida em que se verifica que após o acesso à esfera sindical pela sindicalização do marido, como no caso de dona Maria José, o contato político se ampliou concomitantemente com a preocupação materna. Isto faz sentido ao considerarmos que mulheres negras e trabalhadoras rurais, que tinham como principal atividade econômica a agricultura de subsistência, fizeram da sua “obrigação” moral e social a sua construção política.

Assim, foi através do cuidado com os filhos e com a família que surgiu, na Lagoa Salgada, no ano de 1987, a Associação Nossa Senhora das Candeias. Após a reivindicação pela construção de uma escola para a educação formal das crianças da comunidade, formou-se um grupo de luta composto majoritariamente por mulheres/mães que se construíram enquanto sujeitas politicamente ativas e atuantes. Luta essa que merece ser discutida e analisada, uma vez que num ambiente patriarcal um movimento associativo feminino se instalou buscando a melhoria familiar.

Levanto aqui, mais uma tese a ser discutida. Para além do processo de controle social que era exercido através da delimitação de papéis sociais para o sujeito feminino, aqui vemos que esse “papel” pode e cumpre uma ação também libertadora, uma vez que permite às mulheres desta comunidade construir um movimento político associativo, ainda que sem levantar a bandeira feminista e sem produzir uma ruptura nas estruturas sociais vigentes, afinal essas mulheres produziram uma emancipação política ante a conjuntura social imposta a elas.

Vale ressaltar ainda que não se pretende aqui afirmar que essas mulheres construíram uma nova ordem social, ou ainda quebraram os padrões sociais que estão sendo discutidos ao longo desta pesquisa. Mas que, mesmo sem romperem com as estruturas patriarcais a qual faziam parte, desenvolveram através de um processo de empoderamento e motivadas por uma demanda do âmbito privada (a vida em família) a luta que culmina na formação da Associação. É provável que essas mulheres não tenham consciência das múltiplas identidades que assumem, exercendo-as através de suas inúmeras vivências, o que pode ser percebido quando são questionadas sobre a relação de seus filhos com a sua participação na Associação e no sindicato. Elas relatam os ajustes que tiveram que fazer em suas rotinas para conciliar suas atividades maternas e domésticas com as atividades da Associação. Notei, no entanto, que, quando questionadas sobre como ser mãe ou sobre os cuidados específicos com os filhos terem-nas levado a se organizar sindicalmente, elas demonstram surpresa e ausência de qualquer reflexão sobre essa questão. Mais um desafio se apresenta a esta pesquisa: entender essa fragmentação da identidade feminina em sua completude, tendo como principal fonte o depoimento dessas mulheres que se veem biológica e socialmente como um sujeito único.

CAPÍTULO 2

O cotidiano das mulheres do bairro de Lagoa Salgada

Seguindo o viés interpretativo no qual esta pesquisa vem sendo construída, continuo aqui a pensar a esfera micro e levar à discussão para a macro vivência histórica. Devidamente apresentado o espaço de estudo que estou me debruçando no capítulo I, vamos agora conhecer as personagens que dão significados¹ e reconstroem o bairro da Lagoa Salgada. Portanto, precisamos conhecer as mulheres desta pesquisa e entender qual a contribuição destas na luta dos trabalhadores rurais. Neste capítulo vamos aprofundar sobre a história de vida e as experiências das mulheres trabalhadoras rurais que formaram a Associação Nossa Senhora das Candeias. A análise focará nas experiências de vida e suas relações com os outros, com o espaço e com a luta.

Do ponto de vista metodológico a pesquisa se constrói a partir da crítica das fontes, são elas que ditam os caminhos pelos quais a escrita percorre. As Fichas de Inscrição dos Associados, juntamente com as fontes orais, serão o ponto de partida para a compreensão e problematização das memórias relatadas. Essas últimas foram responsáveis por relatar aspectos das vivências destas mulheres. As demais fontes cruzadas nesta análise obedecem ao mesmo ritmo de pesquisa, sendo investigadas de forma a confrontar as memórias¹² relatadas e visando evitar os embelezamentos que a fonte oral pode oferecer.

Já vimos que a maternagem e a maternidade aparecem de forma intrínseca a esta pesquisa. Mas as dúvidas permanecem: quem são essas mulheres? Como elas se relacionam e vivenciam a maternidade, a individualidade, a luta política, o casamento, o próprio espaço? Tentarei responder essas questões conhecendo um pouco da história de vida dessas trabalhadoras. É importante sinalizar o caminho metodológico aplicado nesse capítulo e que deve se estender ao desenvolvimento da pesquisa que é a escolha pelo uso dos apelidos dos personagens aqui envolvidos. O que se justifica pela recorrente repetição e semelhança entre alguns nomes que eram comuns a época como, por exemplo: Maria, Antônio, Maria José, entre outros. Acredito que devidamente identificados e sinalizados, a escolha pelo uso dos apelidos permitirá ainda uma leitura mais fluida deste texto. Dito isto, apresento as três primeiras fontes orais que esta pesquisa mapeou, começando por uma das personagens que

¹² A perspectiva de memória trabalhada aqui é a de que toda memória é coletiva Halbwachs (2013), mas além de coletiva é também individual (Portelli, 1995), visto que o ato de rememorar é sempre produzido pelo indivíduo a partir de seus sentimentos. Cabe ao historiador o cuidado da escuta e a objetividade de lidar metodologicamente com cada entrevista em sua unicidade.

mais aparece nos relatos e nesta pesquisa, Dona Maria José.

CPF- 243.246.985-20

Associação Nossa Senhora de Candeias

FICHA DE INSCRIÇÃO DE ASSOCIADO

Inscrição Nº 04 Data de Admissão 20/12/1987

Nome Maria José de Andrade Rodrigues Profissão Lavadeira

Nacionalidade Brasileira Cart. Prof. Nº 65197 Série 00003BP

Naturalidade Bahama Título de Eleitor 10949560590

Estado Civil casada Data de Nascimento 28/08 de 1947

Residência 603 - Bom Tempo I. Sds. Estado de Bahia Relação de Trabalho: Peq. Proprietário

Local de Trabalho no mesmo lugar com 04 Tarefas Posseiro Arrendatário

Já foi Sócio de algum Sindicato? Sim Outros

Maria José de Andrade Rodrigues
PRESIDENTE

Figura 1 - Ficha de Inscrição de Associado: Maria José de Andrade Rodrigues. Arquivo privado da Associação Nossa Senhora das Candeias.

Segundo a ficha da Sra. Maria José de Andrade Rodrigues, conhecida como Dona Dinha, possuía 40 anos quando se tornou membro da Associação Nossa Senhora das Candeias. Pela foto que consta na fonte posso afirmar que se trata de uma mulher negra, ou pelo termo comum na comunidade, uma mulher preta. Apesar da mesma ter uma predileção por não declarar a sua cor ou utilizar o termo pardo. Indicando que para alguns membros dessa comunidade a negritude pode ser um tema complexo a ser discutido. A construção da identidade negra é sempre uma questão sensível de ser abordada já que envolve não só a identificação do fenótipo, mas toda a construção social do que é ser negro no Brasil, um país de passado escravagista.

Através da ficha e de seus depoimentos, posso constatar que a Sra. Dinha – durante o processo de associação – já era casada e tinha seis (6) filhos. Natural de Feira de Santana, Dona Dinha destaca a sua profissão como lavradora, ocupação que exercia no mesmo espaço de sua residência, uma propriedade com cerca de 4 tarefas de terra chamada de *Fazenda Bom Tempo*. Na respectiva ficha consta ainda a data em que a mesma se tornou membro da instituição, 20 de dezembro de 1987, a quarta pessoa a se associar. Destaco ainda que a própria assina a sua ficha como presidente da Associação – o que indica o grau de letramento dessa associada, tendo em vista que a maioria dos membros eram analfabetos –, o que é corroborado pela Ata de Fundação em assembleia realizada no dia 20 de novembro de 1987 e

que teve como objetivo a aprovação do estatuto, a eleição e posse da diretoria. Foram duas chapas concorrentes tendo como candidatas à presidência a Senhora Maria José pela intitulada Chapa 01 com José Leal como vice-presidente; e Antônio pela Chapa 02 tendo como vice Raimunda. Das duas chapas concorrentes a Chapa 01 saiu vencedora indicando a escolha de uma mulher como presidente em detrimento de um homem. Outra questão presente na ficha que é extremamente pertinente é: “Já foi Sócio de algum Sindicato?”. A qual D. Dinha responde positivamente. Em entrevista concedida, a mesma afirma ser membro no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana - STRFS. Devemos relembrar alguns depoimentos de Dona Dinha no capítulo anterior, nos quais relata que sua participação no STRFS foi iniciada através da tutela marital e tendo como objetivo a busca de atendimento médico para seus filhos. Apesar disso, é importante destacar que a sua participação pregressa em organização sindical, provavelmente, deu-lhe experiência para organizar a Associação Nossa Senhora das Candeias.

Gostaria de apresentar outra Maria, também associada e que por motivos semelhantes – reivindicar direitos ou vantagens para os filhos – Dona Dinha iniciou a sua “vida política”.

CPP 667407-115-34

Associação Nossa Senhora de Candeias

FICHA DE INSCRIÇÃO DE ASSOCIADO

Inscrição Nº 03 Data de Admissão 05/19/1987

Nome do Associado Maria Regina da Silva Profissão Lavradora

Nacionalidade Brasileira Cart. Prof. Nº 044018924 Série _____

Naturalidade Bahama Título de Eleitor _____

Estado Civil solteira Data de Nascimento 13/11/1940

Residência 3. Bom Tempo Relação de Trabalho: Faz. Proprietário

Local de Trabalho na mesma lavoura com Tutela Posseiro Arrendatário

Já foi Sócio de algum Sindicato? Sim Outros

Maria José de Medeiros Rodrigues
PRESIDENTE

Figura 2 - Ficha de Inscrição de Associado: Maria Regina da Silva. Arquivo privado da Associação Nossa Senhora das Candeias.

Dona Maria Regina da Silva foi a terceira pessoa a fazer parte da associação, sendo admitida no dia 05 de dezembro de 1987, quando na ocasião tinha 47 anos de idade. Nem, Dona Nem ou Nem de Zabé¹³, como também é conhecida, se declarou solteira e lavradora e,

¹³ Zabé refere-se ao apelido no qual Dona Isabel, mãe de Dona Maria Regina é conhecida no bairro.

se reconhece como uma mulher preta, embora só tenha se sentido a vontade para afirmar isso no pós-entrevista. Em depoimento, quando questionada sobre seu estado civil, esta respondeu: “Tenho filhos, mas nunca casei não, convivi com meu marido durante 19 anos e 9 meses. Quando a gente tava pra casar aí ele morreu e a gente não casou não” (Entrevista com Maria Regina da Silva, concedida a autora em 08/11/2017). Dona Nem possuía uma (1) tarefa de terra na Fazenda Bom Tempo que ganhou por direito à herança materna, na qual exercia o ofício de lavradora. Seguindo o mesmo processo de Dona Dinha, Dona Nem primeiro se sindicalizou e só depois se tornou uma associada, apresentando como motivação para a participação nestes espaços à busca por direitos para ela e seus filhos. Vale ressaltar que Dona Nem não pôde contar com a tutela marital para a sindicalização, uma vez que esta não era formalmente casada para o Estado Brasileiro. Porém, esse fato não a impediu de se associar, o que demonstra que toda norma tinha suas brechas.

Ronaldo Vainfas (1997) em “Trópico dos Pecados. Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil” demonstra como a valorização do casamento é herança da colonização brasileira. Os moldes e costumes ibéricos europeus que aqui se instalaram, bem como a religiosidade cristã conferiam ao casamento um valor dado a sua funcionalidade para as classes dominantes de anexar patrimônios e conferir status. O autor argumenta ainda como os resquícios, sobretudo, da escravização da população negra que estendia o domínio, a posse e a escravização do corpo negro à sua sexualidade favoreceu que no contexto social da colônia novos arranjos matrimoniais se tornassem possíveis. Esse “viver como se fossem casados” (VAINFAS, 1997, p. 100), no entanto, era algo que não tinha aprovação da população que o praticava, tão pouco das instituições que regravam a vida social como a Igreja. Nas palavras do autor:

Pelo visto, até homens lascivos, que por alardearem seus privilégios sexuais acabaram na teia do Santo Ofício, julgava o concubinato uma fornicação gravosa para suas almas, não usando retirar o caráter pecaminoso. Considerava um, cinco, uma fornicação capaz de levá-los ao inferno, e muito longe estiveram de associá-lo a qualquer forma de casamento pronto a confirmar nossa suposição antes mencionadas, concubinato e matrimônio raramente se confundiu no Imaginário popular. (VAINFAS, 1997, p.100)

Porém, Mary Del Priore (1995) em “*Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*”, contrariamente a este argumento acima, demonstra que não só era comum como também aceito pela comunidade o “viver como se casado fosse” e que esta prática foi lentamente sendo combatida pela Igreja pós Concílio de

Trento. Dito isto, justifica-se a delimitação na fala da Sra. Nem ao designar que conviver com seu marido durante dezenove anos, mas ainda assim não reconhecer a sua relação como um casamento. Heranças do período colonial que ainda ecoavam na sociedade feirense na década de 1980 e que conferem ao casamento religioso e civil o status de legítimo e verdadeiro, possibilitando inclusive a negação de direitos e de acesso a determinados benefícios devido a forma “irregular” da relação. Acredito que D. Nem não aprendeu a valorizar o casamento civil, mas necessariamente se sentiu cobrada pela sociedade por não ter adotado esta prática. Além disso, é bom lembrar que o casamento civil só se tornou um registro oficial após a proclamação da república.

A outra entrevistada aqui apresentada vem para representar as múltiplas experiências que compuseram a luta de mulheres da Lagoa Salgada. Vejamos a ficha dela:

Associação Nossa Senhora de Candeias

FICHA DE INSCRIÇÃO DE ASSOCIADO

Inscrição N.º 139 Data de Admissão 12 / 10 / 2013

Nome do Associado: Veronice Pereira dos Santos Profissão: Lavadeira

Pai: _____ Mãe: Vitalina Pereira dos Santos

Nacionalidade: Brasileira Cart. Prof. N.º: 3554135 Série: 001-0 BA

Naturalidade: Serra Preta Título de Eleitor: 01.095.045.05/15

CPF: 705.964.765-15 RG: 08916529-22 Data de Exp.: 31 / 08 / 2009

Estado Civil: Casada Data de Nascimento: 10 / 07 / 1957

Residência: Estrada Calundu Lagoa Salgada Relação de Trabalho Peq. Proprietário

Local de Trabalho: No mesmo com 2,0 Ha Posseiro Arrendatário

Já foi Sócio de algum Sindicato? Sim Comodatário Outros

Maria Zeli de Azevedo Rodrigues
Presidente

Figura 3 - Ficha de Inscrição de Associado: Veronice Pereira dos Santos. Arquivo privado da Associação Nossa Senhora das Candeias.

Veronice Pereira dos Santos ou Vera como é conhecida, foi uma das primeiras integrantes a ser reconhecida como fonte nesta pesquisa. Mas, curiosamente sua inscrição na associação só ocorreu formalmente em 2013, fora dos limites temporais desta pesquisa. Para tanto, reconhecendo a importância metodológica e o enorme potencial que a fonte oral permite, Dona Vera aparecerá aqui como fonte, como sujeita e como uma das integrantes de todo o movimento, uma vez que é sempre relatada e lembrada pelos outros membros. A história de Dona Vera não provoca inquietações somente por isso, mas, sobretudo, por sua história de vida. Diferente da maioria das mulheres que construiu e compôs a Associação Nossa Senhora

das Candeias, Dona Vera uma mulher negra, ainda que de pele um pouco mais clara que as demais mulheres que aparecem nesta pesquisa, é natural da cidade de Serra Preta e chegou à cidade de Feira de Santana após ser uma das Catarinas¹⁴ de sua madrinha. A busca por melhores condições de vida a trouxe para Feira de Santana na tentativa de que pudesse trabalhar como empregada doméstica. Ao se estabelecer na cidade acabou casando e indo morar na comunidade da Lagoa Salgada, onde constituiu sua família. No depoimento de Dona Nem é perceptível a lembrança da Senhora Veronice como um dos membros fundadores da Associação: “Era Dinha, Maria de Nilio e Vera. Não! Era eu, Dinha, Maria de Nilio e Socorro do SIM. Era Socorro ou era Silvia, era uma das duas. E Vera, mas Vera só fez a carteirinha depois. Porque tem anos né? Bota na mente, mas tem hora que falha.” (Entrevista com Maria Regina da Silva, concedida a autora em 08/11/2017). Apesar de sua associação tardia, é possível identificar nos relatos a constante participação de Dona Vera ao longo da trajetória da Associação, inclusive, quando a luta excedia as suas paredes físicas, como veremos em seus relatos.

Agora que vocês tiveram um primeiro olhar sobre alguns dos rostos e vozes pelos quais essa pesquisa foi ganhando forma, vamos dialogar. Partindo desse três primeiro micro biografias pretendo mapear as demais participantes e experiências das mulheres da Lagoa Salgada. A descrição dessas experiências tem a intenção de perceber as especificidades destas mulheres e como estas interferiram na pluralidade de formas na construção da luta.

2.1. Uma luta de gênero, uma luta de mulheres

É notável que em 1987, ano de fundação da associação, a média de idade das mulheres variava de 30 a 40 anos - mulheres “jovens”, porém, experientes -, além disso, todas já haviam constituído suas próprias famílias e apresentavam algum grau de poder na relação familiar, ainda que reproduzissem um modo de vida patriarcal¹⁵. Viviam da agricultura de subsistência e da venda dos excedentes na feira, a principal atividade econômica do bairro, como já visto. A vida pública dessas mulheres era restrita as festividades religiosas que

¹⁴ Catarina é um termo utilizado para designar jovens meninas de cor que trabalhavam nas casas de baixa classe média nos pós-abolição. Segundo Vianna (1994), essas meninas tinham funções variáveis dentre as quais “(...) aprender a cozinhar, lavar, arrumar, engomar, raciocinar como pessoa adulta, ter língua refreada e jamais se lembrar de que era criança.” (VIANNA, 1994. p.169)

¹⁵ Por patriarcado entende-se um sistema de práticas e ideias que reforçam e defende a “hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina” (SAFFIOTI, 2011 p.136). A esta abordagem defendida por Saffioti (2011) e que embasa esta pesquisa soma-se as relações de poder que são construídas e validadas na convivência humana e, que situa a mulher como inferior ao homem. É um conceito que extrapola os limites das relações paternas e sexuais e ganha espaço, força e forma tanto na forma de pensar e agir, quanto na violência e em todos os espaços da sociedade.

ocorriam na própria localidade. As rezas, as ladainhas e as novenas se constituíam momentos de reunião das famílias para confraternização e socialização.

Quando questionadas sobre sua religião, essas mulheres se identificam como católicas e reforçam a crença na figura de Nossa Senhora das Candeias, a padroeira que nomeia Associação. Não posso, no entanto, não fazer os devidos recortes necessários para a compreensão dessa religiosidade. Senna (2014) já nos alerta que, em Feira de Santana, há uma “bricolagem de referenciais religiosos que possibilitam sincretismos e correspondências simbólicas singulares.” (SENNA, 2014, p. 78). O autor nos explica que isso pode ser visto não só a nível local, como também nacional, sobretudo no que se refere a uma identificação do próprio sujeito como cristão:

Poder-se-ia dizer que no Brasil, pelo menos na área deste estudo, é necessário ter sido católico para tornar-se pentecostal, enquanto é necessário ser católico para praticar o Candomblé. (...)

Quando se fala em ser o perfil do católico não se está adscrevendo mitos e ritos formalmente claros. Apenas se está dizendo que, na prática e no cotidiano, a memória enraíza-se em comportamentos éticos deste viés, isto é, os parâmetros morais, filosóficos, existenciais e mesmo estéticos apoiam-se em uma base católica de pensar e proceder. (SENNA, 2014, p. 21) [Grifos do autor]

Isso é visível na comunidade da Lagoa Salgada. Embora os moradores dessa localidade se reconheçam como católicos, é comum ouvir nos relatos de outros que a família de fulano era candomblezeiro¹⁶. Assim, apesar de Dona Vera também se identificar como católica, esta responde prontamente que “eu vou no meu terreiro, não escondo de ninguém. Não faço mal a ninguém.” (Entrevista com Veronice Pereira dos Santos, concedida a autora em 10/10/2018). Este relato corrobora com a noção de catolicismo popular de Senna (2014), que afirma ser um catolicismo constituído de práticas e apropriações feitas por populares e seus agentes e representantes religiosos, mas conjugada a religiosidade oficial representada pela igreja institucionalizada. É importante frisar a importância de religiões afro-brasileiras nesse processo de bricolagem religiosa.

A religiosidade, para essas mulheres, se apresentava para além das suas crenças. Além de um momento de confraternização e de vivências coletivas, foram suas crenças que propiciaram o primeiro contato destas com a militância e a iniciação de uma vida pública política. De acordo com DEERE (2004), no período de redemocratização muitas demandas sociais ganharam visibilidade nacional, como foi o caso da luta das mulheres trabalhadoras

¹⁶ Termo comum na comunidade para identificar os que frequentam os terreiros de candomblé.

rurais e da reforma agrária. As origens desses movimentos, como argumenta a autora, são rastreáveis pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que foram responsáveis pela proliferação de movimentos sociais, sobretudo, em áreas rurais e de favelas desde a década de 1960. A Teologia da Libertação, assim como a Pastoral da Terra (CPT), foi responsável pela divulgação e “coerência a essas lutas pela terra”. (DEERE, 2004, p. 177). De acordo com Nóbrega, (1988) “CEBs e Teologia da Libertação desenvolveram-se concomitantemente.” (NOBREGA, 1987, p.68) difundindo assim, um catecismo¹⁷ libertador.

A Teologia da Libertação, segundo esta autora, tem suas origens e seu desenvolvimento na prática de um projeto que visa a “salvação humana nas condições históricas do aqui e agora.” (Ibidem, p. 64) e se fixa na dialética da relação entre “opressão-superação”. A práxis seria então, condição mútua assim como a reflexão acerca da realidade vivida. Rastreamos suas origens na América Latina, Nobrega (1988) afirma que a Teologia da Libertação se apresenta como “referencial teórico de um agir, oferecendo princípios e valores para ajudar os homens a assumirem seu papel histórico no processo de mudanças sociais” (Ibidem, p. 64) uma teologia que visa além do discurso da fé, a transformação da realidade religiosa, econômica, política, social e cultural. Essa pesquisa se depara com a participação de entidades que tinham como objetivo o desenvolvimento das camadas mais populares da sociedade de Feira de Santana, como por exemplo o Movimento de Organização Comunitária – MOC e o Serviço de Integração do Imigrante – SIM.

No primeiro capítulo já foi discutido como na zona rural de Feira de Santana era recorrente a inserção na vida política através de entidades como o sindicato, CEBs, Igreja católica e MOC. No âmbito nacional o cenário não é muito diferente. Em estudo sobre os direitos da mulher a terra, Deere (2004) afirma que:

As mulheres rurais, no começo da década de 1980, começaram a participar em número crescente de sindicatos rurais e do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) nascente, bem como começaram a formar suas próprias organizações autônomas. (DEERE, 2004, p.176).

A autora destaca ainda que tais ações foram formalmente legalizadas após a Constituição Federal de 1988, que traz em seu texto não só a igualdade perante a lei, mas também o Artigo 189 que prevê título de domínio e concessão da posse da terra a homens e

¹⁷ A autora defende que sempre houve a teologia e o catecismo. Segundo ela: “A teologia é dos teólogos, dos intelectuais, mesmo a da Libertação. O catecismo é do povo, dos iniciantes nos mistérios da fé.” (NOBREGA, 1988, p.68). Demonstrando que ainda que se trate de um projeto de revolução sociopolítica e econômica, a própria formação da teologia segue uma lógica de classes.

mulheres, independente do estado civil. Dona Dinha seguiu esse mesmo percurso:

- Eu comecei a andar pela Igreja, com a Pastoral da Família, aí fui conhecendo as coisas. A igreja que me apresentou o sindicato. Quando cheguei no sindicato foi que fiquei sabendo que era pro trabalhador rural. Aí fui me envolvendo lá e to aqui hoje. (Entrevista com Maria José Rodrigues, concedida a autora em 01/10/2017)

Ainda sobre o contexto de participação das mulheres trabalhadoras rurais nos meios políticos, outro grupo se destaca: O Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais Nordeste (MMTR -NE)¹⁸ que surgiu em 1986 reunindo mulheres de Pernambuco e da Paraíba e, depois, se estendeu a toda região Nordeste. Em Feira de Santana é possível investigar a atuação do grupo através de cartilhas encontradas nos arquivos da Associação Nossa Senhora das Candeias, como a seguinte:

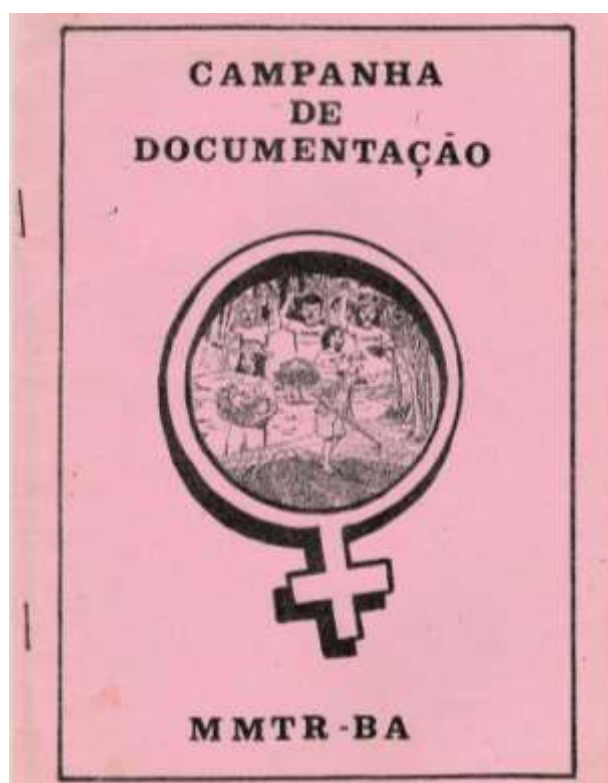


Figura 4 - Cartilha de Documentação da Mulher Rural produzida pelo MMTR – BA. Arquivo privado da Associação Nossa Senhora das Candeias.

A cartilha, mesmo não sendo datada, é fundamental para analisar a importância ideológica entre as mulheres da comunidade. O material encontrado nela é praticamente um manual sobre os documentos pessoais básicos para garantir a manutenção dos direitos da trabalhadora rural. Escrita em formato semelhante a uma história em quadrinhos e repleta de

¹⁸ Disponível em <http://www.mmrne.org.br/quem-somos.php>. Acessado em 07 de fev. de 2019.

diálogos voltados para o público feminino rural, o livreto apresenta um relato de quais seriam os principais documentos para a mulher trabalhadora rural, bem como os procedimentos para a obtenção dos mesmos. Analisando as personagens que figuram na cartilha, verificamos que são todas do gênero feminino e representadas a partir dos mais variados fenótipos, existindo apenas uma figura masculina representada como o empregador.



Figura 5 - Cartilha de Documentação da Mulher Rural produzida pelo MMTR – BA. Arquivo privado da Associação Nossa Senhora das Candeias.

Na figura acima, noto que o homem é o responsável por assinar uma carteira de trabalho, o que denota que a posição de chefia profissional da vida rural ainda era vista como uma atribuição essencialmente masculina. Além disso, é necessário ressaltar que a linguagem e as imagens adotadas são simples e diretas, com evidente apelo pedagógico.

Assim, com o objetivo de “levar informações e orientações às mulheres que trabalham na zona rural é destacado a importância de adquirir **todos os documentos** [grifos da fonte] que a lei nos permite, a fim de garantirmos nossa **cidadania** [grifos da fonte]” (MMTR, p.1), a cartilha traz ainda um lema que não deixa de ser um grito de guerra: “**NENHUMA TRABALHADORA RURAL SEM DOCUMENTO** [grifos da fonte]” (MMTR, p.1) que é repetido diversas vezes na cartilha. Os documentos apresentados são todos referentes à mulher enquanto pessoa física e para a garantia de seus direitos como trabalhadora rural, bem como a posse de terra; sendo eles: a certidão de nascimento (para a mulher e para os filhos), carteira de identidade, carteira de trabalho, título de eleitora, cadastro de pessoa física, cartão de identificação do contribuinte, título da terra, bloco de notas de produtora rural, carteira de identificação de segurada especial, declaração anual das operações de vendas¹⁹ e carteira de sócia do sindicato e da associação.

Para além desses documentos, é possível ainda perceber na cartilha uma linguagem que indica a conscientização das assimetrias de gênero. O que pode denotar a influência do movimento feminista ou do movimento de mulheres na elaboração da cartilha. Trechos que alertam sobre alguns direitos que ainda precisavam ser conquistados ou em textos como “Eu mesma comecei a tirar meus documentos, faz pouco tempo. Para nós mulheres, tudo é conseguido com mais dificuldade” (MMTR, p. 3) podem exemplificar.

Em outros momentos é possível perceber como há no discurso a valorização do movimento organizacional de mulheres, como pode ser visto na imagem a seguir. A contextualização destes textos nos ajuda a identificar que a cartilha foi veiculada pós Constituição Federal de 1988, já que faz referência ao já citado Artigo 189 que garante a titulação e concessão a terra às mulheres, independentes de seu estado civil. O cruzamento de referências e fontes permitiu-me delimitar a data dessa cartilha entre 1994²⁰ e 1997²¹, anos nos quais é possível encontrar campanhas com a mesma nomenclatura “Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documento”²². (SIQUEIRA, 2014; MMC BRASIL, 2004).

¹⁹ Não foi possível esclarecer que tipo de documentação é essa, mas acredita-se que seja um relatório detalhado com os custos e gastos das vendas realizadas pelos pequenos produtores. As agricultoras, entretanto, relataram nunca terem feito essa declaração, afirmando que não era exigida.

²⁰ Segundo a 5ª edição do Livreto “Nenhuma trabalhadora Rural Sem Documentos” publicado pelo Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil, após a aprovação do salário maternidade e da aposentadoria para as trabalhadoras rurais pelo Estado Brasileiro em 1994 “foi preciso assumir a luta pela documentação das trabalhadoras rurais.” (MMC BRASIL, 2004. p.15).

²¹ O marco de 1997 aparece na dissertação de Siqueira (2014) como sendo o ano de lançamento de uma campanha pela Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais - ANMTR



Figura 6 - Cartilha de Documentação MMTR – p.16

Está nitidamente descrito na cartilha que houve um processo de aceitação e adequação da sociedade aos novos direitos femininos expressos no texto “ainda não está sabendo da lei”. É possível notar ainda que havia um preconceito com as pessoas da zona rural, reforçando um estereótipo do rural como lugar de atraso, de pessoas desinformadas, exposto no trecho “ou quando vê que a gente é da roça, nem atende”. Tal afirmação buscava destacar que a trabalhadora rural sofria duplamente discriminação, a de gênero que impedia as mulheres de serem reconhecidas como cidadãs e, num segundo momento, por sua profissão, enquanto trabalhadoras rurais.

Como entidades que se intitulavam feministas por defenderem o reconhecimento e os direitos da trabalhadoras rurais como mulheres e produtoras, o MMTR -NE²³ e o MMTR – BA²⁴ eram movimentos que permitiam as mulheres da Lagoa Salgada um contato com o feminismo numa perspectiva bem específica de suas reivindicações. Apesar disso, acredito que as trabalhadoras rurais de Lagoa Salgada não pautaram suas lutas sob a bandeira do

²³ Movimento de Trabalhadoras Rurais secção Nordeste.

²⁴ Movimento de Trabalhadoras Rurais secção Bahia.

feminismo. Não há como negar que foram influenciadas em certa medida pelas lutas e conquistas proporcionadas pelo movimento feminista brasileiro e, sobretudo, pelo movimento feminista rural, mas na *Associação Nossa Senhora das Candeias* não foi possível visualizar a mesma configuração, há e houve sim um movimento de mulheres que vamos conhecer mais intimamente e que esteve diretamente associado ao ideal de maternagem atribuído unicamente as mulheres em uma sociedade de estrutura patriarcal.

A tese do movimento de mulheres não necessariamente feminista criado a partir da Associação se sustenta com os argumentos apresentados no primeiro capítulo e que reforçam a hipótese de que as mulheres da Associação tiveram sua participação motivadas pela maternagem. Nesse sentido, é necessário ampliar o diálogo com a pesquisa de Deere (2004) que ao associar o direito da mulher a terra numa perspectiva feminista, aponta como principais motivações para esse movimento o argumento produtivista e o empoderamento. Segundo esta autora “O argumento produtivista refere-se ao reconhecimento de que o direito das mulheres a terra está associado com o aumento do bem-estar de mulheres e seus filhos, bem como sua produtividade e, portanto, com o bem-estar de sua comunidade e sociedade.” (DEERE, 2004. p.176). O empoderamento feminino como consequência da posse de terras por mulheres conferia a estas um novo status dentro família, permitindo que a mesma pudesse a partir de então “aumentar o seu poder de barganha” e, nessa disputa de poder, “acabar com sua subordinação aos homens e, assim, atingir uma real igualdade entre homens e mulheres.” (Idem, ibidem, p.76). Essa análise pode ser adequada à compreensão da luta feminina rural no âmbito do MST, mas não abarca a realidade da Lagoa Salgada.

Em primeiro lugar verifica-se que as mulheres da *Associação Nossa Senhora das Candeias*, quando da década de 1990, em que campanhas de documentação feminina eram lançadas, desempenhavam lutas que extrapolavam a cidadania e o direito da mulher. Registros de formação de grupo de idosos, de inscrição de jovens em frente de trabalho, o programa de educação rural para alfabetização de jovens e adultos e um abaixo assinado enviado ao Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAC solicitando atendimento para aproximadamente 21 jovens (até os 28 anos) confirmam que as ações da Associação se baseiam muito mais nas condições de vida da comunidade em geral, dos jovens aos idosos. Ou seja, a motivação é o bem-estar da família e da comunidade.

Dessa forma, observa-se um movimento de mulheres trabalhadoras rurais voltado para as demandas cotidianas de manutenção da família e da comunidade e que compartilhava, em certa medida, as pautas de um movimento feminista, mesmo sem estarem ligadas a este último movimento. Sobretudo porque essas mulheres não tinham o interesse de romper a

ordem social na qual estavam inseridas. Em nenhum momento desta pesquisa foi possível registrar o interesse em promover uma revolução social, mas sim uma luta guiada por critérios de classe, nos quais questões inerentes aos conflitos de gênero e a dominação masculina perpassavam. Não foi possível, igualmente, constatar como os conflitos de raça motivaram a luta dessas mulheres. Por isso, é necessário rever a história de vida dessas mulheres e entender como padrões sociais de gênero e raça se entrelaçaram e entrelaçam em suas vidas.

2.2. “Se eu fiz tem que ter meu nome”

Seguindo a teoria feminista e me desvincilhando de uma construção patriarcal da produção textual que silencia as mulheres, neste tópico procuro me ausentar o máximo possível reconhecendo o direito das depoentes falarem por si e relatarem suas vivências. Porém, por questões de organização o texto apresentará algumas temáticas norteando a leitura dentre as várias experiências por elas narradas.

Nem todas as mulheres que fizeram e fazem parte da Associação nasceram na Lagoa Salgada. Como visto no primeiro capítulo, a comunidade rural se constituía de poucas casas, em sua maioria distante uma das outras. Vamos “ouvir” um pouco sobre a chegada das Senhoras Nem e Veronice a comunidade. Com a palavra Dona Nem:

- Olha, eu nasci num lugar chamado Nova Sorte, o dono do lugar chamava Juliano. Antigamente que a gente morava no que era dos outros né? E aí que papai trabalhava de reideiro e a gente ficava lá. Aí depois surgiu essa fazenda aqui pra papai vim tomar conta, aí quando eu vim pra qui tinha uns 12 anos de idade. Daí também não saí mais. Foi, eu tinha uns 12 anos quando vim pra qui, pra aquela fazenda lá em baixo onde é de Tõe Pitú hoje, que era de dona Anita. (...). Com 12 ano, mainha também tava tendo fio ainda, cabou de ter os fio aqui.

(Pausa rápida na fala pela entrevistada)

Até que naquela época ainda eu vim sem me registrar. Quando eu cheguei aqui, que eu comecei a trabalhar, foi que eu fiz dinheiro. Hoje que o povo registra de graça né? Mas antigamente tinha que ter dinheiro pra fazer registro. Papai também cheio de fio, ganhava pouco, não tinha dinheiro assim. Aí eu trabalhei, ganhei meu dinheiro e fui no fórum fazer meu registro. Foi e aí comecei a fazer meus documentos. Eu nova assim, com 15, 16 anos trabalhava assim, aí peguei o dinheiro fui no fórum e fiz meu registro. (Entrevista com Maria Regina da Silva, concedida a autora em 08/11/2017).

A Senhora Nem relata que chegou a comunidade junto, com sua família, por volta do ano de 1952, quando a mesma tinha 12 anos de idade. Não foi possível identificar em seus

relatos e memórias nenhum marco temporal, além da sua idade, que pudesse oferecer uma data mais precisa quanto a sua chegada. A partir da narrativa desta senhora e do ponto de vista interseccional, penso nos vários aspectos que aparecem nesta narrativa. Num primeiro momento, é perceptível sua atuação — desde a infância — na produção primária da agricultura de subsistência, na qual toda a família está inserida, e a participação ativa na divisão de tarefas para o alimento e sustento família. Outro aspecto diz respeito à dificuldade de mulheres e homens pobres para emitirem a documentação básica (registro de nascimento e carteira de identidade), situação recorrente no meio rural, sobretudo, para as mulheres. A emissão de documentos tornou-se pauta do Movimento de Mulheres anos depois.

Ao notar a cor da pele dessas mulheres, a maioria negra, penso nessas experiências também sobre o viés dos pós-abolição, no qual a mulher negra e pobre via nos espaços públicos e/ou longe do ambiente familiar uma forma de sustento. Para estas, a sua sobrevivência e a de sua família estavam nas ruas, nas feiras, nas casas de outros. Outra consequência à população negra no pós-abolição pode ser notada na história da Sra. Veronice quando esta relata o seu processo de chegada à comunidade vinda de outra cidade. O trabalho doméstico, sobretudo como catarina para as jovens, foi uma das alternativas para as mulheres negras:

- Eu sou Veronice Pereira dos Santos. Tenho 61 ano. Hoje eu sou viúva, mas casei aqui na Feira. Casei e tive meus 4 fio aqui que é Milena, Peu, Minho e Deda que é a mais nova. Criei meus fio tudo aqui junto com tua avó. Eu sou do sertão, lá do Fulô de Serra Preta, pra quem vai ali pra estrada de Ipirá. Lá é sertão verdadeiro, as coisa ainda é muito difícil lá, ta pensando? Eu quando eu saí de lá, eu saí de lá pra ajudar mamãe. Eu fui pra cidade menina ainda, cidade não que naquela época era tudo roça. Eu fui morar com minha madrinha, aí eu ajudava nas coisas lá, trabalhava com minha madrinha pra mandar as coisa pra casa. Eu ficava na casa de madrinha, limpava tudo lá, trabaiava no que ela mandava, fui crescendo com as fia dela, mas o trabalho era pesado. Eu catava lenha, ia pra feira, fazia de tudo, desde pequena que eu faço de tudo. Hoje que o povo não quer fazer mais nada, não tem serventia de nada. Eu lembro que eu trabaiava pra mandar naquele tempo um saco de farinha pra casa pra mode minha mãe comer e dá aos meus irmão tudo, todo mundo comia. Depois foi que eu fui crescendo e vim aqui pra Feira e fui trabalhando e hoje to aqui. (Entrevista com Veronice Pereira dos Santos, concedida a autora em 10/10/2018).

Duas histórias de vida distintas, Dona Nem e Dona Vera, que se encontram na Lagoa Salgada. Enquanto uma já morava na cidade de Feira de Santana e chegou á comunidade da Lagoa Salgada junto com sua família devido ao emprego do pai renteiro que trabalhava na propriedade de terceiros. A outra “era menina arranjada (...) por comadre de conceito”

(VIANNA, 1994. p.170), saiu de casa ainda criança para ajudar a família e trabalhava como catarina para a madrinha. A naturalização do trabalho infantil aparece como algo recorrente nos relatos desta pesquisa. Aqui novamente retomo a discussão sobre a etnia das entrevistadas, visto que ainda que de pele mais clara, a Senhora Veronice, nos moldes da miscigenação brasileira, é considerada negra. Esta, contudo, desvencilhou-se do seu núcleo familiar ao ir “prestar” seus serviços a sua madrinha, atividade que segundo Vianna era comum nos pós-abolição:

Antigamente, mesmo depois do término da escravidão oficial, toda casa de baixa classe média possuía uma menina de cor com funções variáveis. Podia ser apenas uma menina para brincar com a menina filha da família, com obrigações de zelar por ela e não revidar ofensas, ou para acudir os adultos quando assoberbados por algum trabalho. Tal tipo de menina podia considerar-se com muita sorte se os patrões não eram sádicos. Comia direito, dormia razoavelmente, possuía o direito de agir como criança, de vez em quando. Chegava a *aprender a ser gente*, se era de boa índole. [grifos do autor] (VIANNA, 1994. p. 169)

Aí se encontra o conceito de catarina, o termo no qual apresento a Sra. Veronice. Uma das estratégias de submissão feminina e, sobretudo, da mulher negra travestida de boas oportunidades e favores pelos economicamente mais abastados. Além das atribuições que se seguem muito bem apresentadas por Vianna, lemos da depoente a sua responsabilidade de ajudar a família sertaneja que esperava pelos sacos de farinha que a mesma enviava para o sustento familiar. Novamente percebo como os limites da infância e da vida adulta se confundiam no meio rural, principalmente entre as classes mais baixas onde a criança, seja na agricultura de subsistência ou não, é também responsável pela manutenção e cuidado da família. Ademais, era supostamente a “oportunidade” de a menina negra de família pobre ser educada e ter uma “boa vida” e boas oportunidades. Mas, desfrutar de tais “confortos” não era para qualquer uma. Em *Antigamente era assim*, obra na qual Vianna (1994) discute esse conceito, lemos que existiam padrões da “criada eficiente” que iam desde o seu tipo físico até o comportamento. Por isso, a catarina “era menina arranjada pela lavadeira, pela *freguesa* de alguma coisa, pela vizinha do lado, ou por comadre de conceito.” (VIANNA, 1994. p. 170). O que indica que era necessário o conhecimento sobre a moral e os costumes dessas meninas e de suas origens a fim de que as mesmas não “manchassem” a honra ou desvirtuassem a família para a qual trabalhavam.

Outro aspecto são as atividades que essas mulheres desempenhavam após estarem estabelecidas na cidade de Feira de Santana. Diante do ambiente patriarcal rural as histórias se

assemelham aos rumos que as mesmas deram as suas vidas: a vida familiar, cuidar dos filhos e da casa. Mas, ao questionar sobre a rotina e o dia a dia delas, as Senhoras Dona Nem e Maria José relatam experiências de vida que marcaram as suas trajetórias e que julgo serem necessária para entender o percurso por elas traçados até a construção da Associação. As respostas dessas mulheres apresentam um viés muito claro, o trabalho. E, em meio a fala sobre o labor cotidiano, aparecem alguns indícios das estratégias que as mesmas adotaram durante a vida e que remetem quase sempre ao cuidado da família e a criação dos filhos. Esses indícios me permitem perceber qual a relação dessas mulheres com espaços além de sua casa. No depoimento da Senhora Nem encontro uma viúva que precisou assumir novos posicionamentos na falta do seu companheiro:

- Trabalhava na roça, rancava mandioca, fazia beiju e ia pra feirinha vender. Saia daqui 4, 2, 3h da manhã aí o carroceiro no didá dele, ele ainda era o carroceiro. Depois que ele faleceu eu quem dirigia a carroça, botava Gil em cima que era o mais velho, pra fazer companhia. Naquela época não fazia medo a gente andar né? E eu dirigia a carroça. Pra ir pra feirinha, pra estação nova. Chegava lá vendia as mercadoria, beiju ou farinha de mandioca, massa de aipim, puba. Vendia, quando terminava vinha embora, uma 4, 4:30h a gente vinha chegando aqui. (Entrevista com Maria Regina da Silva, concedida a autora em 08/11/2017).

No caso da depoente, a falta de uma figura marital não altera a sua condição de acesso a esse espaço da feira, mas a insere em novas funções como a direção da carroça e o cuidado com o animal, atividades que comumente eram desempenhadas pelos homens. Ainda assim, leia que para a Sra. Nem a figura masculina representada pelo filho mais velho, Gil, era necessária para legitimar a sua “liberdade” e segurança nos espaços públicos.

A Sra. Dinha ao recordar seu cotidiano evoca a lembrança da falta de acesso à educação:

- Eu sempre trabalhei na roça, as coisa de casa tudo. Desde pequena mamãe botava a gente pra fazer as coisa que naquele tempo ninguém estudava. Aninha que ainda estudou quando teve uma escola lá em Seu Belo, Armando, Zelito. Mas não me alcançou não. Quando eu já tava na idade assim de estudar, dessas coisas, não tinha mais escola. Aí quando casei continuei na mesma labuta né? Antõ também labutava com as terra e criei meu fio assim. Eu lidava na roça, vendia na rua, é, vendia beijú, puba, farinha de mandioca, era os bicho pra cuidar. Ia de carroça debaixo de chuva pra ir vender, cobria os beijú e ia tomando chuva, coisa era nas trovoadas. (Entrevista com Maria José Rodrigues, concedida a autora em 01/10/2017)

A lembrança de que alguns de seus irmãos tiveram acesso à escola dá indícios da importância que a mesma dá a educação. Talvez, por isso, ainda hoje ela sempre me peça para corrigir as atividades dos seus livros didáticos; ou o reconhecimento da importância da educação tenha motivado a primeira reivindicação desse grupo, a escola. O saber utilizado na agricultura de subsistência não exigia delas o letramento, nem o conhecimento das operações básicas da matemática, no entanto, eram úteis no trabalho, na compra e venda do que produziam. Assim como para a família da Sra. Nem, a carroça também era o meio de transporte para a família da Sra. Dinha. Esta, no entanto, não a guiava já que era tarefa de seu marido, sua função era tomar conta das mercadorias. De acordo com esta, por vezes ela ia descoberta, se molhando na chuva para proteger os produtos que seriam vendidos na feira.

A esta altura da pesquisa me inquieto em entender de onde surgiu a ideia de formar o grupo de mulheres e a Associação. A tentativa de descobrir como essas mulheres se conheceram foi um tanto frustrada, já que nesse espaço as relações se criam e se confundem com os laços familiares e de amizade, surgindo expressões comuns no ambiente rural como “Nem de Zabé” como já citado. Na qual a Sra. Nem é identificada através do nome de sua mãe, permitindo que a pessoa lhe reconheça por associação a sua família. Considerando o que já sabemos sobre a Lagoa Salgada, uma comunidade pequena com poucas famílias, suponho que as famílias das nossas personagens já se conheciam e/ou interagiam.

Início os questionamentos sobre como a associação foi formada, como elas se conheceram e sobre quem foram as primeiras participantes:

- Foi assim, a gente não conhecia. Aí falaram, alguém falou que pra eu ter direito, pra eu ter direito, para os meninos ter direito a receita lá no Dom Pedro de Alcântara... aí Antõï foi e fez a carteirinha dele. Depois que Antõï passou, aí que pegou. A gente ia se receitar lá, levava os meninos pra se receitar lá tinha médico no sindicato ou senão pegava a guia pra ir pra o Dom Pedro, tinha um cartãozinho rosa que pegava que era pra ir pro Dom Pedro, era assim. E tinha um... esse era o sindicato dos trabalhadores rurais e tinha o sindicato rural, o sindicato patronal que era dos patrão. Era quando assim... de João Marinho, dos ricos ajudar os trabalhador deles. (Entrevista com Maria José Rodrigues, concedida a autora em 01/10/2017).

Com uma rotina de muito trabalho e de cuidados com a família essas mulheres iniciaram um movimento que culminou na construção da associação. Para a Sra. Dinha o início da associação pode ser compreendido ao entendermos como a mesma passou a conhecer os seus direitos através de espaços como o do sindicato. Mesmo que seu acesso a

este espaço tenha ocorrido através do seu marido, foi através do sindicato que a Sra. Dinha passou a conhecer novas possibilidades de vivências para a sua realidade e de sua comunidade. O que já demonstra que mesmo dentro dos moldes patriarcais que redigiam as instituições e desenvolvendo suas “atribuições” de mãe e esposa, esta iniciou sua vida política.

Diferente desta experiência, a Sra. Veronice não teve os mesmos direitos que a personagem anterior. Enquanto seu Antônio, o marido da Sra. Dinha, se filiou ao sindicato para possibilitar o acesso médico aos seus filhos, o marido da Sra. Veronice não pode fazer o mesmo. Em seu relato é notável que o acesso ao sindicato fosse restrito aos seus contribuintes, aos que pagavam pela sindicalização:

- Era, tinha uma guia pro Dom Pedro, mas naquele tempo só tinha direito quem pagava o NPS. Quem tinha direito pro médico era quem pagava. A gente que não tinha nada com que pagar. Depois que foi liberado pra gente ter acesso também, mas através da associação. (Entrevista com Veronice Pereira dos Santos, concedida a autora em 10/10/2018).

Por não ter condições de pagar a contribuição sindical, a família da Sra. Veronice não teve acesso aos mesmos recursos que a família da Sra. Dinha, como, por exemplo, o atendimento médico no Hospital Dom Pedro. Consequentemente, não foi também nesse espaço que a Sra. Veronice passou a reconhecer os seus direitos enquanto mulher e trabalhadora. Diferente da personagem anterior, as condições econômicas da família da Sra. Veronice a impediu de fazer parte do sindicato, assim como ocorreu para muitas outras famílias da comunidade da Lagoa Salgada. Nesse sentido, a Sra. Dinha se apresenta como privilegiada tendo em vista as condições financeiras que a permitiu acessar os direitos dos sindicalizados.

Assim, constato que as associações tinham o papel de assistir socialmente aqueles que não eram sindicalizados. Para além da defesa de direitos trabalhistas, ou ainda de organização de determinado espaço, as associações se apresentavam como forma de acesso a direitos básicos (como atendimento médico) que eram ignorados pelos poderes públicos as sociedades rurais. É presumível ainda que as associações fossem o ponto de partida para a promoção de muitas entidades, como os sindicatos. Afirma Dona Nem:

- Depois da associação aqui, que o povo aqui que foi sócio no sindicato. Aí, naquela época transporte difícil, dinheiro difícil, tinha que gastar um dia pra mode ir no sindicato pagar a mensalidade do sindicato. Aí Dinha chegou lá e conversou e botou aqui uma

delegacia sindical. (Entrevista com Maria Regina da Silva, concedida a autora em 08/11/2017).

A falta de conhecimento sobre seus direitos, assim como a pouca condição financeira e o patriarcalismo impediram que o sindicato fosse visto como uma entidade representativa pelas trabalhadoras da Lagoa Salgada. As falas das Sras. Nem e Veronice convergem em relatar que a Associação possibilitou o acesso à saúde como também o próprio sindicato através da delegacia sindical. As delegacias sindicais eram representações da instituição do sindicato através de um membro representante. No caso em questão, as delegacias tinham a função de promover formação e coleta de pagamentos dos sindicalizados, como uma extensão do serviço do sindicato aos seus membros mais distantes. As delegacias sindicais foram regulamentadas pela Lei nº 1402, de 5 de julho de 1939, no qual o parágrafo segundo do artigo sétimo diz que “dentro da base territorial que lhe for determinado é facultado ao sindicato instituir delegacias ou secções para melhor proteção dos associados e da categoria profissional representada.”²⁵ Portanto, as delegacias são extensões do sindicato visando o melhor atendimento de seus sócios.

No tocante a formação e as funções das delegacias sindicais vinculadas ao STRFS, Jesus (2009) argumenta que as mesmas foram criadas a partir de 1986 em Assembleia Geral Extraordinária na referida instituição e “teriam o papel de *“organização e encaminhamento das lutas dos trabalhadores rurais”*. Num primeiro momento, os distritos indicados para serem sedes de delegacias foram: Lagoa Grande, Matinha, Pitiá, Lagoa Salgada, Genipapo I, Santa Cruz, Olhos D’Água da Formiga e Bravo” (JESUS, 2009, p.78). Nota-se que a Lagoa Salgada foi uma das primeiras localidades a receber as delegacias e que o ano de formação das mesmas (1986) coincide com o ano de fundação da Associação Nossa Senhora das Candeias, que foi em 1987.

Ainda assim segue a lacuna sobre como essas mulheres chegaram até a formação da Associação em sua comunidade. Quando pergunto a Dona Nem de onde surgiu a ideia a mesma relata:

- Dinha teve aquela ideia que a gente tem que ter uma associação porque a associação é uma organização. Uma organização pra gente né? E a gente sendo organizado nas coisas sempre é mais fácil pra gente conseguir as coisas. (Entrevista com Maria Regina da Silva,

²⁵ BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De11402.htm. Acesso em: 11 jul. 2019.

concedida a autora em 08/11/2017).

Para Dona Vera:

- Dinha me chamou, que Dinha tava na frente. Aí Dinha me chamou pra eu participar das reunião. Que ia pro Sim, tinha as reunião do SIM e da Pastoral da Criança, de tudo a gente participava. (Entrevista com Veronice Pereira dos Santos, concedida a autora em 10/10/2018).

Ambas colocam a Senhora Dinha como ponto de partida para o início da Associação. Devemos lembrar, inclusive, que esta foi a única que teve acesso ao sindicato, onde provavelmente obteve algum tipo de formação que a levou a conhecer, reconhecer e lutar por seus direitos. É crucial a esta pesquisa recordar que o que motivou a Sra. Dinha a chegar ao sindicato não foi á busca por melhores condições de trabalho para si, mas o acesso a direitos básicos para os filhos e a família.

Mas ao questionar a Sra. Dinha sobre seu protagonismo, é difícil rastrear a sua ação. Suas falas remetem sempre ao coletivo, as ações de entidades, ao povo da comunidade, mas não a si própria. Talvez as suas memórias estejam ligadas sempre ao coletivo, a luta social e isso reflita em seu relato; ou ainda na seleção das memórias a serem narradas o coletivo pareça mais atrativo. Ainda assim, opto por inserir seu relato aqui, visto que novamente a importância de entidades como o MOC que, inspiradas pela teologia da libertação, aparecem como elo entre a ação do sindicato e a educação política dessas mulheres. Vejamos:

- O MOC trabalhava com o sindicato, fazia trabalho de assessoria com o sindicato. Porque o sindicato tinha o público, mas o MOC não tinha. Aí o MOC fazia aqueles projetão, mandava verba e não sabia aonde distribuir e se unia com o sindicato pra o sindicato passar o povo pra ele. Pegava, ajudava com qualquer coisa era assim.

(..)

O Moc ensinava, passava pra gente, ensinava a gente como era o prefeito, o que era que o prefeito fazia, o que era que o vereador fazia, as lei do município, a lei orçamentária como era aprovada, como não era. Como conseguia, que ia pra câmara, o MOC fazia esse trabalho. Ele ajudava o povo a ter conhecimento das coisas. (Entrevista com Maria José Rodrigues, concedida a autora em 01/10/2017)

Incluo na narrativa Rosângela a filha da Sra. Dinha, segundo ela:

- Eu lembro que tinha as reuniões aqui pela varanda, na casa dos outros. Mãe foi a primeira mulher a participar do sindicato, depois dela que o

bairro todo foi. Isso quando o sindicato era ali na feirinha ainda, naquele prédio grande que construíram ali. Eu fui lá umas 3 vezes pegar guia pra ir pro médico. Era um grupo de mulher que tinha. Mãe andando lá pelo sindicato foi conhecendo esse povo, ela já teve até cargo lá dentro. Aí vinha enfermeira, Silvia do SIM, Socorro e Gorete também. Tinha reunião de saúde da mulher essas coisas, era um grupo de mulher assim. Aí dessas reuniões, foi esse grupo que foi se organizando e formando a associação. (Entrevista com Rosangela A. Rodrigues Silva, concedida a autora em 16/03/2018)

Ao ler esses depoimentos penso nas leituras de Sardenberg que discutem os significados e apropriações do conceito de empoderamento no texto *Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista*²⁶. Talvez essa pesquisa esteja inserida em uma das lacunas da compreensão do empoderar-se, nas quais a autora reconhece nos seus escritos. Segundo a mesma “conhecemos pouco ainda sobre como se processa o caminho do individual para o coletivo e vice-versa, e do institucional para o individual.” (SARDENBERG, 2006, p.9). Nesta pesquisa, no entanto, observamos que a primeira a iniciar uma vida militante foi a Senhora Dinha. A mesma, através das instituições já citadas, passa a conhecer os seus direitos e, só então, as demais mulheres da comunidade são motivadas a procurar seus direitos também. Faz-se necessário delimitar o conceito de empoderamento no qual essa pesquisa e a autora acima referida se baseiam para então aprofundar as discussões.

2.3. “Por isso que eles me acham, me chamam: Dona, Doutora Dinha”

Vejo a necessidade de discutir um conceito, empoderamento, que no tempo que escrevo é tão utilizado e pouco pensado. Sardenberg (2006) apresenta o conceito numa perspectiva bem ampla. Para ela, a noção de empoderamento tomou vários rumos e significados, sendo utilizada de diversas formas e por diversas categorias e instituições. O que não se pode negar, no entanto, é que este conceito tem origens nas ações militantes feministas e que sua teorização ainda hoje vem sendo discutida sem um consenso. Sua interpretação é de que:

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latinoamericanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das

²⁶ O texto é uma transcrição de uma comunicação oral apresentada por Cecília Sardenberg apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO.

mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com o a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas”. (SARDENBERG, 2006, p.6)

Nota-se que, ao explicar sua interpretação, a autora delimita que é uma visão feminista. Além de produzir uma análise que considera as necessidades das militantes latino americanas, Sardenberg vai além do óbvio ao considerar as múltiplas aplicações e desdobramentos que o empoderamento pode provocar. Ao pensar o contexto desta pesquisa e suas protagonistas, não poderia falar de um empoderamento feminista como consequência ou motivador de suas experiências. Mas, sim num “processo da conquista da autonomia, da auto-determinação” e da busca de maior autonomia e controle sobre seus corpos e suas vidas, como coloca a autora.

Apesar de a autora estar falando em nome das feministas, acredito que esse conceito possa embasar a minha compreensão sobre o processo de formação da Associação Nossa Senhora das Candeias. Ao considerar as especificidades e as experiências de vida dessas mulheres, entende-se que as suas ideias seguem alinhadas as pautas do movimento feminista, seja por meio das instituições nas quais as mesmas receberam ajuda, seja por meio de conquistas que o movimento feminista tenha levado a sociedade.

Apesar de uma abordagem ampla, a autora considera as características comuns que as teorizações trazem sobre o conceito de empoderamento. É a partir do que Sardenberg chama de convergências entre os conceitos de empoderamento e semelhanças entre os pontos de vistas apresentadas por Sarah Mosedale (2005) que vamos discutir como o processo de empoderar-se aconteceu na Lagoa Salgada. Para tanto, é preciso advertir que as concepções dessas autoras consideram ainda as ideias de Leon (2011), autora que defende que o empoderamento só ocorre quando está vinculado a ações coletivas, portanto, o empoderamento individual é ilusório.

Seguindo, pois, as ideias de Mosedale (2005) apresentadas por Sardenberg, constato que “para se “empoderar” alguém tem que ser antes “desempoderado” (2005, p.243-244 apud SARDENBERG, 2006, p. 3), como é o caso das mulheres da Lagoa Salgada. Já vimos que as três depoentes desta pesquisa viviam em um sistema patriarcal tendo pouco ou nenhum conhecimento dos seus direitos e, partindo do ponto de vista do cuidado com a família, passaram a ter acesso a espaços que fomentaram a sua formação política.

Aspecto discutido por Mosedale (2005) e que se revela importante para compreender

os meios pelos quais as sujeitas dessa pesquisa passaram a reivindicar mais autonomia é reconhecer que “ninguém “empodera” outrem” (SARDENBERG, 2006, p. 3). De acordo com a autora, o empoderar-se é um “ato auto-reflexivo” que só pode ser feito na individualidade. O despertar para esse processo, no entanto, pode ocorrer de forma coletiva, dispondo dos meios e condições ideais para tal. É o que parece ocorrer na comunidade a qual este estudo se debruça. A Sra. Dinha, pelo que consta nos relatos aqui apresentados, agiu como uma facilitadora, ao aproximar as demais mulheres da Lagoa Salgada dos espaços pelos quais elas poderiam conhecer os seus direitos e/ou iniciar o seu processo de empoderamento.

As autoras defendem ainda que “empoderamento tem a ver com a questão da construção da autonomia, da capacidade de tomar decisões de peso em relação as nossas vidas, de levá-las a termo e, portanto, de assumir controle sobre nossas vidas. ” (SARDENBERG, 2006, p. 4). Nesta pesquisa, que tem como foco a luta de mulheres que não estão diretamente ligadas ao feminismo, é de suma importância perceber como o empoderar-se pode ocorrer sob determinadas condições. Defendo que para estas mulheres o empoderar culmina justamente com essa colocação das autoras, no qual visava uma maior autonomia sobre as decisões referentes não só a si próprias, mas também ao convívio e vínculo familiar e em comunidade.

A fim de melhor explicar essa discussão sinto ser necessário trazer para o texto as noções de poder que as autoras citadas colocam como centro do conceito de empoderamento. Noções no plural, visto que são apresentadas quatro dimensões desse mesmo conceito que se constrói dialeticamente na teoria e na *práxis* e que ressignifica as experiências pautadas por esse processo de busca de maior autonomia. Uma primeira instância seria considerar o “*poder sobre*” que se refere a “dominação, subordinação, dominação/resistência” (SARDENBERG, 2006, p. 4). Nas experiências estudadas aqui consigo perceber que, através da maternagem, essas mulheres tomam consciência de que por serem mulheres não poderiam ter acesso a alguns direitos. A resistência se apresenta através da persistência e das estratégias que estas e, sobretudo, a Sra. Dinha criou para continuar a ocupar espaços que lhe era negado como, por exemplo, o acesso ao atendimento à saúde para si e sua família e ainda a representação política por meio do sindicato.

Numa possível interpretação do relato de sua filha, a Sra. Rosangela, é possível ler notadamente a escolha dela pela expressão “grupo de mulher”, o que explica que as ações de sua mãe ainda que motivadas pela atribuição social materna de cuidar dos filhos e da família não impediram que a mesma pudesse reconhecer as assimetrias de gênero. Não me atrevo a dizer que a Sra. Dinha teve uma atitude feminista ou passou a desempenhar uma crítica a

sociedade patriarcal e as assimetrias de gênero presentes em seu cotidiano. Mas ousou defender a ideia de que essa mulher, mesmo sem domínio e talvez consciência das pautas feministas, buscou suprir as necessidades vinculadas a sobrevivência enquanto mulher, negra e trabalhadora rural.

Analisando ainda as ações da Sra. Dinha, é notável como as noções de poder que vem sendo discutidas pelo referencial se articulam no processo de empoderamento. Retomando a fala da Sra. Rosângela:

- Mãe foi a primeira mulher a participar do sindicato, depois dela que o bairro todo foi. (...) Era um grupo de mulher que tinha. Mãe andando lá pelo sindicato foi conhecendo esse povo, ela já teve até cargo lá dentro. Aí vinha enfermeira, Silvia do SIM, Socorro e Gorete também. Tinha reunião de saúde da mulher essas coisas, era um grupo de mulher assim (Entrevista com Rosângela A. Rodrigues Silva, concedida a autora em 16/03/2018)

É necessário pensar as ideias de *poder* que amparam o conceito de empoderamento. Sem o intuito de conduzir a escrita pelo referencial teórico com o qual esta pesquisa dialoga, caminho produzindo as análises das fontes e percebendo como as ações e experiências desse movimento de mulheres de trabalhadoras rurais do interior da Bahia se articulam com as ideias e as teorias feministas. Como vimos, o conceito de empoderamento vai além de um processo de autonomia individual, através dele podemos ver como as noções de poder se articulam resultando numa nova forma de ver e se posicionar dentro de estruturas patriarcais. Pensar como o poder se articula nesse processo é entender como as mulheres passam a protagonizar suas histórias, visto que a manutenção do patriarcado se dá ainda hoje e os homens ainda são tidos como os detentores naturais do poder. Pela experiência da senhora Dinha pude discutir como o processo de empoderamento começa pela percepção da dominação como condição preexistente na qual coloca determinados sujeitos na posição de dominantes e dominados, é a ideia do sobre.

Essas nuances que delimitam as condições de dominante e dominado e suas respectivas posturas perpassam pelas disputas de poder que são constantemente negociadas e ressignificadas pelas nossas experiências. Em se tratando de empoderamento é necessário considerar a noção de *poder de dentro* que seria o desenvolvimento da autoestima e da autoconfiança para aquelas mulheres que estão neste processo. A sra. Dinha, em relato sobre a relação da comunidade com o poder público, alega que:

- Por isso que eles me acham, me chamam: Dona, Doutora Dinha. [A

entrevistada aumenta o tom de voz e dá risos]. Me chama, eles me chamam doutora Dinha porque essa luta veio através da gente. Eu com o povo que trouxe. Não foi ninguém que trouxe, tudo isso foi o povo que trouxe, foi o povo que trouxe. (Entrevista com Maria José Rodrigues, concedida a autora em 01/10/2017)

O *poder de dentro* refere-se, portanto, ao reconhecimento que esta mulher faz de si e a segurança, ou melhor, a confiança de se posicionar diante das assimetrias impostas. Isto posto, noto o quanto a senhora Dinha reproduz seu orgulho por fazer parte do movimento, bem como do reconhecimento da consciência de seus direitos que a levou lutar por eles como fruto de sua autonomia e empoderamento. Ainda que esse reconhecimento seja validado em sua fala por terceiros visto as expressões “eles me acham, me chamam” de forma alguma o seu processo de desenvolvimento de autoestima e da autoconfiança torna-se inviabilizado, que seria a expressão da manifestação do *poder de dentro*.

A ação desencadeada pelo reconhecer-se e se posicionar, o agir, as autoras denominam de *poder para*, no qual os horizontes são alargados para que esse indivíduo possa empoderar-se. É o tipo de mudança que preza pelas conquistas que libertam as mulheres de outras expressões do patriarcado como, por exemplo, a autonomia de ir ao centro da cidade, de aprender a ler, resolver seus problemas sozinhas. Como é relatado pela Sra. Nem, para ela o simples fato de ler e escrever lhe proporciona uma grande autonomia. Quando relatava sobre a construção da Escola Nossa Senhora das Candeias²⁷, ela que ainda hoje frequenta esta mesma instituição relata:

- O povo enche meu saco, mas eu não ligo não. Eu não vou aprender mais nada. Eu digo: Eu sei que a minha idade não dá pra aprender mais nada, mas quando nada pegar um transporte, fazer o meu nome. Eu ainda não sei fazer o nome dos outros né? Mais o meu já sei fazer, eu não boto mais o dedo no papel. O povo pergunta vai pra escola fazer o quê? Eu digo vou só tira o dedo do papel. [Risos da entrevistada.] (Entrevista com Maria Regina da Silva, concedida a autora em 08/11/2017).

Constata-se que não é simplesmente o fato de assinar o seu nome, que já é uma forma de legitimação para essas mulheres, mas é a autonomia de saber o que está escrito em seus documentos, de poder ler o trajeto do ônibus, a bula do remédio, coisas do dia a dia que, em determinado momento, lhes foram negadas devido às obrigações impostas pelos “papéis sociais” de gênero e de classe instituídos pelo patriarcado.

²⁷ A escola Nossa Senhora das Candeias é uma das primeiras conquistas da Associação que leva o mesmo nome. Foi o fator motivador para o envolvimento da comunidade no então grupo de mulheres.

A última instância no qual o poder é analisado por Sardenberg (2006) e Mosedele (2005) é o *poder com*. Aqui este conceito se alinha a ideia de poder comunitário ao invés de prevalecer às disputas dominantes/dominados. Tendo em vista que o processo de empoderamento torna-se coletivo quando "o poder solidário que se compartilha numa ação coletiva." (SARDENBERG, 2006, p.4) é o que se expressa na fala da senhora Dinha: “- *A associação só pegou a se organizar depois que o povo era organizado. A associação só foi fundada depois que o povo tinha conhecimento das coisas*”. (Entrevista com Maria José Rodrigues, concedida a autora em 01/10/2017)

Ou seja, a construção de um movimento maior e de maior consistência na Comunidade da Lagoa Salgada se deu após o empoderamento de sua população, sobretudo, das mulheres, visto que o primeiro movimento que surge é a formação de um grupo que discutia a saúde da mulher. Alinha-se a este fato a noção de que o empoderamento é individual, mais suas consequências promovem ações coletivas. A senhora Dinha foi a agente motivadora para o empoderamento das demais mulheres, não promovendo autonomia nelas ou por elas, mas sim, proporcionando conhecimento do que era necessário para elas iniciarem seu empoderamento próprio, que no caso era conhecer os direitos da trabalhadora rural.

Vale ressaltar ainda que a noção de empoderamento que aqui foi trabalhada e que é defendida por Sardenberg (2006) é contínua. O empoderamento não pode ser visto como um produto, resultado. Mas deve ser pensado e observado à medida que as pessoas estão em constante processo de reconhecimento e busca de autonomia para si e para outros. É o que podemos melhor observar no próximo capítulo ao analisarmos as ações dessas mulheres na sua comunidade através da Associação Comunitária Nossa Senhora das Candeias.

CAPÍTULO 3

***“E Quando Eu Morrer Eu Quero Ser Velada Lá”*: a Associação Feminina, Negra e Materna.**

Uma mulher, um grupo de mulheres, saúde da mulher, saúde da família, educação para os filhos, a formação de uma associação. O trajeto pelo qual as mulheres da Lagoa Salgada conquistaram o seu espaço de luta vem sendo debatido e se torna cada vez mais complexo nesta pesquisa. Entender não só como se constituiu, mas, sobretudo, as influências e consequências dessa associação na vida dessas mulheres e da comunidade é o foco deste capítulo. Assimilar a realidade de terceiros no passado é a difícil tarefa inalcançável de toda historiadora e historiador. A complexidade da realidade interpelada pela seletividade da memória e das fontes que se encontram, tornam o caminho de construção da pesquisa cada vez mais desafiador e prazeroso.

Início este capítulo reunindo as informações sobre os muitos processos que deram origem a esta instituição. Num primeiro momento temos o empoderamento feminino que ocorre através da figura da Sra. Dinha e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana - STRFS como facilitadores para as demais mulheres. Temos também a formação, por parte do sindicato, de uma delegacia sindical na localidade, em data próxima a de fundação da associação. E temos ainda os relatos sobre o grupo de mulheres que discutia a saúde da mulher nas varandas das moradoras, além do objetivo de construção de uma escola para as crianças e adolescentes da comunidade que, nos parece à primeira vista, uma mistura de fatores e informações soltas e desconexas. No entanto, para entender as lutas que deram origem à Associação, faz-se necessário, entender a historicidade das relações entre os grupos excluídos socialmente no país e a política que sustenta as desigualdades. E, sobretudo, como a mulher negra se insere nesse embate.

Já não é novidade que o passado escravocrata brasileiro conferiu à mulher negra um valor comercial e de trabalho. O corpo e o ventre das negras que foram trazidas para cá durante o período de escravidão nada mais eram do que instrumentos de trabalho, dominação e fontes de renda para os senhores de escravizados e mercadores. Essa perspectiva de desumanização do corpo negro se perpetuou ao longo dos anos e ainda hoje se faz vigente na sociedade ao criar uma imagem e estética sobre o corpo negro. Assim, nota-se a complexidade do movimento negro o qual a primeira reivindicação é a da existência. Para a mulher negra que está sujeita a opressão de cor e classe torna-se ainda mais difícil garantir a

sua sobrevivência em uma sociedade que historicamente negou a sua racionalidade e a sua liberdade. A opressão da mulher negra parte de um viés que é de raça e de gênero submetendo a esta um lugar de “invisibilidade” (Crenshaw, 2018), “do não lugar” (Berth, 2018) ou ainda “do outro do outro” (Kilomba, 2018), já que o sujeito da discussão de raça é o homem negro e das questões de gênero a mulher branca. Assim, a mulher negra sofre subalternização em relação a mulher branca, ao homem negro e ao homem branco.

Historicamente a forma com mulheres negras criaram e acessaram lutas contra as opressões de classe e gênero são diversas. Santos (2019) ao desenvolver o artigo: “As ONGs de Mulheres Negras no Brasil”, afirma que ainda é preciso análises que demonstrem de forma mais expressiva como se deu a organização coletiva dessas mulheres no nosso país. De acordo com autora, o engajamento coletivo de mulheres negras encontra raízes em “associações de moradores, em partidos políticos, sindicatos e grupos culturais, artísticos e literários, em organizações religiosas, tais como as de matriz africana, as pastorais da Igreja Católica e mesmo em alguns setores de igrejas protestantes - a exemplo da Igreja Metodista. (SANTOS, 2009. P.276.) Ou seja, as mulheres negras criaram espaços de luta e defesa pela sobrevivência. Dessa forma observa-se que as vivências de luta e de participação política das mulheres negras no Brasil superam as experiências do movimento feminista negro. Superam no sentido de que extrapolam a militância feminista e se desenvolvem ao longo dos anos da existência dessa população nesse território. Não pretendo aqui menosprezar ou secundarizar qualquer luta ou movimento em defesa da vida de mulheres, sobretudo de mulheres negras, pelo contrário. É inegável que o movimento feminista negro só esteve a somar e ainda o faz aos movimentos de mulheres e de raça que se desenvolveram ao longo dos anos em todo o território nacional.

No entanto, é preciso ampliar discussões. Sobretudo, as produções bibliográficas que se colocam a discutir ou narrar às questões femininas e de raça no Brasil. Como colocado acima precisamos quantitativamente e qualitativamente de mais análises que busquem entender as múltiplas vivências em suas especificidades num país de tamanhos continentais como o Brasil. É preciso que esse debate seja ampliado para também considerar as mulheres negras e LGBTQ que passam por outro processo de subalternização e de resistência. Por isso é que se faz necessário concordar e retomar o pensamento da intelectual negra Lélia Gonzalez que, parafraseada por Joyce Berth em “O que é empoderamento”, defende: “como mulheres negras, não compartilhamos somente história de opressão; é preciso conhecer as trilhas dos caminhos de luta percorridos nessas opressões. ” (BERTH, 2018, p.73). E é seguindo esse viés interpretativo que não pretendo demarcar/denunciar as opressões, mas elucidar as formas

e meios pelos quais a Associação Nossa Senhora das Candeias representa resultado e processo nos quais mulheres negras trabalhadoras rurais recriaram possibilidades de existência e de autonomia, promovendo um contínuo empoderamento de si e de suas vizinhas através da associação.

3.1. “A gente que é preta né? ”

Esse subtítulo refere-se à declaração feita pela Sra. Nem em um de nossos encontros para entrevista. Ao relatar as dificuldades já vividas em uma conversa informal, esta declarou “A gente que é preta né? ”. Tal fala não passou despercebida, mas suscita a curiosidade de entender como essas mulheres negras tratam a cor pelo silêncio dela. Nesta declaração é notável que esta tem ciência de sua cor, do seu fenótipo. Noto ainda que a mesma remete a sua cor a memória da dificuldade e do sofrimento. Observo que pela convivência que desenvolvo com esse espaço, ainda hoje quando escrevo, a identidade negra é um tabu na comunidade.

Pensar como a construção do negro se dá no espaço rural da Lagoa Salgada se apresenta como um desafio. A falta de fontes sobre esse local, assim como a dificuldade de obter informações sobre as grandes fazendas que ainda existem e, a própria história perdida do bairro se apresentam como empecilhos. As muitas vezes que questionei aos mais variados moradores sobre a história do bairro, sobre as grandes fazendas ou ainda sobre escravos o silêncio reinou. O pouco que se encontra no imaginário dessa comunidade é que uma das propriedades mais antigas mantém até os dias atuais as estruturas arquitetônicas da escravidão, com senzala e o tronco. Tal fato nunca pode ser comprovado por esta pesquisadora visto que o acesso à propriedade é veementemente proibido e a busca por dados que possam nortear a pesquisa também se perde na seletiva memória popular. O silêncio sobre esse passado permanece nos dias atuais na confusão de informações que são transmitidas. Seja por questões intencionais ou não, as muitas vezes que procurei identificar os donos das ditas terras escravagistas esbarrei em respostas como “é de uns empresários aí”, “é de uns políticos”, não sendo possível encontrar indícios que me levassem a uma pesquisa histórica mais concisa.

Quando questionei as mulheres entrevistadas nessa pesquisa sobre suas cores e identidades de raça quase nada pode ser ouvido. A Sra. Nem foi a única a se identificar como negra. Reforço, no entanto, que a sua fala surge num momento de conversa informal, quando não estava mais sendo gravada e vinculada a lembranças de uma “vida sofrida”. A Sra. Dinha

por sua vez, quando questionada ignorou a pergunta iniciando um outro assunto logo em seguida. No convívio com esta senhora, em momentos em que a mesma não está sob a ótica da pesquisa, é comum ouvir dela expressões como “barriga suja” ou ouvir a mesma se identificar como parda. A omissão para esta pesquisa indica que ela possui ciência sobre as questões de raça, sobre o racismo e os significados dos termos por ela utilizados. Acredito que a omissão pode ter ocorrido devido as suas experiências de cor ou por receio de sentir julgada ou ainda se sentir desconfortável ao relatar isso para uma pesquisa acadêmica. A Sra. Vera por outro lado se identificou como parda, segundo suas palavras: “Parda né minha fia, parda assim de preta. Que no fim todo mundo é preto.” (Entrevista com Veronice Pereira dos Santos, concedida a autora em 10/10/2018). Ainda que reconheça a negritude, a primeira identificação desta é como parda e, só depois assume uma aproximação entre os tons de pele. Penso que essa identificação com uma origem comum na qual “todo mundo é preto” talvez possa ser influências da religiosidade que ela pratica, o candomblé.

Traço, pois, uma nova estratégia para pensar as formas como a negritude se apresenta e pensar que esse silenciamento tem raízes históricas. É buscando romper com essas visões de subalternidade e traçando a escrita sobre o rumo da identificação de resistências que este capítulo vem sendo escrito. Segundo Gomes e Paixão (2008):

Estudos a respeito das experiências das mulheres escravas nas Américas têm apontado para o grau de resistência delas no interior das plantações. Não cooperadoras no trabalho diário tinham que ser castigadas severamente. Nas áreas rurais “onde a maior parte estava empregada nas plantações” era por meio da linguagem e da música que educavam seus filhos, reinventando sentidos culturais. Nas áreas urbanas, ocuparam importantes espaços, fazendo deles territórios dos mercados de trabalho, dos seus próprios corpos, desejos e identidades de gênero envolventes. (GOMES; PAIXÃO, 2008, p. 951)

Ou seja, ao considerar as especificidades do sistema escravista colonial brasileiro, as mulheres negras têm resistido durante toda a sua existência buscando formas de sobrevivência de si e de seu grupo. A educação pelos moldes culturais que os autores tocam não é exclusividade da população negra, mas se manteve como forma de resistência ao conhecer e reconhecer-se enquanto seres que possuíam identidade, mesmo quando estas lhes foram retiradas sob o espectro do escravizado e da escravizada. É necessário situar a escravidão visto que este processo produziu inúmeras consequências para a população negra até os dias atuais.

Para melhor entender os caminhos que esta pesquisa percorreu acredito ser necessário

discutir o silenciamento da cor pelo qual as mulheres da comunidade da Lagoa Salgada desenvolveram a sua coletividade. Embora já tenha registrado no capítulo anterior, através da ficha de associação o fenótipo negro dessas mulheres, é preciso tentar compreender o porquê foi e ainda é complexo assumir essa identidade. Caminhando por entre as fontes e os limites que as mesmas permitem abordar esta é mais uma discussão bibliográfica, visto que a condição de identificação de ser negra ainda é tabu na comunidade. Para compreender como essas mulheres podem ser politicamente ativas e ainda assim não colocarem como primeira pauta de seu movimento as questões ligadas à sua cor, deve-se ter o cuidado de considerar que reconhecer a opressão nem sempre significa ir de encontro ou promover formas de modificação de sua condição.

Dentre as muitas autoras que já pontuam isso, sobretudo quando analisam o movimento feminista negro, trago as palavras de Joyce Berth (2018) por esta ter o cuidado de visualizar o processo de empoderamento sob a ótica violenta das opressões de gênero e raça: “Ressalte-se que o fato de um sujeito pertencente a um grupo oprimido ter desenvolvido pensamento crítico acerca de sua realidade não retira a dimensão estrutural que o coloca sob situações degradantes. Essa é uma das razões pelas quais o empoderamento é um processo gradual” (BERTH, 2018, p. 43). Entender as formas de resistências e de construção de luta envolve o reconhecimento de que opressões como as de gênero e raça se desenvolvem a nível estrutural, isso porque para os opressores foi e ainda é necessário garantir que não se criassem formas de concessão de direitos e privilégios aos subalternizados. Em outro momento a mesma autora argumenta que:

Muitas vezes estar imerso na realidade opressiva impede uma percepção clara de si mesmo enquanto oprimido. A este nível, a percepção de si como contrário ao opressor não significa ainda que se comprometa a uma luta para superar a contradição: um polo não aspira a sua libertação, mas a sua identificação com o polo oposto. (BERTH, 2018, p.15)

Isso me faz pensar que, para as mulheres da Lagoa Salgada, lidar com as questões de cor ainda seja um ponto a ser desenvolvido dentro das reivindicações políticas e no seu processo de empoderamento.

A forma como o silenciamento se constitui uma opressão para a população negra encontra raízes nos mesmos processos históricos que criaram a imagem desses seres enquanto

inferiores. Concordando com a bibliografia que pensa o silenciamento como prática estrutural de opressão que se se torna efetivo:

(...) porque o oprimido percebe de imediato que o grupo opressor não está disposto ou é incapaz de assimilar o que está sendo dito. Ou seja, com o tempo, em razão da repulsa em dialogar abertamente sobre as opressões que estruturam nossa sociedade, deixamos de falar sobre elas ou falamos apenas o que é permitido. (Ibidem, p.45)

A opressão teve também ao longo do tempo o caráter “formador” de espaços para determinados sujeitos. Estes eram os espaços que colocavam o negro no “não lugar” já citado aqui, o espaço do silêncio, sem nada a ser dito ou acrescentado à sociedade. Assim se tinha uma forma de controlar a cultura, as ideias, o pensar e de naturalizar a ideia de pacifismo e aceitação da população negra. Por essas determinações sociais de subalternização dos negros e, sobretudo, da mulher negra é que se destaca a necessidade de apresentar narrativas que demonstrem como estratégias de sobrevivência e de resistência foram criadas.

Essas narrativas, segundo Berth (2018), ajudaram a colocar em destaque na contemporaneidade a discussão e utilização de conceitos como o de representatividade e de lugar de fala, assim como “o contradiscurso que almeja desestruturar essa evolução” (Ibidem, p.48). Mas, como alerta a autora, a cada mudança na perspectiva racial que se coloque positiva a população negra, o contra discurso é fortemente responsivo no projeto de manutenção de uma estrutura social racista. É, pois, somente pelo viés interseccional que se pode entender a opressão sofrida pela mulher negra, assim como compreender que seu empoderamento perpassa sempre pela coletividade. Não se entende aqui que o empoderamento ocorra por vias individuais e, como já demonstrado no capítulo anterior, as ações das mulheres da Lagoa Salgada se desdobraram em toda a comunidade na construção da Associação Nossa Senhora das Candeias.

Há ainda outro aspecto que apesar de ser sinalizado por Berth, não é aprofundado em seu texto devido as delimitações temáticas de sua obra, que é a formação política brasileira. A fim de produzir uma melhor compreensão histórica sobre esse processo recorro ao estudo de Carvalho (1987) sobre a formação da república brasileira. Em “Bestializados ou bilontras capítulo da obra Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi”, José Muniz de Carvalho discute como o conceito de cidadão foi se construindo na nova realidade

republicana a partir do exemplo do Rio de Janeiro. Apesar de seu estudo ser localizado e de trazer à tona as interpretações sobre o conceito de cidadão que não é o foco desta pesquisa, utilizo as análises desse autor para pensar as reações da população brasileira nesse processo.

Para Carvalho a ideia de um sujeito ativo politicamente, com autonomia para se organizar e reivindicar, era o esperado na política brasileira reformista. Mas, foi através de um viés alternativo que ocorreu essa inserção: "Por outro lado, esses cidadãos inativos revelavam-se de grande iniciativa e decisão em assuntos, em ocasiões, em métodos que os reformistas julgavam equivocados." (CARVALHO, 1987, p.141). Equivocados porque, segundo a discussão desse autor, o espaço de reivindicação da população brasileira era aquele destinado as festividades, principalmente as de caráter religioso. Esse espaço era utilizado pela população para demonstrar a insatisfação com o governo e a coisa pública, ao mesmo tempo, em que representava a subversão às ordens e normas impostas.

Além disso, como coloca o autor, predominavam o associativismo e a ajuda mútua, "Ponto importante nessas associações era a base em que eram organizadas. Vê-se na tabela XI que a grande maioria era baseada em grupos comunitários de pertencimento." (Ibidem, p.143). As "associações modernas" – espaços nos quais – a luta e a resistência política se colocam como objetivos fundamentais – não eram reconhecidas pela maior parte da população brasileira.

O autor busca as raízes desse comportamento comparando-o com aqueles presentes em cidades estrangeiras, como Buenos Aires por exemplo. A constatação do autor é de que:

Em termos de ação política popular, vimo que ela se dava fora dos canais e mecanismos previstos pela legislação e pelo arranjo institucional da República. Na maior parte das vezes era reação de consumidores de serviços públicos. Era reação a alguma medida do governo antes que tentativa de influir na orientação da política pública. (CARVALHO, 1987, p.145)

A participação da população na política se dava não no modo responsivo as ações do Estado e não na medida de propor pautas. Era a reação e não a construção de um governo democrático que pautasse as necessidades de sua população e o bem comum. Essa apatia na qual o ator retrata a população não significava, no entanto, a falta de movimentos reivindicatórios, mas sobretudo, o caráter no qual os mesmos ocorriam. Assim sendo, "Não se negava o Estado, não se reivindicava participação nas decisões do governo; defendiam-se

valores e direitos considerados acima da esfera de intervenção do Estado, ou protestava-se contra o que era visto como distorção ou abuso.” (Ibidem, 1987, p.145). Isso era possível visto que, segundo o autor, a composição da cidade do Rio de Janeiro se dava através de especificidades históricas e diferentes níveis sociais.

Na interpretação de Carvalho, a cidade do Rio de Janeiro conseguiu construir espaços, “ocasiões de autorreconhecimento” (Ibidem, p.156) na metrópole. Nesses espaços as “velhas barreiras” entre os grupos sociais iam se corroendo, “derrotando as novas, que se tentavam impor com a reforma urbana” (Ibidem, p.156). Destaco que o autor analisa o espaço urbano no período em que o processo urbanístico e a necessidade de se criar uma ideia de desenvolvimento e modernidade era crucial para o Estado. No entanto, ao considerar os argumentos do autor sobre a construção da cidade, noto que o mesmo extrapola os limites da mesma. Isso porque, apesar de sua análise estar pautada no Rio de Janeiro, é possível identificar em outras regiões do país a mesma configuração sociopolítica.

A escravidão, a maior presença masculina nos espaços públicos e ainda a já citada carnavalização política das demandas sociais são aspectos colocados pelo autor como condições nas quais as “normas legais e as hierarquias sociais iam aos poucos se desmoralizando, constituindo-se um mundo alternativo de relacionamento e valores” (Ibidem, p.159) Essa perspectiva de que havia normas alternativas criou, segundo Carvalho, a ideia de “O Estado aparece como algo a que se recorre, como algo necessário e útil, mas que permanece fora do controle, externo ao cidadão.” (Ibidem, p.146). Portanto, a realidade era vivida no âmbito social dentro dos limites que foram construídos pela coletividade. Enquanto as normas e as regras formais que foram criadas pelo Estado compõem a outra esfera da vivência humana, na qual não cabia o indivíduo como sujeito ativo. Salvo quando essas normas feriam as dinâmicas das regras criadas no hibridismo da vivência das relações sociais.

Nas palavras de Carvalho:

O povo sabia que o formal não era sério. Não havia caminhos de participação, a República não era para valer. Nessa perspectiva, o bestializado era quem levasse a política a sério, era o que se prestasse à manipulação. Num sentido talvez ainda mais profundo que o dos anarquistas, a política era tribofe. Quem apenas assistia, como fazia o povo do Rio por ocasião das grandes transformações realizadas à sua revelia, estava longe de ser bestializado. Era bilontra. (CARVALHO, 1987, p.160)

Logo, a experiência política construída desde a formação da república brasileira foi regida pelas normas sociais de uma sociedade que era patriarcal, escravagistas e pautava em suas bases às diferenças econômicas. Assim é possível compreender como para além das

questões de raça e de gênero, a construção política do Brasil sempre colocou a margem grupos subalternizados. A própria noção de política que foi construída desde a república não considera o sujeito como parte do Estado. Dessa forma, criou a ideia de uma sociedade pautada em suas próprias leis, aqui chamadas de informais, respaldadas pela sua cultura e pelas dinâmicas e conflitos da vivência social. Enquanto o estado permanece em outra dimensão, restrito a determinados grupos e figuras que não se conhecem ou reconhece no âmbito político, mais que por vezes se podem reconhecer nas festividades.

É dentro dessa estrutura política que a ideia do Estado composto por sujeitos ativos ganha tom de farsa e/ou brincadeira reforçando padrões. Assim, se cria um grupo no qual o acesso à política sempre foi facilitado ou tido até mesmo como natural. Enquanto que para movimentos como o desenvolvido na Lagoa Salgada que, além de esbarrar nas opressões de raça e gênero, enfrenta a dificuldade de se reconhecer como seres atuantes dentro de um contexto político maior. O empoderamento no qual as mulheres da Lagoa Salgada vêm se desconstruindo e reconstruindo continuamente perpassa também pelo reconhecimento e aprendizado de se entender como sujeito político ativo, cujos direitos não são conseguidos somente por vias associativas e assistencialistas.

Com isso acredito que além da motivação e cuidado com o bairro, o processo de aprendizado e de iniciação política através da associação permitiu a essas mulheres uma inserção ainda que discretamente no ambiente político mais amplo da sociedade brasileira. A criação da Associação Nossa Senhora das Candeias, apesar do caráter assistencialista, está situada historicamente dentro das possibilidades de participação política social brasileira, como também representa um movimento que quebra com a apatia, discutida pela bibliografia anterior, ao reivindicar seus direitos enquanto cidadãs feirense, ainda que residindo no espaço rural.

3.2. A Associação

Criada em vinte e quatro de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, de acordo com as informações do Termo de Abertura de sua Ata, a Associação Nossa Senhora das Candeias tinha como sede provisória a escola da comunidade que leva o mesmo nome. Com aproximadamente sessenta e sete membros, a associação contava com maior participação feminina visto que, quarenta e três assinantes deste mesmo documento utilizaram nomes femininos. Acredito que a associação teve um aumento de seus membros á medida que ações, principalmente de cunho coletivo e para o bem comum da comunidade, passaram a ser

desenvolvidas. O que corrobora tal pensamento é a lista de frequência que data do ano de 1994, na qual aproximadamente 75 membros assinaram.

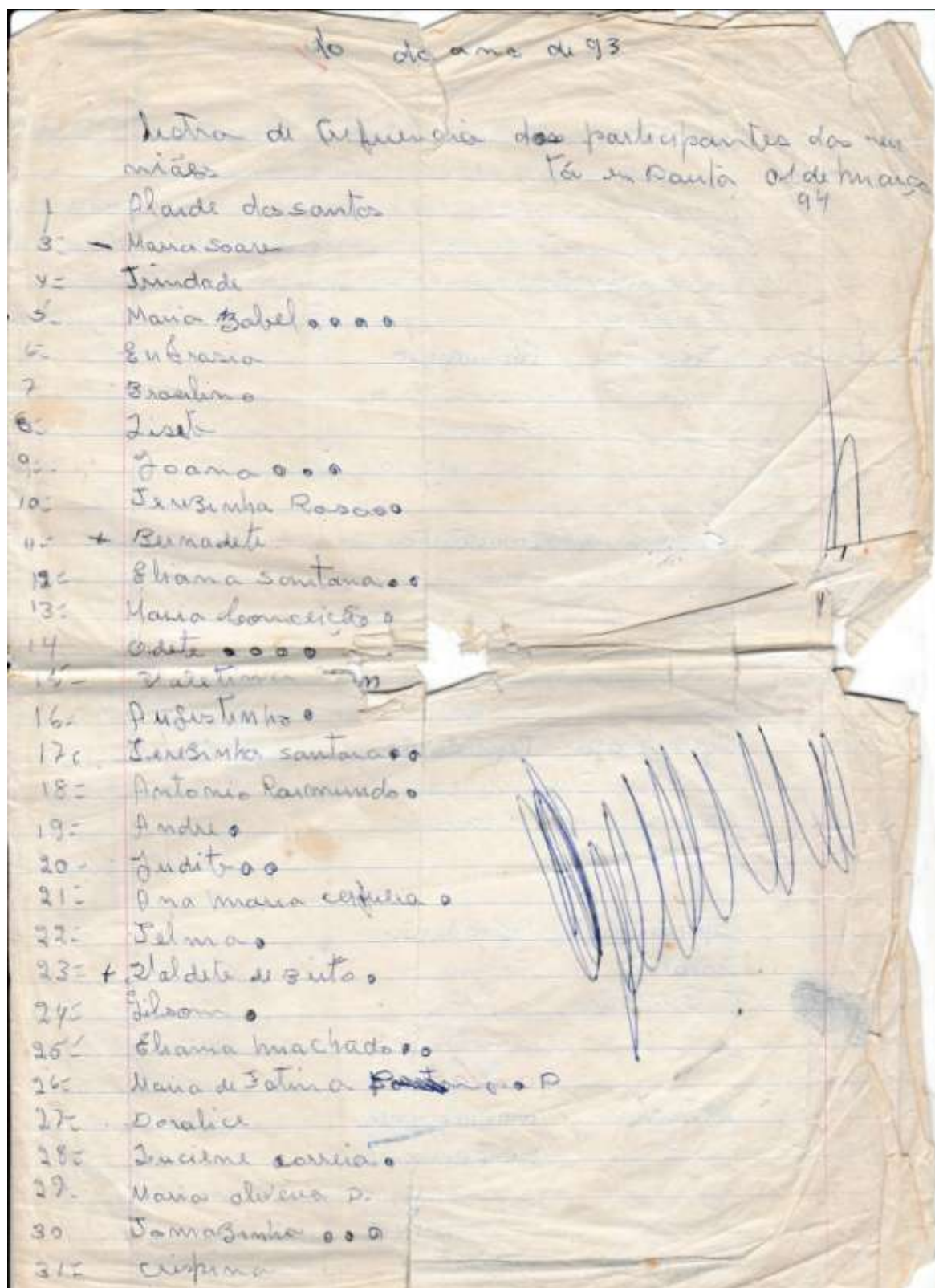


Figura 7 - Vista das primeira página da Lista de Frequência, ano 1994. Acervo privado da Associação Comunitária Nossa Senhora das Candeias.

Ao analisar este documento noto que o mesmo foi escrito em folhas de papel pautado e que apresenta a mesma grafia em todos os nomes, dando indícios de que - devido a não alfabetização das mulheres da comunidade - os registros escritos eram feitos por uma única pessoa que dominava a escrita.

Outra lista, que data do ano de 1990, demonstra a criação do grupo de idosos na comunidade com 23 membros registrados em ata. Sendo outro documento que apresenta a mesma grafia em toda a sua extensão incluindo as assinaturas. Corroborando a ideia de que poucas pessoas dominavam a escrita. Constatado que nesse intervalo de tempo entre os anos de 1990 e 1994, que datam as listas, a grafia parece ser diferente podendo indicar que outra pessoa passou a redigir os documentos.



Figura 8 - Lista com os nomes dos membros do grupo de Idosos de 1990. Acervo Privado da Associação Nossa Senhora das Candeias.

Considero ser um número expressivo de idosos tendo em vista o tamanho da comunidade e que as mulheres que deram início a associação o fizeram na faixa dos quarenta

anos, como visto no capítulo anterior. Este quantitativo permite supor também que o percentual maior de membros da associação era de pessoas em idade adulta. Não há qualquer indício por relatos e nem na documentação levantada de que havia algum tipo de atividade específica para o público idoso. Além da assistência no processo de aposentadoria e da comemoração do dia do idoso, nada mais parece ser voltado para esse público de forma específica. Além disso, noto que historicamente as famílias, sobretudo as mulheres, se tornam responsáveis pelos idosos. Esses, que comumente precisam de cuidados especiais, são inseridos na responsabilidade maternal atribuída à mãe. Assim, mais uma vez a maternagem se coloca como um viés interpretativo para compreender a luta dessas mulheres.

Pensando um pouco no contexto sociopolítico de Feira de Santana quando da fundação da Associação, recorro a Santos (2011) que afirma: “Os trabalhadores de Feira de Santana começaram a década que abriu a maior vaga grevista na história do país, silenciosos e silenciados. ” (SANTOS, 2011, p.2). Em artigo intitulado “Luta e Organização dos Trabalhadores no Portal do Sertão da Bahia (1979-990) ”, além dessa declaração, Santos demonstra como os movimentos de trabalhadores se mantiveram discretos na cidade entre 1979 e 1980. E, segundo sua pesquisa, o movimento mais expressivo se deu justamente pelos trabalhadores rurais que tinham suas pautas vinculadas as consequências da seca no ano de 1981, além do projeto intitulado Frente de Trabalho. Em suas palavras:

O Governo do Estado juntamente com o Governo Federal e Municipal montavam frentes de trabalho nas estradas e nos canteiros de obras em que o Estado necessitava de força de trabalho para reparos simples. Porém, estas frentes de trabalho corriqueiramente atrasavam os salários dos trabalhadores rurais, além do que, estavam diretamente ligadas ao clientelismo e ao “caciquismo” político. (SANTOS, 2011, p.2)

Para os trabalhadores rurais, as frentes de trabalho não se constituíram como uma fonte de trabalho formal, ou ainda, como uma estratégia de se inserir nos mercados de trabalho em outros espaços que não o rural. A própria dinâmica do projeto apresentado pelo governo seguia uma perspectiva de exploração de mão de obra barata:

Formas bárbaras de extração de sobre-trabalho a preços baixíssimos (abaixo do salário mínimo), uma coerção estatal diretamente alicerçada no poder local eram vivenciadas pelos trabalhadores rurais que trabalhavam nas frentes de trabalho. Ao reagir a esta situação, os trabalhadores rurais foram a

primeira categoria, na década de 1980, a realizar atividades de massa para alcançar suas reivindicações. Em 1981, um grande ato cobrou das autoridades políticas o pagamento dos postos da frente de trabalho e as sementes para plantio. Juntou mais de 3000 trabalhadores nas portas da prefeitura. Cientes das manifestações, mais e mais trabalhadores chegavam na cidade de Feira de Santana. O fluxo foi tão grande que a ameaça de saques a mercearias e supermercados chegou a atemorizar a cidade, e o aumento do policiamento foi logo solicitado para “acalmar” os ânimos dos manifestantes². (Ibidem, p.3-4)

É de conhecimento desta pesquisadora que alguns moradores da Lagoa Salgada participaram do projeto do governo da frente de trabalho. Nos arquivos da Associação foi possível encontrar uma página de um documento intitulado “Relatório de Funcionários em Ordem Alfabética”. Segue a imagem:

The image shows a handwritten list on a piece of paper. The title at the top is "da Frente Produtiva da Comunidade de N. S. das Candeias". The list is organized into columns. The first column contains names and addresses, such as "Sr. ALBERTO DA FUNCIONARIO DA UF", "Sr. ALBERTO DA FUNCIONARIO DA UF", "Sr. ALBERTO DA FUNCIONARIO DA UF", etc. The second column contains numerical identifiers, such as "27.001.26", "27.001.26", "27.001.26", etc. The list is written in black ink on a light-colored paper.

Figura 9 - Lista da Frente Produtiva da Comunidade de N. S. das Candeias. Acervo Provido da Associação Nossa Senhora das Candeias.

Pela leitura da imagem é possível identificar que se trata de uma lista de nomes com as pessoas convocadas para trabalhar neste mesmo projeto. É possível visualizar escrito a caneta a seguinte frase: “Da frente produtiva da comunidade N. S. das Candeias”. Uma possível

interpretação dessa a fonte leva a acreditar que se tratava de uma lista dos nomes que foram selecionadas para o trabalho e que era composta por moradoras da comunidade. Perspectiva que pode ser corroborada ao identificar alguns nomes de pessoas conhecidas da comunidade, como “Gilvania P. Rodrigues”²⁸.

Ao ser questionada sobre a documentação que remete à Frente de Trabalho, a Sra. Dinha confirma ser esta uma lista com o nome dos trabalhadores. Em seu relato, no entanto, foi difícil obter mais informações sobre esse processo, visto que a mesma diz não se lembrar como foi desenvolvido esse projeto. Respeitando o limite da depoente na seleção de suas memórias e falas recorro o relato de sua filha, a Sra. Rosângela que tem uma narrativa que concilia com a bibliografia citada:

- A frente de trabalho era assim, a gente capinava, trabalhava na roça, essas coisas. A gente ia trabalhar na casa dos outros e o governo dava uma ajuda. No início dava só uma cesta básica assim. Eu lembro que trabalhava na horta também. Teve Dona Dinha, mãe de Missí que trabalhava lá em mãe, na horta de mãe. Mãe também trabalhou, eu trabalhei, Aninha trabalhou, Nenego, Vera, tinha um monte de gente. Teve uma vez que o governo levou um tempão sem pagar, aí o povo tudo reclamava, mãe reclamou e tudo. Aí depois pagaram só uma parte, eles nunca pagam tudo né? É como eles sempre fazem, faz o povo de besta. (Entrevista com Rosângela A. Rodrigues Silva, concedida a autora em 16/03/2018)

Faz-se importante assinalar que a memória relatada pela Sra. Rosângela faz menção somente a nomes femininos da comunidade que teriam participado deste projeto. O relato permite compreender a dinâmica de como ocorria esse projeto. Para as mulheres da Lagoa Sagada, as atividades envolviam trabalho na casa de outra mulher, o que talvez tenha ajudado a promover ainda mais esses laços de companheirismo e de luta. Interpreto que esta discussão permite compreender também que a participação feminina nesse projeto vai além de um desejo de autonomia financeira, mas passa, acima de tudo, pela necessidade de ser ativamente econômica e assim suprir as necessidades familiares. No entanto, não é negada aqui a possibilidade de que em alguma medida algumas dessas mulheres tenham conquistado os dois objetivos.

Observo também como a fala da entrevistada corrobora com a discussão sobre a participação política brasileira aqui feita por intermédio de Carvalho (1987). Ao relatar que houve reivindicação pelo atraso de salários, a depoente corrobora a ideia do autor de que a

²⁸ O nome de Gilvania pode ser facilmente identificado visto que a mesma já manteve laços matrimoniais com Wellington de Andrade Rodrigues. Este, já falecido, mantinha laços de parentesco (tio) com esta pesquisadora. Gilvania há muito tempo mora em outro estado, o que impossibilitou que a mesma pudesse ser entrevistada e relatasse as suas vivências.

população brasileira não pleiteava participação no Estado, mas “protestava-se contra o que era visto como distorção ou abuso. ” (CARVALHO, 1987, p.147) A pauta não era sobre investimentos na área rural, subvenção para a agricultura de subsistência ou algo que pudesse diretamente ajudar no *labor* rural. A reivindicação era abuso, pela extorsão do trabalhador que se deu pelo atraso do pagamento ao trabalho realizado.

Da mesma forma, o relato da Sra. Rosângela coincide com o que é discutido por Santos (2011) no que se refere ao projeto de trabalho oferecido pelos governos municipal e estadual. Suponho, no entanto, que esse processo de reivindicação salarial que é colocado pela bibliografia e pelo relato da Sra. Rosângela para os moradores da Lagoa Salgada ocorreu de forma conjunta e coletiva ao movimento maior desenvolvido pelo sindicato. Tal suposição parte do fato de que a Associação só fora oficialmente criada sete 7 anos após o grande movimento citado pela bibliografia. Assim como também não foi possível identificar quaisquer referências a esse movimento nos relatos coletados para esta pesquisa, além do citado pela Sra. Rosângela e sua mãe, a Sra. Dinha. O que pode indicar que realmente não houve participação das depoentes ou do grupo de mulheres que originaria a Associação. Devido á própria delimitação temática e o tipo de obra (uma apostila) ao qual se propôs fazer, Santos (2011) não apresenta as fontes, listas ou quaisquer outros documentos que possibilite a identificação de quais comunidades estavam vinculadas ao sindicato ou estiveram presentes no movimento de 1991.

Uma interpretação que se faz dessas colocações diz respeito à natureza da própria associação e do movimento no qual ela se origina. Venho discutindo desde o primeiro capítulo sobre como a pauta dessas mulheres foram criadas pelas suas vivências e, acima de tudo, pelo papel da maternagem nas famílias e na comunidade. A necessidade de reivindicar melhores condições de vida para si e suas famílias levaram essas mulheres a se inserirem em outro âmbito da vida pública que não era o do trabalho na feira, o engajamento político. Outra característica da luta dessas mulheres é o já citado cuidado com a comunidade.

No primeiro capítulo discuto como é desenvolvido o pertencimento dessas mulheres com o espaço. Seja pela relação com a terra, seja pelas afetividades com os demais moradores ou pela maternagem, essas mulheres ampliam o cuidado familiar ao buscar educação para seus filhos e melhorias para comunidade. Como também abordei que comunidade da Lagoa Salgada carecia de acesso à água, a luz elétrica, ao transporte, entre outros. Por isso, essas reivindicações se tornaram pauta da Associação e, ainda hoje, o são, tendo em vista que algumas áreas do bairro não contam com água encanada, por exemplo. Assim, para adentrar nas ações dessa Associação seguirei a ordem cronológica das fontes que acho pertinente para

discussão. Ressalto que, a grande maioria das fontes utilizadas aqui faz parte do arquivo privado da própria associação. Além disso, farei uso dos depoimentos femininos, pois suas memórias relatam vivências que são compartilhadas com a trajetória da Associação.

Início salientando que na virada da década, três anos após a criação da Associação, é concedido o título de Utilidade Pública a mesma. Sancionado pela Lei 1242, de 19 de abril de 1990, o título foi assinado pelo então prefeito Colbert Martins da Silva. De acordo com a Lei Nº 1205, de 08 de novembro de 1989 que “Estabelece Normas para Declarar Sociedade de Utilidade Pública no Âmbito Municipal”, qualquer sociedade civil, associação ou fundação instalada na cidade de Feira de Santana pode solicitar o título de utilidade pública desde que através de um projeto de lei intermediado por algum vereador. A autoria do projeto para a concessão do título a Associação Nossa Senhora das Candeias conta com autoria de Nantes Bellas Vieira. Ao buscar informações sobre o mandato do vereador quase nada foi encontrado. De acordo com Oliveira (2006) em *Inquilinos da Casa da Cidadania*, livro que apresenta um histórico sobre os vereadores da cidade de Feira de Santana, o mesmo foi vereador por três vezes, entre os anos de 1989 e 2000. Foi no seu primeiro mandato que o mesmo redigiu o projeto que viria a titular a Associação. Entre as depoentes e no acervo da instituição não foi possível encontrar nenhuma referência ao vereador ou ao projeto de titularidade. Acredito que tal fato tenha ocorrido por intermédio do sindicato, visto que a bibliografia que trata do vereador coloca-o como um dos fundadores do Hospital Dom Pedro de Alcântara e a Sra. Dinha já relatou que o mesmo participou, juntamente com o sindicato, de movimentos para ampliar o atendimento às mulheres e aos trabalhadores rurais neste mesmo hospital.

Apesar de apresentar os requisitos para a concessão desse título, a lei municipal que trata do assunto não permite compreender a sua relevância social. De acordo com informações retiradas do Blog Paulo Câmara²⁹ “A concessão do título de Utilidade Pública a entidades, fundações ou associações civis significa o reconhecimento do poder público de que as instituições, em consonância com o seu objetivo social, são sem fins lucrativos e prestadoras de serviços à coletividade.” Este permite ainda que “as organizações também podem inscrever-se em editais e estarão aptas a obter recursos públicos.” Para a associação não foi possível rastrear as consequências que o reconhecimento teve de forma efetiva, mas acredito que a intenção era conseguir recursos financeiros e poder se inscrever em projetos municipais,

²⁹ BLOG PAULO CÂMARA. Título de Utilidade Pública Municipal: o que é e como obter. Disponível em: <<http://deputadopaulocamara.com.br/titulo-de-utilidade-publica-municipal-o-que-e-e-como-obter/>>. Acessado em 20.08.2019.

o que não foi possível confirmar através das fontes. Não se encontra nenhum projeto que tenha tido intervenção municipal direta, projetos escritos e não há relatos sobre esse tipo de atividade entre as fontes orais.

No período compreendido entre os anos de 1987 a 1993 quase nada é encontrado nos registros da associação, nem mesmo atas ou listas de presença. Ao questionar sobre esse período as depoentes, noto que as mesmas não remetem a nenhum evento ou atividade em específico. Não identificam nenhum marco temporal que as lembrem sobre o que aconteceu nesse tempo. Todas confirmaram, porém, a existência e o funcionamento da Associação. Acredito que, dentro desse recorte, os membros da Associação continuaram a se reunir e tentaram organizar a sua luta dentro dos novos padrões burocráticos que lhes foram solicitados. Entretanto, assim como quando formaram o grupo de mulheres que reivindicavam a escola de seus filhos sem o domínio e a cultura da escrita, até por não haver necessidade prática a época, as mesmas mantiveram as suas reuniões dentro deste mesmo padrão, esbarrando na burocracia e na cultura escrita que eram e ainda o é imposta pelo Estado brasileiro.

Dando saltos de dez anos, esta narrativa seguirá analisando algumas fontes cruciais para o funcionamento da Associação. Assim, tendo em vista a fundação da Associação nos finais da década de 1980, a análise partirá dos anos de 1990 até os limites de seu recorte temporal, o ano de 2002. Essa escolha metodológica se refere não somente a organização da escrita e da leitura, mas, sobretudo, por permitir ao leitor uma melhor visualização das pautas durante esse período. Ressalto também que como a Associação Nossa Senhora das Candeias não conta com um arquivo organizado, dentre as fontes utilizadas nessa pesquisa é possível encontrar alguns documentos incompletos, ou ainda somente a resposta a alguma solicitação feita ao governo, empresas privadas, etc. Tal fato não impede que a pesquisa seja realizada, visto que “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifra-la. ” (GINZBURG, 1990, p.177). Logo, as fontes, numa abordagem semelhante ao Paradigma Indiciário³⁰ defendido de Carlo Ginzburg (1990), foram consideradas e analisadas como vestígios das ações dessas mulheres ao longo do tempo.

3.2.1. Década de 1980: “*Eu doei o terreno porque eu acreditava na associação*”

Desde a fundação da associação em 1987 até o ano de 1993 poucos são os registros que podem ser encontrados sobre a atuação da mesma. Acredito que as grandes ações do

³⁰ Para mais informações sobre a metodologia defendida por Ginzburg consultar *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

período tenham sido a fundação da escola e própria entidade. Reforço que não foi possível encontrar registros, nem mesmo iconográfico, sobre a formação da escola entre os arquivos da Associação – que à época ainda era um grupo de mulheres – e nem mesmo junto à administração pública da cidade. O que foi possível rastrear foram as decisões e decretos orçamentários³¹ referente à reforma da Associação e ampliação da mesma, já no final da década de 90, especificadamente em 1997.

Uma discussão interessante sobre esse período diz respeito à construção do prédio onde até os dias atuais funciona a Associação. O terreno onde o mesmo foi construído foi doado pela Senhora Dinha no ano de 1998:

³¹ Refiro-me à LEI N° 1924/97 que “Dispõe sobre Diretrizes Orçamentárias para o Exercício 1998, e dá Outras Providências”, assinada pelo então prefeito José Falcão da Silva e publicada em 26 de julho de 1997.

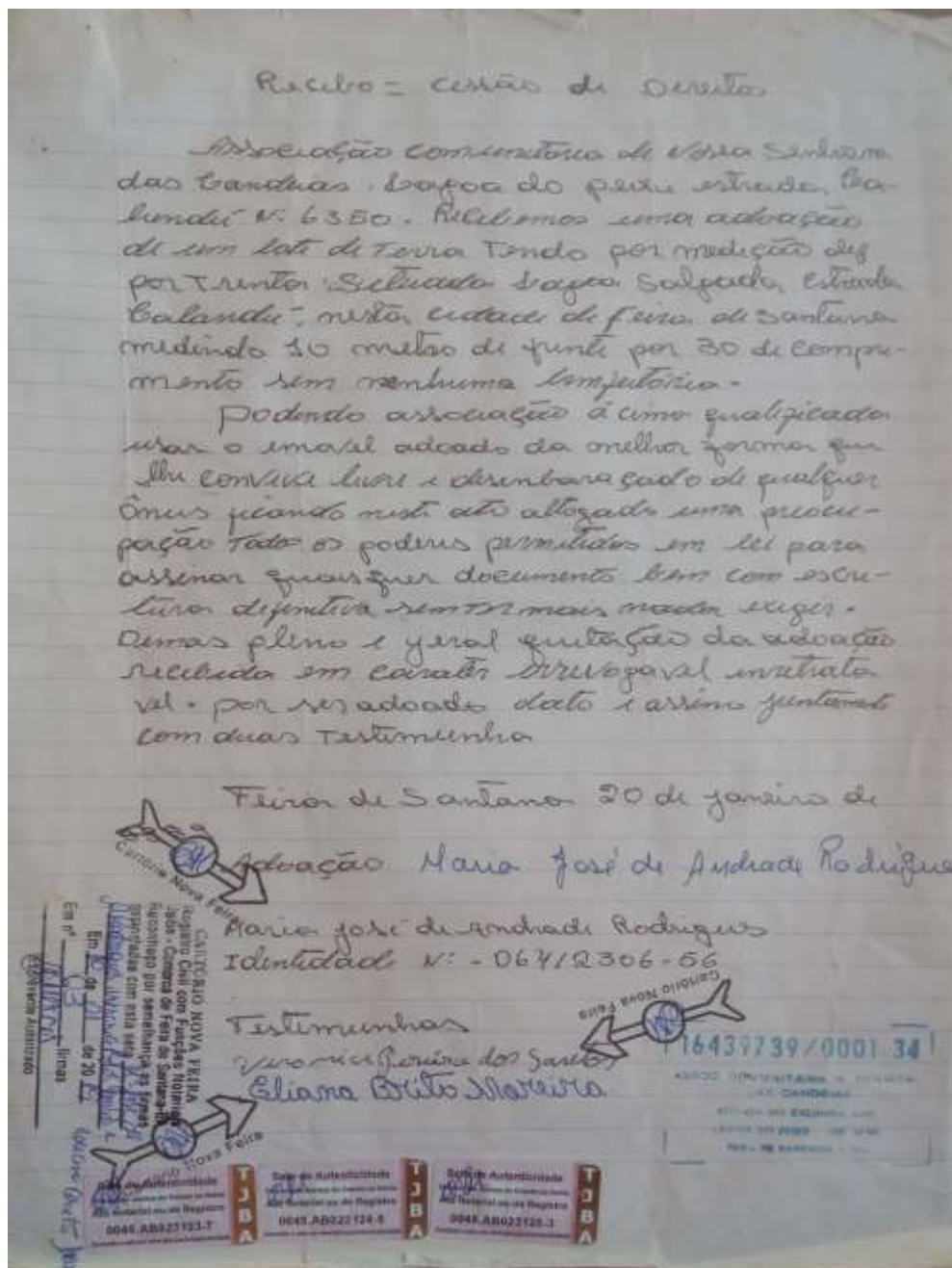


Figura 10 - Declaração de doação de terra para a construção da associação. Acervo privado da Associação Nossa Senhora das Candeias.

Na imagem acima, uma declaração manuscrita de “Cessão de Direitos”, está documentado a doação do terreno para a associação em “caráter irrevogável”. A senhora Dinha que se manteve como uma motivadora e, por vezes, líder comunitária decidiu por abrir mão de um lote de terra de sua propriedade para uso da entidade. É por esse motivo também que a associação fica localizada a poucos metros de sua casa e ao lado (vizinha) da casa de um dos seus filhos. A doadora relata que:

- Eu doe o terreno porque eu acreditava na associação. O povo aqui tudo

tinha terra, mas eu foi que tava de frente, eu que corria atrás das coisas né? E é assim até hoje. Ta aí ó, só tem esse documento aí porque eu guardei. Porque até o documento da terra Aninha perdeu. Quando Aninha foi presidente era tudo a bambam, perdeu os documento tudo, era menino no meio das coisas, menino pintando nos documento, me atrapalhou foi toda. Eu tô desde 2002 labutando com isso aí, pra corrigir a burrada que ela fez. E só conseguiu fazer o documento porque eu tenho isso aí, eu cuido da associação. Porque assim, como se diz né, tudo que eu tenho é trabaio meu, é trabaio meu e da associação, que eu fiz na associação, eu e o povo. Então eu não posso deixar que ninguém destruir, aí tenho de tomar conta. Então, foi assim. Eu doei o terreno porque eu gostava muito, eu tinha meus fio pra criar, eles tinha que se desenvolver também e associação ta aí até hoje, e vai continuar quando eu morrer. Porque todo mundo aqui sabe que eu dei ali de coração, ninguém tira nada ali, nem prefeitura, nem fio, ninguém. E quando eu morrer eu quero ser velada lá. (Entrevista com Maria José Rodrigues, concedida a autora em 01/10/2017)

O que motiva a Sra. Dinha é mais do que o puro desejo da maternagem, é o reconhecimento do próprio amadurecimento e empoderamento pela qual a mesma foi passando. É perceptível esse sentimento quando a mesma atrela, em seu relato, as suas conquistas pessoais com a sua participação na Associação. A forma como relaciona e, em certa medida, compara sua gestão com outras que não teriam tomado conta de forma adequada da instituição, indica que a mesma se sente responsável pelo cuidado e manutenção da entidade. Essa hipótese é reforçada quando a Sra. Dinha defende a posse da associação sobre o terreno doado, afirmando que “ninguém tira nada ali, nem prefeitura, nem fio, ninguém”. Demonstrando que nem mesmo os laços hereditários e consanguíneos poderiam rescindir a sua decisão.

Novos questionamentos surgem sobre a atuação dessa entidade. Entender as ações, as relações e a forma como a comunidade interage nesse espaço é fundamental, pois permite compreender também, ainda que rasamente, a dimensão afetiva das relações dos seus membros para com a instituição e entre os demais colegas. A ideia de pertencimento ao bairro se expande também a Associação, de forma que esta acaba por estar inserida na rotina e nos costumes de seus membros, como expressa o desejo da Sra. Dinha: “E quando eu morrer eu quero ser enterrada lá”. (Entrevista com Maria José Rodrigues, concedida a autora em 01/10/2017)

Passemos, então, para a década de 90.

3.2.2. Década de 1990: “Nessa época quando veio a delegacia pra aqui, ninguém aqui sabia ler, não sabia nada.”

É a partir da década de 1990 que consigo rastrear as atividades que passaram a ser desenvolvidas pela ASCONSECA. No ano de 1993, como já discutido anteriormente, ocorre a instalação da delegacia sindical na comunidade, tendo como representantes as já conhecidas Dona Nem e Dona Dinha e o Senhor Djalma Ferreira Oliveira, este último já falecido. Já discutimos a função das delegacias sindicais no capítulo anterior. Mas faz-se necessário demarcar que dos três delegados eleitos, duas são mulheres. Revivendo a experiência, Dona Nem relata: “Nessa época quando veio a delegacia pra aqui, ninguém aqui sabia ler, não sabia nada. Tinha que gravar tudo na cabeça para quando eu chegava aqui falava tudo, e aí as meninas que sabia ler ia anotando aquilo que eu ia falando” (Entrevista com Maria Regina da Silva, concedida a autora em 08/11/2017).

Dessa forma, observo que as estratégias de luta passavam pela oralidade. Noto ainda que a necessidade de se produzir documentos escritos aproxima, numa perspectiva geracional, os mais velhos dos mais jovens, pois estes últimos detém a escrita que possibilita resgatar a memória da comunidade. São dois níveis de conhecimento e formação diferenciados. A falta de alfabetização dessas mulheres não as impediu de desenvolver a Associação e nem de aprender novos conhecimentos. Um dos materiais encontrados nos arquivos da Associação refere-se ao Programa de Educação Rural desenvolvido pelo Movimento de Organização Comunitária - MOC. A influência de entidades como essa em movimentos sociais³² é marcada pela historicidade da própria instituição e não é exclusividade da ASCONSECA.

Nobrega (1988) defende:

Proposta, inegavelmente, supõe uma educação para as circunstâncias concretas de vida. Não a educação formal, escolar, acadêmica, mas se torna, rigorosamente, através de seus próprios mecanismos, uma educação para a participação política, enquanto se pretende produtora de um saber e de um poder para as classes menos favorecidas.” (NOBREGA, 1988, p. 58).

Assim, de acordo este autor, isto acontece porque os projetos educacionais desenvolvidos pelas Comunidades Eclesiais de Base - CEBS defendem a formação de líderes e representantes comunitários e não posições de liderança, a fim de que não sejam reproduzidas hierarquias de poder nas comunidades. Esta proposta vislumbra ainda o que a autora chama de “necessidades acrescidas” (NOBREGA, 1988. p. 125) que seria a tomada de

³² Por movimentos sociais entendo como ações coletivas que visam não só o bem comum e a garantia de direitos necessários a vida, mas também a reivindicação as questões modernas e contemporâneas que permeiam as formas de se reconhecer e se identificar socialmente. Me aproximo do conceito defendido por Gohn (1997) que considera os movimentos como “ações sociopolíticas” que são construídas de acordo com as especificidades das classes, da conjuntura e das relações de força que permeiam o contexto em que este se organiza.

consciência sobre a opressão e sobre os direitos que não se tem, mas que poderiam ter. Desta forma era possível produzir uma leitura do real atrelado ao viés político que promoveria “a consciência não apenas do que se é, mas também do que se pode e se tem direito a ser.” (NOBREGA, 1988. p. 126). Tal perspectiva corrobora com as influências da Teologia da Libertação, a qual visa a autonomia do sujeito e a promoção através da formação política pela crença religiosa e pelos valores.

Em Feira de Santana o MOC foi uma das entidades que adotavam essa metodologia e que desenvolveu atividades na comunidade da Lagoa Sagada. Em relato sobre como eram as ações desse grupo na comunidade a Sra. Dinha relata: “Na comunidade eles não mexiam, não intervia com religião, agora lá dentro do núcleo deles lá todo mundo sabia no setor lá, todo mundo sabia que eles eram de Jesus por lá. Mas eles não praticavam nada, eles lutavam pelo povão. Nos encontro aqui que sempre tinha assim né, um Pai Nosso como sempre tem, que nem sempre fez.” (Entrevista com Maria José Rodrigues, concedida a autora em 01/10/2017). O relato reforça o caráter educacional das ações desenvolvidas pelo MOC. Apesar de apresentar uma proposta de formação política na comunidade, a fala da Sra. Dinha indica que haviam os momentos religiosos, como por exemplo a oração do Pai Nosso que foi citada como uma ação já naturalizada. Essa naturalização do momento religioso narrada acima sugere também que as atividades da Associação ocorriam em consonância com a fé cristã ao vincular o ato de orar a uma prática corriqueira traduzida pelo “sempre fez”. A importância dos MOC nas Associações nos fez analisar uma apostila referente a um curso ministrado na comunidade pelo MOC:

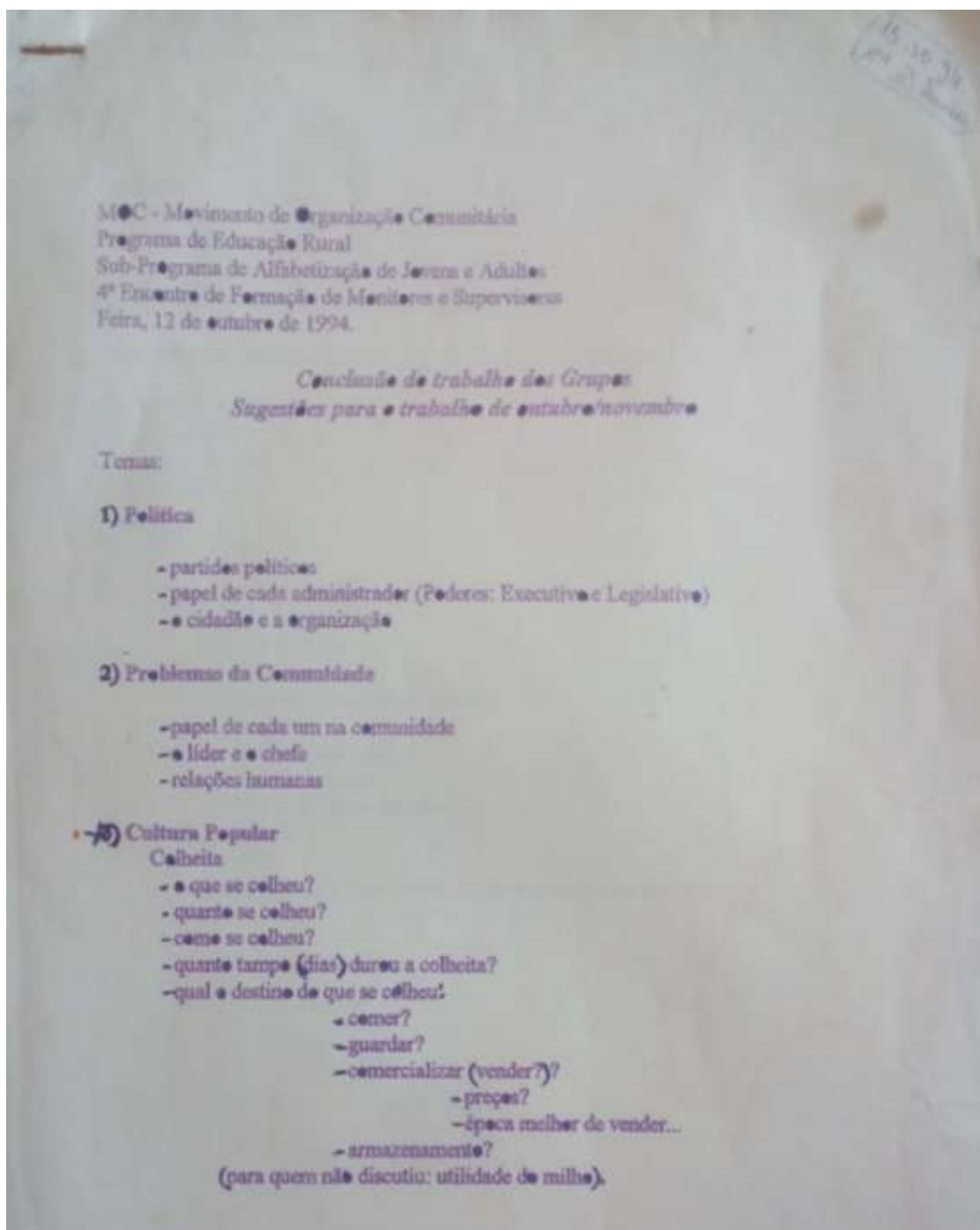


Figura 11 - Apostila MOC. Acervo privado da Associação Nossa Senhora das Candeias.

Ao analisar a fonte é notável uma proposta educacional para a formação de jovens e adultos. Consta ainda que aquele material estava vinculado ao 4º Encontro de Formação de Monitores e Supervisores. E, apesar do documento apresentar uma data em sua produção – 212 de outubro de 1994 – observa-se que no canto superior direito da mesma página há uma anotação manuscrita com a data de 15.10.94 e o nome M^a Betânia. É possível supor que estes dados manuscritos se refiram a data no qual o evento foi realizado na Associação, assim como o nome da proprietária da apostila. Noto, também, que toda a apostila contém decorações e

pinturas nas letras a caneta, demonstrando ter havido algum tipo de intervenção na escrita. Não foi possível encontrar uma lista de presença que pudesse confrontar ou confirmar tal teoria.

A apostila, que consta de duas páginas, está estruturada em tópicos que abordam várias temáticas, mas mantém um tema único que é a educação rural. A partir desse tema, os conteúdos não se distanciam da prática de vida desse ambiente, tendo tópicos como “Cuidado com o solo” e “Plantas”. Vale a pena, no entanto, detalhar melhor as temáticas apresentadas nessa cartilha a fim de melhor compreender o tipo de formação que era empregada nesse tipo de projeto. Como pode ser observado na Figura 5, o primeiro tema se refere à política e os conteúdos são voltados a uma formação da cidadania (direitos e deveres) e do reconhecimento da organização do poder público. O segundo conteúdo já apresenta uma relação com a comunidade partindo do ponto de que a mesma é constituída de relações humanas e que cada um tem o seu papel. O terceiro ponto chama a atenção por se tratar da “Cultura Popular”. Neste tópico as discussões são voltadas para a formação e organização da colheita, desde o ato em si de adquirir o produto na roça, até o armazenamento e a venda dos mesmos. Observo que a noção de cultura popular empregada está relacionada com a prática dessas trabalhadoras, ou seja, o saber e a forma de produzir. No que diz respeito ao cabeçalho, observo que o objetivo da apostila é, também, a “Formação de Monitores e Supervisores” nas comunidades, ou seja, criar líderes e chefes comunitários que pudessem desenvolver os projetos.

Os demais tópicos estão relacionados aos cuidados com a saúde, as “Plantas – as que há na comunidade e sua utilidade”, a “História da comunidade e do Município”, “Água” e “Tipos de solo”. Dessa forma, observo que as temáticas consideram o cotidiano e as próprias vivências dessas mulheres. Conhecer a história da comunidade é o primeiro passo para conhecer a história do próprio município, o que pode ter ajudado a desenvolver o sentimento de pertencimento com este espaço. Além disso, os demais conteúdos dizem respeito ao cuidado de si e dos outros, que é uma das características já presente nesse movimento de mulheres. Acredito pelo contexto e pela própria definição do conteúdo que a apostila apresenta que o foco não só a formação de líderes comunitários, mas produzir conhecimentos úteis para a vida prática e de trabalho dessa comunidade. Sendo assim, penso que esse tipo de atividade possibilitou que as mulheres da Associação tivessem mais autonomia no seu dia a dia, no labor e até no cuidado com a família.

Ainda que não tenha sido possível encontrar a lista de presença da atividade acima, acho pertinente analisar uma lista de frequência dos associados do mesmo ano:

10 de maio de 93

Lista de frequência dos participantes das reuniões
Tá em Santa Ol de março 94

1	Alaide dos Santos
3	- Maria Soave
4	Trindade
5	Maria Zabel o o o o
6	Engracia
7	Brasília
8	Lisele
9	Joana o o o
10	Jenzinha Roscoe
11	+ Bernadete
12	Elviana Santana o o
13	Maria Conceição o
14	Odete o o o o
15	Zuleide
16	Augustinho o
17	Jenzinha Santana o o
18	Antonio Ramundo o
19	Andre o
20	Judite o o
21	Dina Maria Cefele o
22	Elma o
23	+ Zuleide de Brito o
24	Silvina o
25	Elviana Machado o o
26	Maria de Fatima Pastor o o P
27	Doralice
28	Jucilene Cordeiro o
29	Maria Oliveira P.
30	Jenzinha o o o
31	Cristina

Figura 12 - Vista da primeira página da Lista de Frequência de 1994. Acervo Privado da Associação Nossa Senhora das Candeias

Noto que a lista foi escrita em dois tipos de papel diferente. A primeira em folhas de papel pautado e as duas últimas no que aparenta ser uma folha de caderno. Assim como outras fontes já demonstradas a estrutura dos documentos produzidos seguem sem a identificação da instituição e com a mesma grafia em todas as assinaturas é recorrente.



Figura 13 - Vista da segunda página da Lista de Frequência de 1994. Acervo Privado da Associação Nossa Senhora das Candeias

A última página, no entanto, apresenta no canto inferior direito o nome da comunidade, no que aparenta ser um rodapé de identificação:

	13.20
	13.20
63. Ana Maria Santana o	3.30
64. Rosane S. o	5.50
65. Getulio Machado o	35.20
66. Maria do S. o	
67. Maria de Fatima Santana o o	
68. Eufreda Moreira o	
69. Maria Galdino o o	
70. Eusebio o	
71. Eliana Brito Moreira o o	
72. Maria Oliveira P. o o	
73. Manoel J. Andrade o o	
74. Maria Regina o o	
75. Edna Amorim o	

12	
12	
3	
4	
3	40
	3,30
	1,10
	4,40

COMUNIDADE NOSSA SENHORA DAS CANDEIAS

Figura 14 - Vista da segunda página da Lista de Frequência de 1994. Acervo Privado da Associação Nossa Senhora das Candeias

A lista completa é composta de nomes de setenta e cinco pessoas, contabilizando cinquenta e oito mulheres e dezessete homens. Observa-se que a lista conta com um sistema de contabilização da frequência com símbolos que remetem a pontos. A Sra. Vera ao relatar ao responder o questionamento sobre a participação masculina na associação afirma que:

- Foi as mulher, veio os homem de fora. Mas daqui que homem participou? De tudo foi as mulher. Vê se teve nenhum presidente homem? Nenhum na associação. Tudo mulher. Mas até hoje tem muita gente que não dá importância, entendeu? Tem muita gente que fica dentro de casa. Porque eu lhe tiro agora, aquela mulher ali ficou viúva, ela não participa de associação, ela não participa de nada. Aí a prima dela disse “eu vou andar”. Mas vai andar como? Hã? Não é? Não vale nada. (Entrevista com Veronice Pereira dos Santos, concedida a autora em 10/10/2018).

Em outro momento quando se referia a participação de sua família na Associação, a Sra. Vera lembra a opinião de seu marido sobre a formação da entidade:

- Pois Naiane, a vida é assim. Eu sempre incentivava, incentivava e depois de eu associada que Louro se associou só no sindicato. Ele não pagava associação não, era só no sindicato e mesmo assim foi depois. Eu já tava andando. Ele não acreditava em nada, ele gritava: “Sai daí que vocês não vai ganhar nada. Vocês é idiota, fica ouvindo palestra de ninguém. ” Por que era muita gente que vinha fazer palestra com a gente. (Entrevista com Veronice Pereira dos Santos, concedida a autora em 10/10/2018).

Assim, diante dos dados, pude perceber que houve prevalência da frequência feminina não só na lista, mas em todo o processo de formação da Associação. O relato acima explicitado demonstra também que havia da parte masculina uma desvalorização das atividades desempenhadas pela associação. O fato do Sr. Louro, esposo da entrevistada não querer fazer parte da associação, ou ainda usar termos como “idiota” para designar quem participava das atividades na Associação pode ser considerado indício de desvalorização masculina.

Ainda em relação ao documento exposto, a Lista de Frequência de 1994, do total de homens na lista, apenas seis apresentavam uma frequência mínima. O que ajuda a corroborar a ideia de que foram as mulheres que criaram e mantiveram a luta da Associação por todo o tempo. Noto também que ainda que as listas estejam sendo assinadas a rogo, ao lado das assinaturas não constam as digitais dos seus membros. É possível pelo menos duas interpretações sobre esse fato: uma de que os membros dirigentes da Associação não tinham informação sobre essa ser a prática correta. Outra, que a associação não contava com bens materiais necessários para tal formalidade, como por exemplo, a almofada carimbo utilizada para esses fins.

Outra fonte que ajuda a entender a formação dessa associação é o Controle de Pagamento dos Associados, documento manuscrito e produzido em folhas de papel ofício. É importante salientar que só foi possível encontrar duas páginas desse documento em meio ao acervo:

Associação comunitária Nossa Senhora das Candeias
1994 0,70
3000

(Controle de pagamento de associados)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez	Total
Amélia Pereira 1
Deiene Oliveira 2
Deira Oliveira 3
Ursula do Sacramento 4
Ernestina P. Araújo 5
Luizete R. Santos 6
Milene de Jesus 7
Luizete Corralho 8
Valentina Silva 9
André B. Lima 10
Elma B. da Silva 11
Ana Maria Jesus 12
Lucivana Corralho 13
Oralca Corralho 14
Reginete Moreira 15
Stela Miranda 16
De Aparecida Corralho 17
Valdira Gonsalves 18
Denise Ribeiro 19
Luizina Rodrigues 20
Luizete Ribeiro 21
Luizete Crachado 22
Quilence C. Silva 23
Luizete de Brito 24
Domínio Santo 25
Marta dos S. Araújo 26
Ana Maria Santos 27
Luizete de Silva Santos 28
Luizete de Jesus 29
Rosângela A. Rodrigues 30
Rosângela A. Rodrigues 31
Total	31												

Figura 15- Vista da primeira página do Controle de Pagamento do ano de 1994. Acervo Privado da Associação Nossa Senhora das Candeias

Nesta primeira folha é notável através do cabeçalho se tratar do controle de pagamento do ano de 1994. Apesar de contar com a referência “0,70” no canto superior da folha não é possível supor que este era o valor da contribuição à época. As entrevistas desta pesquisa não conseguiram recordar os valores de pagamento e nem foi encontrado em outro documento o valor referente as mensalidades pagas ao longo do tempo. Noto o nome de “Gilvania Rodrigues” nora de Dona Dinha, que já foi citada nesta pesquisa por seu nome ser reconhecido em um outro documento referente à frente de trabalho. A assinatura de “Maria José A. Rodrigues” que é uma das fontes desta pesquisa, a Sra. Dinha; e em último na lista, a assinatura de Rosângela A. Rodrigues, filha de Dona Dinha e que também é tida como fonte nesta pesquisa. O nome de três mulheres da mesma família pode ser considerado como um indício do caráter materno e feminino dessa Associação. Não é possível identificar nome de nenhum membro masculino da família de Dona Dinha por exemplo.

Associação comunitária Nossa S. da Candeias 934 9 70

Controle de pagamento aos associados

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Junho	Jul	agos	set	out	Nov	Dez
Reynice Pereira dos Santos 32
Dr. Terezina
Terezinha da Silva 31
Olívia Oliveira 35	770	.	.
Gertrudes Pereira 36
Augusta Oliveira Moreira 37
Dna Maria Moreira 38
Ursula Carvalho 39
Dr. Regina da Silva 40
Dr. Jovana de Jesus 41
Olívia de Oliveira 42
Erizinda Rosa dos Santos 43 X
Trizilda Santa Conceição 44
Leite Santana Silva 45
Anna da Silva Santos 46
Regina Santa 47
Dr. Sônia Anacim 48
Milene do Nascimento 49
Maria dos Santos 50
Edina dos S. Lima 51
Marlene de S. Moreira 52
Francisca Santa 53
Olívia 54
M. Pereira
Totax												25

Figura 16 - Vista da última página do Controle de Pagamento do ano de 1994. Acervo Privado da Associação Nossa Senhora das Candeias

Comparando com o controle de pagamento dos associados desse mesmo ano é possível perceber uma redução no quantitativo de pessoas. Enquanto as listas de frequência contam com aproximadamente setenta pessoas, a de pagantes tem cerca de cinquenta. Fazendo novamente uma análise de gênero, cinco dos seis homens que estão na lista de frequência pagaram a associação por pouco tempo, no máximo quatro meses. Destaco que um membro masculino, no entanto, registrou o pagamento durante onze meses. Enquanto a grande maioria das mulheres contribuiu no mínimo por onze meses. Este fato indica, mais uma vez, a participação ativa das mulheres na Associação.

Ao tentar descobrir as pautas que eram levantadas por essas mulheres durante a década de 1990, percebo que as ações da ASCONSECA estiveram voltadas para a sua organização e foi possível encontrar dois registros que trazem a discussão sobre os cuidados com os demais membros da comunidade. O primeiro diz respeito à educação e é uma solicitação de Educação para Jovens e Adultos:

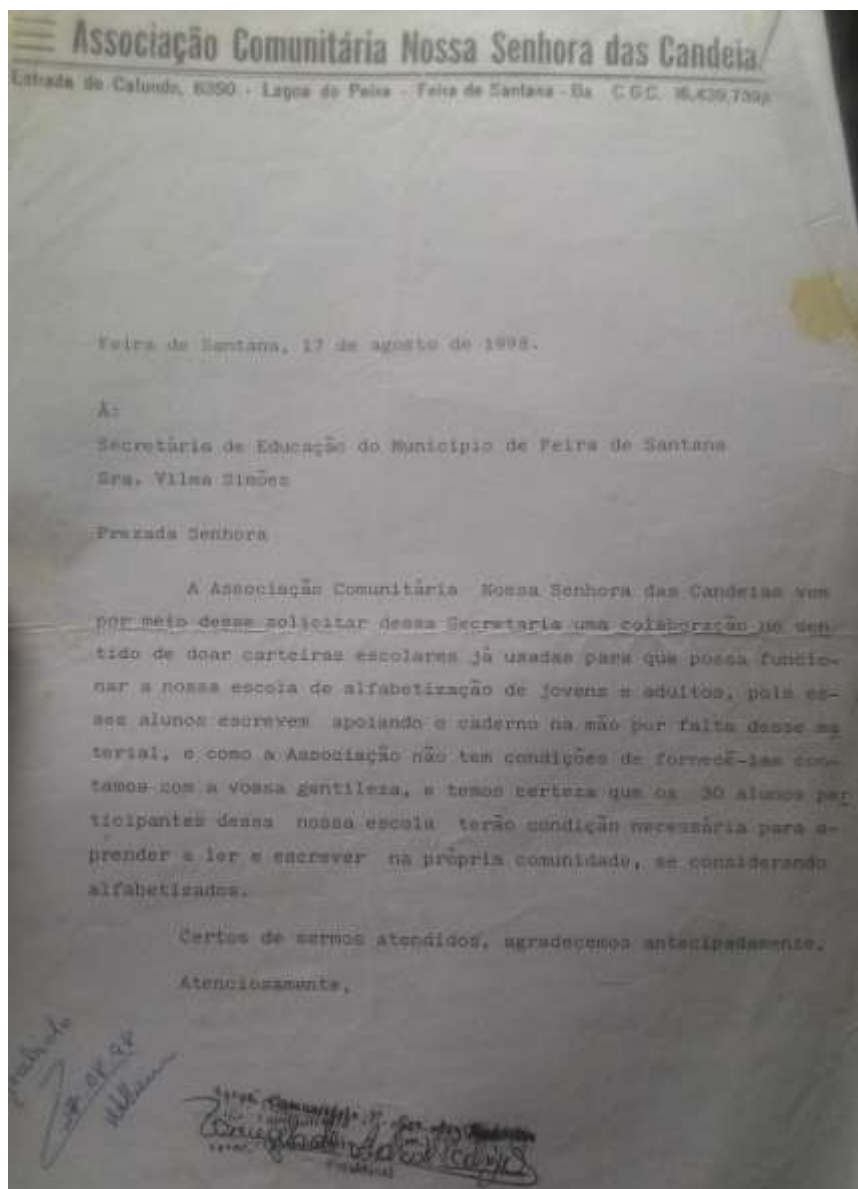


Figura 17 - Ofício à Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana. Acervo privado da Associação Nossa Senhora das Candeias.

O ofício foi endereçado a Secretária de Educação de Feira de Santana, Vilma Simões, e solicitava a doação de “carteiras escolares já usadas” para que fossem utilizadas no projeto que já estava em curso na comunidade. A intenção, segundo interpretação que faço dessa fonte, era de alfabetizar os adultos na própria comunidade. A fonte relata ainda que havia cerca de trinta alunos matriculados. Foi constatado, através de depoimentos, que essa solicitação foi atendida e que a secretaria de educação forneceu as cadeiras. Quando questionei a Sra. Dinha sobre quem eram as professoras que davam as aulas, ela relatou que era um programa do governo do estado. (Entrevista com Maria José Rodrigues, concedida a autora em 29/06/2018). Não foi possível rastrear, no entanto, de qual programa se tratava. Elas relatam, no entanto, que dado o fim do programa ocorreu a manutenção das aulas por um

curto de período de tempo no qual os seus próprios filhos se revezavam para dar aulas.

O ofício permitiu analisar, também, que nos finais da década de 1990 a Associação Nossa Senhora das Candeias já possuía um papel timbrado, assim como um Código Geral de Contribuintes – CGC, no Ministério da Fazenda. Além disso, apresentava assinaturas de recebido e o carimbo e a assinatura da então presidente, a Sra. Rosangela de Andrade Rodrigues. Quando questionada sobre sua participação na Associação e sobre ter assumido a direção desta, relata: - *“Eu participei da associação um tempo. Quando eu era mais nova eu ia pra ajudar mãe, ia fazer as coisas na rua, ia pra viagem, pra encontro. Quando pai não deixava ela ir mesmo, quando eles brigavam lá, ela mandava a gente, os filho ir.”* (Entrevista com Rosangela A. Rodrigues Silva, concedida a autora em 16/03/2018).

Sobre sua posição de Presidente da associação, a Sra. Rosangela afirma:

-É eu já fui presidente, mas era só no papel mesmo. Porque de tempos em tempos tem que mudar e aí colocava o nome do povo, mas quem sempre teve a frente foi mãe mesmo. Era como se fosse um laranja, porque mãe não podia ser presidente a vida toda. Tinha sempre alguém, mas mãe que sempre cuidou de tudo. (Entrevista com Rosangela A. Rodrigues Silva, concedida a autora em 16/03/2018)

Ainda nesta década é possível supor que a maior parte dos jovens não detinha seus documentos pessoais. Isto porque foi encontrado também um abaixo assinado solicitando a “Exm^a Dr^a Tereza Mata Pires” indicada como “M. D. Coordenadora Executiva do SAC” que fosse disponibilizado o atendimento móvel do Serviço de Atendimento ao Servidor – SAC:

1998

Exm^a Sr^a Tereza Mata Pires -
M.D. Coordenadora Executiva do SAC

Nos abaixo assinado, moradores do bairro Lagoa do Peixe, solicitamos de V.Sa que seja colocado a unidade de atendimento móvel do SAC - Serviço de Atendimento ao Cidadão, para fazer atendimentos e confecção de documentação, na Associação Nossa Senhora das Candeias, na Estrada do Cabedú, bairro Lagoa do Peixe, Feita de Santana - Ba, garantindo assim o exercício da cidadania a todos que necessitam de documentos pessoais para garantir estes direitos.

Endereço

- 1) Carlos André da Silva Lima - Estrada Calunda
- 2) Elene da Silva - Estrada Calunda
- 3) Plame da Silva Oliveira Pereira - Estrada Calunda
- 4) Crispiniana da Silva Jesus - Estrada Calunda
- 5) Gilsânica Rodrigues - Estrada Calunda
- 6) Milena Pereira da Silva - Estrada Calunda
- 7) Gilene Aliseira Santana - Estrada Calunda
- 8) José Carlos Aliseira Silva - Estrada Calunda
- 9) Maria Crispin Aliseira Silva - Estrada Calunda
- 10) Rosimere de Andrade Rodrigues - Estrada Calunda
- 11) Sandra Oliveira Moreira - Estrada Calunda
- 12) Jackson Oliveira Moreira - Estrada Calunda
- 13) Macela Oliveira Moreira - Estrada Calunda
- 14) Vanildes Oliveira Silva - Estrada Calunda
- 15) Helena Pereira - Estrada Calunda
- 16) Lucivara Pereira da Silva - Estrada Calunda
- 17) José Brito da Silva Moreira - Estrada Calunda
- 18) Maria José da Silva Moreira - Estrada Calunda
- 19) Marcia da Silva Moreira - Estrada Calunda
- 20) José João da Silva - Estrada Calunda
- 21) Mel Timho da Silva Bezerra - Estrada Calunda

Figura 18 - Abaixo assinado enviado ao SAC. Acervo Privado da Associação Nossa Senhora das Candeias.

Neste documento há a especificação do público alvo deste serviço, os jovens. De acordo com a Associação, o intuito ao solicitar esse tipo de serviço era garantir “o exercício da cidadania a todos que necessitam de documentos pessoais para garantir estes direitos.”. Consta-se que o pedido não foi atendido e nem mesmo respondido pelo órgão em questão. Foi nesse período também que a Associação Nossa Senhora das Candeias solicitou, através do Vereador Wilson Falcão, o fornecimento de energia elétrica para a sua sede. O pedido foi negado devido à

distância que o poste se encontrava da rua, impossibilitando que fosse possível a leitura dos dados pela empresa, como consta em resposta dada pela Coelba e encontrada em um documento no acervo da associação. Esta documentação demonstra o quanto o Estado e seu aparato burocrático estavam distantes da comunidade Lagoa Salgada e como lhes era negado os direitos básicos de cidadania, ao mesmo tempo, a inexistência de luz indica o pouco caráter urbano do bairro.

3.2.3. Os Anos 2000 a 2002

Já nos anos 2000, quando começa a se findar o recorte temporal desta pesquisa, a Associação mantinha uma pauta que, ainda hoje, permanece sem completa resolução. Trata-se das questões referentes ao transporte e a luz elétrica para toda a comunidade. Importante destacar que apesar da comunidade já ter energia elétrica na maioria das casas³³, algumas ruas permanecem sem acesso a luz elétrica.

O transporte era um motivo de constante reivindicação para os moradores da Lagoa Salgada, visto que era utilizado não só para a ida ao centro da cidade, mas também para o trabalho. A venda, sobretudo no centro de abastecimento, era feita com as mulheres carregando os seus produtos no fundo do ônibus. Lembro-me das inúmeras vezes que presenciei discussões dentro do ônibus daqueles que consideravam um absurdo o fundo do veículo estar carregado de caixotes. Por vezes, até mesmo carro de mão era transportando no coletivo, por cima dos caixotes, das compras e dos produtos que iriam ser vendidos. Imagino que no início dos anos 2000, sobretudo quando o coletivo se tornou uma alternativa de transporte para o trabalho e passou a substituir a carroça, que muito mais produtos e caixotes foram transportados no coletivo. A necessidade desses serviços pode ser observada em outros ofícios:

³³ Pelo relato de moradores, a energia elétrica no bairro chegou pelo programa Luz Para Todos do Governo Federal.

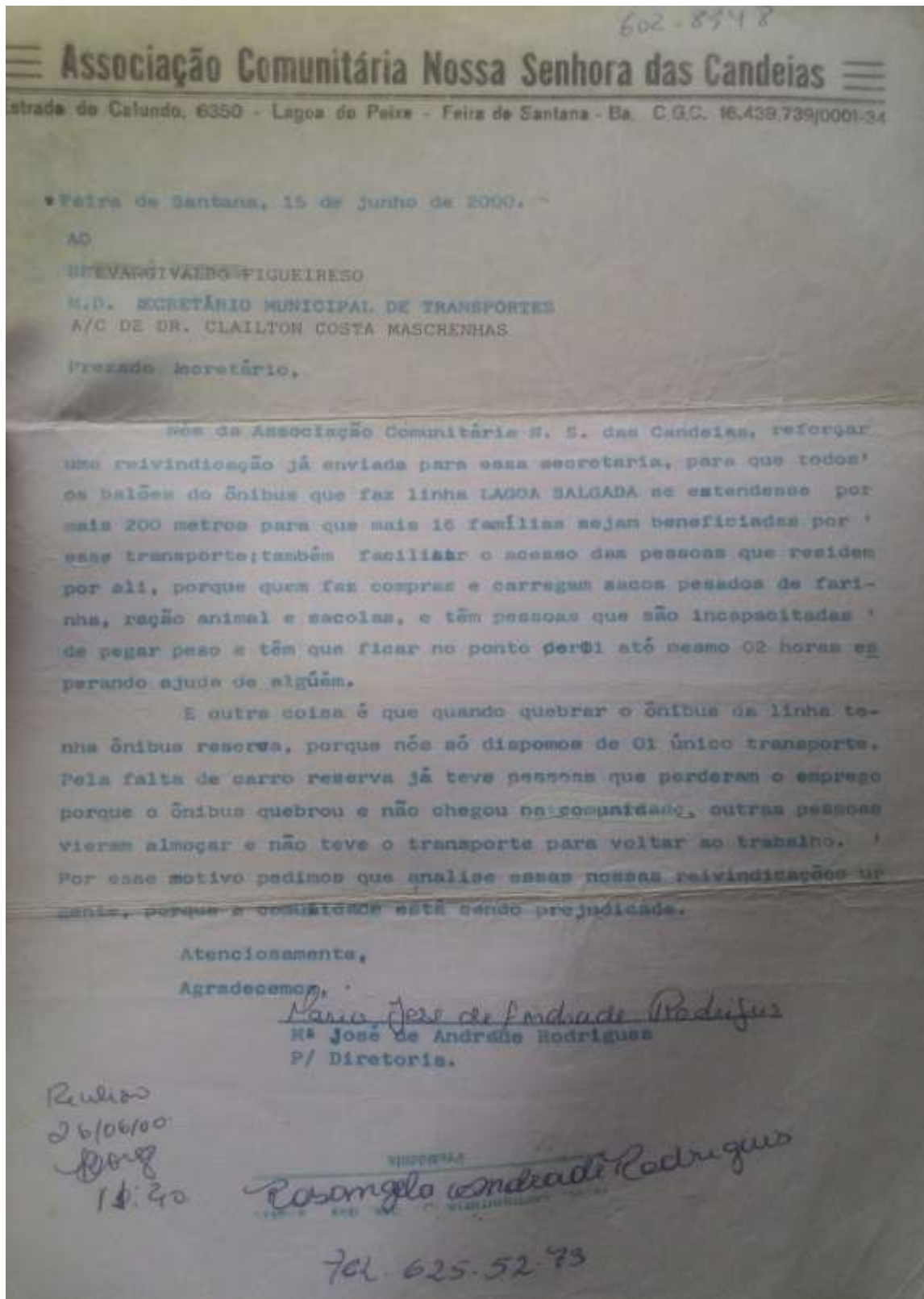


Figura 19- Ofício enviado ao Secretário Municipal de Transportes, ano de 2000. Acervo Privado da Associação Nossa Senhora das Candeias.

O ofício permite perceber não só a reivindicação, mas como o transporte funcionava na comunidade até então. Quando solicitado ao Srs. Evangeldo Figueiredo, Secretário Municipal de Transportes, o ônibus mantinha um trajeto aumentado em mais duzentos metros

para atender 16 famílias. Além disso, não percorria toda a Estrada do Calundu, a principal do bairro. O documento corrobora ainda os dados já colocados de que o transporte público era utilizado não somente para a locomoção dos passageiros, mas como transporte de suas compras e cargas de trabalho. É possível perceber, também, que ainda que tivesse um ônibus coletivo circulando na comunidade, os horários das viagens ofertadas eram poucos e somente nos horários de maior movimento. Essa hipótese se confirma pelas queixas de pessoas que perderam seus empregos devido aos horários e pela longa espera que do transporte.

Para além da reivindicação transporte público, foi endereçado ao prefeito um ofício apresentando as demandas da comunidade, vejamos quais eram:

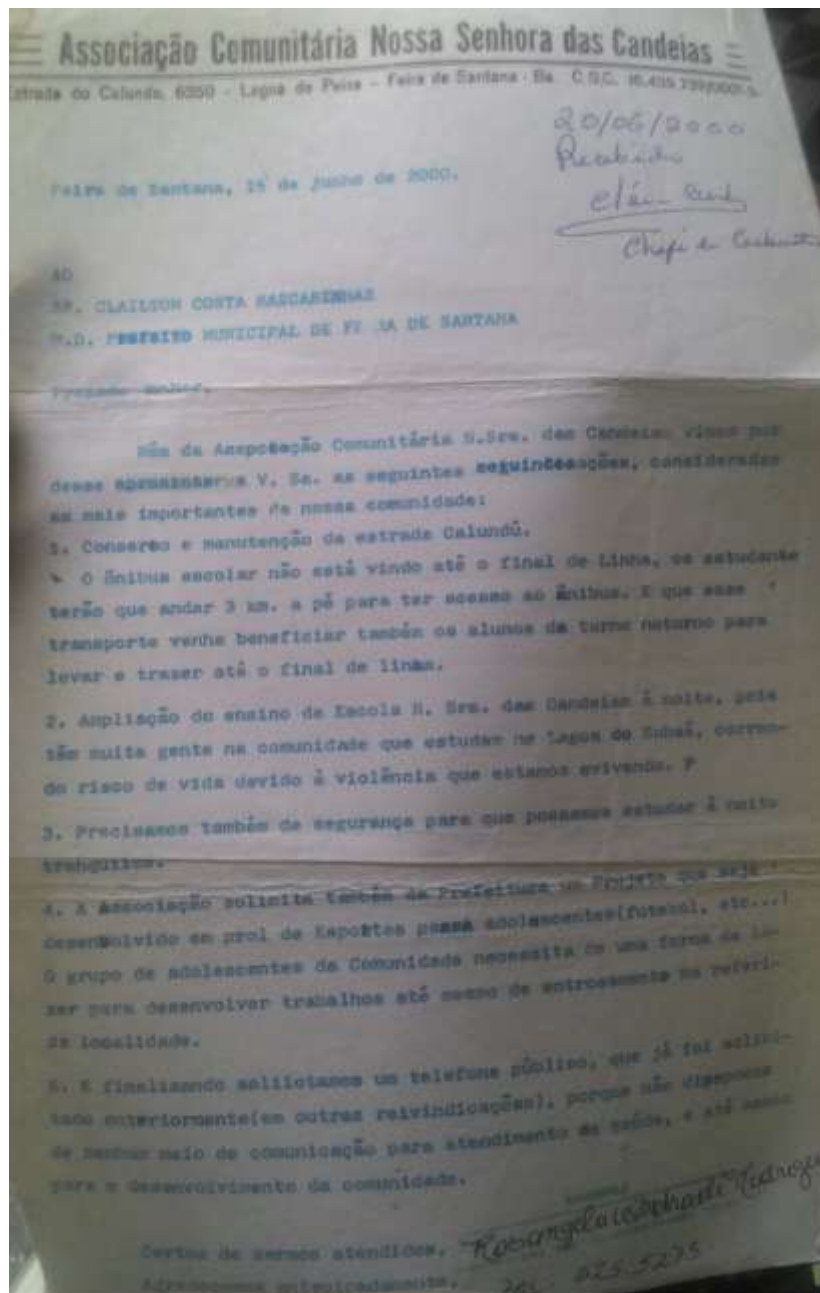


Figura 20 - Ofício para o Prefeito, ano de 2000. Acervo Privado da Associação Nossa Senhora das Candeias.

A época, o então prefeito Clailton Costa Mascarenhas recebeu da comunidade uma carta de reivindicações que pautavam os seguintes solicitações: “conserto e manutenção da Estrada do Calundu”³⁴, uma reclamação sobre a rota dos ônibus escolar, além do pedido de que o mesmo circule também a noite. Foi solicitado, da mesma forma, a ampliação do serviço educacional da Escola Nossa Senhora das Candeias para o turno noturno, visando a segurança dos estudantes. Esta última solicitação reforça a hipótese de que a preocupação com a educação dos jovens permeou a Associação durante todo seu período de funcionamento. Ainda expressando preocupação com a juventude, a Associação solicitou o desenvolvimento de atividades esportivas para os jovens da comunidade. E, por fim, um telefone público para que os moradores do bairro pudessem se comunicar e solicitar atendimento médico. A reivindicação do telefone público era recorrente. Nos arquivos da Associação foi encontrada, uma resposta da companhia Telemar de 1999, na qual esta informava a impossibilidade de instalar um telefone público devido aos altos custos. A Senhora Dinha, por sua vez, ao recordar sobre essa recusa, informa a companhia de energia alegou que não poderia disponibilizar o telefone porque, além do alto custo, estava a caminho um novo tipo de telefonia que, supostamente, se aplicaria melhor a localidade, o telefone celular, e que o mesmo poderia ser adquirido a partir dos anos 2000. (Entrevista com Maria José Rodrigues, concedida a autora em 01/10/2017)

Tais pautas voltariam a serem colocadas pela Associação dois anos depois, agora sob a presidência efetiva da Sra. Dinha. No documento que se segue, noto que as mesmas reivindicações são novamente endereçadas a Secretaria de Educação que está sob um novo governo, o de José Ronaldo de Carvalho. As demandas não atendidas são reiteradas e noto que este novo documento apresenta uma característica do bairro que ainda não havia sido citada, a falta de iluminação pública. A falta de energia elétrica já apareceu como problemas estruturais do bairro em outros documentos encontrados no acervo da associação, mas é a partir deste documento que começa a aparecer como reivindicação ao poder público municipal. Outro documento, também assinado pela mesma presidente da associação, é enviado, cerca de dois meses após o acima referido, ao Deputado Estadual Tarcísio Pimenta, com basicamente a mesma pauta apresentada nos dois ofícios já discutidos:

³⁴ Principal estrada do bairro por onde todos os moradores precisam circular para ter acesso a outros bairros. É também o percurso feito pelo transporte público.

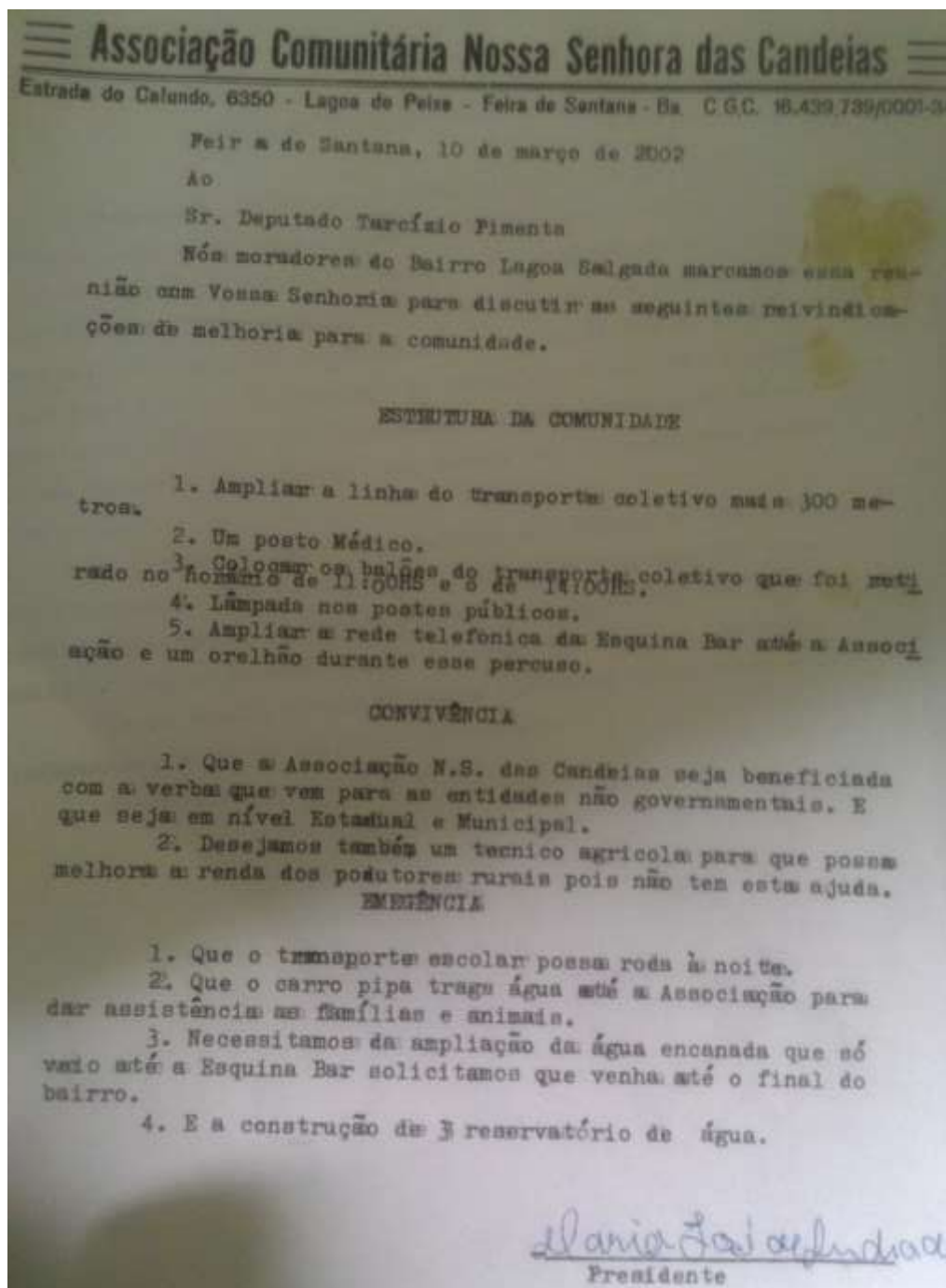


Figura 21 - Ofício para o Deputado Estadual Tarcísio Pimenta, ano de 2000. Acervo Privado da Associação Nossa Senhora das Candeias.

Este novo documento apresenta as reivindicações por categorias, sendo elas: estrutura da comunidade, convivência e emergência. Dentre os problemas estruturais apontados estava a ausência de um posto médico, fato que motivava a solicitação de um. Solicitava-se, também, melhorias no transporte público, iluminação pública e ampliação da rede de telefonia que atendia a menos da metade da comunidade. No que toca a convivência, destaca-se que a Associação se define como responsável por promover o melhor convívio no bairro, visto que solicita verbas para promover melhorias na comunidade. Da mesma forma, é solicitado um

atendimento específico por meio de um “técnico agrícola para que possa melhorar a renda dos produtores rurais pois não tem esta ajuda”. Esta solicitação talvez seja o indicativo de que a Associação e a comunidade reconhecessem a identidade rural como central do bairro Lagoa Salgada.

Partindo da interpretação de que esta comunidade foi se desenvolvendo a partir do sentimento de pertencimento de seus moradores é compreensível a existência de um ofício que tem como objetivo melhorar o cotidiano de trabalho e a renda da comunidade. Demonstrando, a meu ver, como o bem-estar de cada família e da comunidade era uma questão a ser cuidada por todos e de interesse da Associação. No que diz respeito às emergências identificadas na comunidade, a temática do transporte escolar funcionar em horário noturno retorna, além do pedido para que fosse fornecido água através de carros pipas. O documento apresenta ainda que essa água seria utilizada na assistência às famílias e aos animais. Neste mesmo assunto é solicitado ampliação da rede de água encanada³⁵ que, assim como a de telefonia, atende menos da metade dos moradores do bairro. Ainda foi solicitada a construção de três reservatórios de água para diminuir o problema do abastecimento e escassez na comunidade. Todas essas reivindicações, portanto, são indicativos de ausência de saneamento básico e características rurais do mesmo.

Por fim, é importante destacar que todas as lutas e reivindicações da Associação estiveram diretamente ligadas a preocupação com a educação, lazer e segurança dos jovens e dos demais membros da comunidade, reforçando a tese de que a comunidade e a família sempre estiveram na base das lutas dessa Associação. Ações e lutas que podem ter sofrido a influência da Teologia da Libertação (através das CEBs), mas é inegável, igualmente, que foram direcionadas por experiências individuais e coletivas de mulheres e trabalhadoras rurais que se organizaram e buscaram construir uma Associação que culminou e ainda culmina em um processo de “empoderar” de si e da comunidade.

³⁵ É preciso informar que algumas ruas do bairro ainda hoje não contam com este serviço de água e esgoto. A Sra. Nem, por exemplo, continua utilizando a água exclusivamente de poço artesiano.

Considerações Finais

Esta pesquisa se iniciou no ano de 1980 quando tentamos compreender quais as representações que existiam sobre o bairro da Lagoa Salgada, uma área urbana ou rural. Para responder esta e outras perguntas, percorremos os caminhos que as fontes orais escritas demonstravam e constatamos que embora, tivesse ocorrido transformações nesse espaço, inclusive de mudança do distrito de Humildes para Jaíba, e, 2004, tenha se tornado bairro da cidade de Feira de Santana, manteve muito de suas características rurais. Ou seja, ao dialogar com os relatos dos moradores e com a legislação que versa sobre o processo de urbanização da cidade, foi possível constatar que embora legalmente a comunidade da Lagoa Salgada tenha se tornado parte da área urbana da cidade, sua urbanização foi consequência do processo de expansão territorial da cidade de Feira de Santana.

Dessa forma, as pesquisas comprovaram a hipótese do trabalho de que a comunidade da Lagoa Salgada e, acima de tudo, um bairro rural, constituído através de relações familiares e parentais que fundamentam a noção de pertencimento dentro desses espaços. É seguindo esta perspectiva que defendo que o pertencimento com o bairro se traduziu também na forma como o movimento de mulheres se desenvolveu neste espaço. Além das influências e da ideia de comunidade que eram muito defendidas pelas CEBS e pela Teologia da Libertação e, que se fizeram presentes na formação política das mulheres da Lagoa Salgada. O recorte espacial desta pesquisa assumiu também um importante papel ao permitir visualizar quais eram as demandas e as práticas de vivência no mesmo, destacando assim as influências da religiosidade de uma bricolagem religiosa neste espaço e na afetividade de seus moradores.

É importante ainda destacar que a vivência rural dos moradores do bairro de Lagoa Salgada e das mulheres da Associação se deu nos moldes do patriarcalismo, ou seja, que através de uma visão sexista da sociedade, atribuía papéis sociais de gênero distintos e hierarquiza as relações sociais a partir da valorização do masculino. Apesar disso, foi através da agricultura familiar e da reivindicação de melhores condições de sobrevivência que se organizou a luta do movimento de mulheres dessa localidade. Mulheres que, sem romper com o patriarcado, guiaram suas lutas pautadas no ideal de maternagem. Portanto, foi a não oferta de serviços básicos – saúde e educação – pela administração pública que motivaram mulheres da Lagoa Salgada, especificamente a Sra. Dinha, a formarem uma Associação que buscasse do Estado a garantia desses direitos básicos. É importante frisar, da mesma forma, a importância do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana neste processo, pois foi

neste último espaço que Dona Dinha – presidente da Associação – passou a conhecer os seus direitos enquanto cidadã.

O empoderamento que se iniciou quando a Sra. Dinha passou a circular num ambiente político como o sindicato, permitiu que a mesma se reconhecesse enquanto cidadã, assim como as suas filhas e filhos. Esse processo é ampliado para as demais mulheres da sua comunidade através de um ideal único, a criação de uma escola para seus filhos. A escola foi o ponto de partida para a criação de um grupo de mulheres que visava à discussão de temas como saúde feminina e que mais tarde viria a se tornar uma Associação.

A criação da Associação representou não só a vitória da organização feminina no bairro, mas a conquista de um espaço de sociabilidade para as mulheres e para toda a comunidade. Analisando os relatos sobre as vivências nesse espaço, assim como as fontes documentais da associação, noto que o que motivava esse grupo não era somente a busca por direitos, mas a autonomia que era conquistada por estas. O depoimento da Sra. Veronice apresenta essa perspectiva, assim como o da “doutora Dinha”. Esse sentimento de autonomia é resultado não só do pertencimento ao grupo, mas também devido as significativas mudanças experimentadas pelas mesmas no seu cotidiano.

A rotina de trabalho dessas mulheres se dividia entre o cuidado com a família, a roça e a venda de produtos nas feiras da cidade. As reivindicações apresentadas pela Associação estão diretamente ligadas a essa rotina e aos cuidados com os filhos e com a família. É o caso, por exemplo, das reivindicações pelo transporte público, que facilitariam a ida até a feira com os produtos a serem comercializados. É necessário destacar que durante muito tempo as reivindicações dessas mulheres foram também pelo reconhecimento e conquista da cidadania de seus filhos, como no abaixo assinado de 1998 enviado ao SAC e que solicitava atendimento para o cadastro da documentação básica, como o Registro Geral Civil, para os jovens da comunidade. Foi na análise das fontes que demonstras as necessidades do bairro Lagoa Salgada que pude perceber melhor as estratégias pelas quais a associação foi desenvolvendo suas ações em prol do bem-estar comum.

Essas estratégias foram sendo desenvolvidas à medida que estavam sendo vivenciadas. Ao notar a forma como os primeiros registros da associação foram feitos, a mão e em folhas avulsas, percebo que a instrumentalização dos modelos oficiais de documentação foi sendo inserido na comunidade aos poucos. Sobre isso, destaco que essas mulheres ainda que analfabetas contavam com a ajuda geracional para administrar a documentação da Associação, em sua maioria de suas filhas letradas. Sendo assim, é visível que o diálogo geracional é uma prova de que os jovens dessa comunidade – ainda que indiretamente –

fizeram parte do processo de construção da entidade, seja como o público alvo, ou como os agentes que permitem o desenvolvimento das ações da Associação.

Outro ponto importante no processo de construção da Associação é a contribuição do MOC e do MMTR que, através Teologia da Libertação, reforçava a ideia de comunidade e apresentava os direitos e a forma de reivindicá-los através da administração pública. Essas influencias são perceptíveis ao analisar os documentos aqui expostos pela ASCONSECA e que indicavam a luta da entidade pelos direitos da comunidade frente Prefeitura de Feira de Santana e seus órgãos.

No que concerne as pautas da Associação e que caracterizavam sua luta, pude perceber que as mesmas estão sempre vinculadas a ideia inicial de cuidado com a família e de desenvolvimento comunitário. Neste último caso, ainda que a comunidade seja o foco, as demandas aparecem vinculadas ainda a ideia de maternagem. Defendo esse ponto de vista, ao perceber que historicamente o cuidado materno é tido como o zelo com a alimentação, a saúde, educação, formação social e preparação do indivíduo para a vida adulta. Quando as mulheres da Lagoa Salgada solicitam o direito à cidadania, opções de lazer, segurança, transporte coletivo e escolar e, até mesmo o telefone público comunitário (voltado para a solicitação de ajuda médica quando necessária) estão seguindo essa mesma “atribuição materna” que lhes foram impostas. É preciso cuidar dos seus filhos, educá-los, garantir a segurança e o bem-estar, além da responsabilidade em transformá-los em “cidadãos de bem” que vão contribuir com a comunidade.

Logo, ao pleitear lazer para os jovens do bairro, essas mulheres estão exercendo a sua posição de mãe e formando socialmente os seus filhos através do lúdico. Ao solicitar o transporte escolar, elas garantem o acesso de seus filhos à escola e a educação formal. Ou ainda, quando foi requerido um telefone público para a comunidade, elas estavam tentando garantir que a vida e a saúde dos seus filhos e vizinhos pudessem ser assistidas em momentos de necessidades. O fato é que, independente da completude dessas ações, o fator motivador primordial para essas mulheres foi a maternidade e maternagem. Como bem relatou a Sra. Vera em determinado momento de sua entrevista: “Ser mãe só me ajudou, me ajudou e foi muito. Não me atrapalhou não! Se não fosse pelos meus fio eu num tava aqui. ”

Lista de fontes

Acervo Associação Nossa Senhora das Candeias

Abaixo assinado enviado ao SAC.

Cartilha de Documentação da Mulher Rural produzida pelo MMTR – BA.

Declaração de doação de terra para a construção da associação.

Lista com os nomes dos membros do grupo de Idosos de 1990.

Lista da Frente Produtiva da Comunidade de N. S. das Candeias.

Lista de Frequência, ano 1994.

MOC. Apostila. Programa de Educação Rural, 1994.

Ofício à Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana.

Ofício enviado ao Secretário Municipal de Transportes, ano de 2000.

Ofício para o Deputado Estadual Tarcisio Pimenta, ano de 2000.

Ofício para o Prefeito, ano de 2000.

OLIVEIRA, Ildes Ferreira (Org.). **Resistir para sobreviver**. O trabalhador Rural do município de Feira de Santana. Feira de Santana: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 1977.

Vista das duas páginas do Controle de Pagamento do ano de 1994.

Vista das três páginas da Lista de Frequência de 1994.

Legislação

BRASIL. **Lei nº 5.172 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

FEIRA DE SANTANA. **Lei Ordinária nº 966 de novembro de 1984**. Divide o Distrito Sede do Município de Feira de Santana, em Subdistritos, e dá Outras Providências. Gabinete do Prefeito Municipal. Feira de Santana, BA, 19 de nov. 1984.

_____. **Lei Ordinária nº 1205 de novembro de 1989**. Estabelece Normas

para Declarar Sociedade de Utilidade Pública no Âmbito Municipal. Gabinete do Prefeito Municipal. Feira de Santana, BA, 08 de nov. 1989.

_____. **Lei Ordinária nº 1242 de abril de 1990.** Considera de Utilidade Pública a Associação Comunitária Nossa Senhora das Candeias, e dá Outras Providências. Gabinete do Prefeito Municipal. Feira de Santana, BA, 19 de abr. 1990.

_____. **Lei Complementar nº 18 de julho de 2004.** Define o Perímetro Urbano, delimita os Bairros da Cidade de Feira de Santana e dá Outras Providências. Gabinete do Prefeito Municipal. Feira de Santana, BA, 18 de jul. 2004.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Lei Ordinária Nº 628 de 30 de dezembro de 1953.** Fixa a Divisão Territorial Administrativa do Estado da Bahia. Gabinete do Governador, Salvador, BA, 30 de dezembro de 1953.

Depoimentos

ARAÚJO, Francisca Maria; ARAUJO, Firmino. **Francisca Maria Araújo e Firmino Araújo: depoimento [jun. 2018].** Entrevistadora: Naiane Rodrigues da Silva. Feira de Santana - BA, 2018. Entrevista concedida à pesquisa “Trabalhadoras Rurais e Movimento de Mulheres: Vivências da Lagoa Salgada (1980-2004).

RODRIGUES, Maria José de Andrade. **Maria José de Andrade Rodrigues: depoimento [out. 2017].** Entrevistadora: Naiane Rodrigues da Silva. Feira de Santana - BA, 2017. Entrevista concedida à pesquisa “Trabalhadoras Rurais e Movimento de Mulheres: Vivências da Lagoa Salgada (1980-2004).

_____. **Maria José de Andrade Rodrigues: depoimento [jul. 2018].** Entrevistadora: Naiane Rodrigues da Silva. Feira de Santana - BA, 2018. Entrevista concedida à pesquisa “Trabalhadoras Rurais e Movimento de Mulheres: Vivências da Lagoa Salgada (1980-2004).

SILVA, Maria Eunice da. **Maria Eunice da Silva: depoimento [jan. 2018].** Entrevistadora: Naiane Rodrigues da Silva. Feira de Santana - BA, 2018. Entrevista concedida à pesquisa “Trabalhadoras Rurais e Movimento de Mulheres: Experiências da Lagoa Salgada (1980-2004).

SILVA, Maria Regina da. **Maria Regina da Silva: depoimento [out. 2017].** Entrevistadora: Naiane Rodrigues da Silva. Feira de Santana - BA, 2017. Entrevista concedida à pesquisa “Trabalhadoras Rurais e Movimento de Mulheres: Experiências da Lagoa Salgada (1980-2004).

Mapas

SOUZA, Diego Almeida de. **Mapa Distrito Sede De Feira de Santana e os Demais Distritos em 1938.** In: Conflitos de fronteira: produção do espaço em Feira de Santana – do rural ao urbano na Mantiba. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial, 2016.

_____. **Mapa Mantiba pertencente ao Distrito de Jaíba em 1985.** In:

Conflitos de fronteira: produção do espaço em Feira de Santana – do rural ao urbano na Mantiba. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial, 2016.

Outros

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE FEIRA DE SANTANA. **Anuário Estatístico de Feira de Santana**. Feira de Santana: CDL, 2012.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 1983.

ESTATÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS BAIANOS. Salvador, Ba: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2001.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Helder. **A Cidade que tem Medo da Noite**. Coluna: Pois é. Feira Hoje, Feira de Santana, 8 mai., 1972. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. A noite feirense no início dos anos 70. 28 ago., 2017. Disponível em: <<http://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?titulo=A%20noite%20feirense%20no%20in%C3%ADcio%20dos%20anos%2070&id=38&link=secom/noticias.asp&idn=17796#noticias>>. Acessado em 27 julho de 2018.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018

BRASIL. Decreto-Lei n. 311, de 2 de março de 1938. **Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências**. Coleção de leis da República Federativa do Brasil de 1938, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 1, p. 438-440, 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: mar. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei n. 1405, de 5 de julho de 1939. **Regula a associação em Sindicato**. Coleção de leis da República Federativa do Brasil de 1938, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 1, p. 438-440, 1938. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1402.htm>. Acesso em: jun. 2018.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade: novas identidades em construção**. Estudos Sociedade e Agricultura, 11, outubro 1998: 53-75.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; OLIVEIRA, Mariana Fagundes de (Org.). **Publica-se em Feira de Santana: das cartas de leitores e redatores e dos anúncios em O Progresso e Folha do Norte (1901-2006)**. Feira de Santana, BA: UEFS Editora, 2012. 55p.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1987. 196p.

CONTRIBUIÇÃO das mulheres na renda familiar é maior no campo. **Governo do Brasil**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/11/contribuicao-das-mulheres-na-renda-familiar-e-maior-no-campo>. Acessado em: 18 de setembro de 2018.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color**. Disponível em: <<https://www.racialequitytools.org/resourcefiles/mapping-margins.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

DEERE, Carmen Diana. **Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira**. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, Apr. 2004.

DEL PRIORI, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

FEIRA DE SANTANA. **Lei Orçamentária nº 1924 de julho de 1997**. Dispõe sobre Diretrizes Orçamentárias para o Exercício 1998, e dá Outras Providências. Gabinete do Prefeito Municipal. Feira de Santana, BA, 26 de jul. 1997.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Salvador das Mulheres: condição feminina e cotidiana popular na Belle Époque Imperfeita**. Salvador, Ba: [s.n.], 1994. 222p Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **O descoroamento da princesa do sertão: de “chão” à território, o “vazio” no processo da valorização do espaço**. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão, 2014.

FUKUI, Lia Freitas Garcia. **Sertão e bairro rural**. São Paulo: Ática, 1979.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. 2. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1989. 281p

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GRADVOHL, S. M. O.; OSIS, M. J. D.; MAKUCH, M. Y. **Maternidade e formas de maternagem desde a Idade Média à Atualidade**. Pensando Famílias, 18 (1), jun. 2014, (55-62).

PAIXAO, Marcelo; GOMES, Flávio. **Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação**. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.16, n.3, p. 949-969, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300014&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 08 set. 2019.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: UNICAMP/IE. 1999.

GROSSI, Mauro Eduardo Del; SILVA, J. F. G. **As mudanças no rural brasileiro no início do milênio**. In: VI Coloquio Ibérico de Estudios Rurales - 23 e 24/02/2006, 2006, Huelva - España. Palos de la Frontera. Huelva: Univesidad Internacional de Andalucía, 2006. p. 1-29.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu; LOURO, Guacira Lopez. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo social. [Online]. 2014, vol.26, n.1, pp.61-73.

JESUS, Tatiana Farias de. **As lutas das trabalhadoras rurais e as relações de gênero no**

sindicato dos trabalhadores rurais de feira de Santana (1989-2002). 2008. Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder - Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

_____. **Trabalhadoras rurais de Feira de Santana: gênero, poder e luta no sindicato (1989- 2002)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2009.

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o conhecimento: uma palestra-performance de Grada Kilomba**. Tradução de Jessica Oliveira. Disponível em: <https://www.academia.edu/_de_Grada_Kilomba>. Acesso em: 05 mar. 2018.

MAGALHÃES, Antônio Ferreira de; SILVA, Aldo Jose Moraes; OLIVEIRA, Clovis Frederico Ramaiana Moraes. **História nas lentes: Feira de Santana pelo olhar do fotógrafo Antônio Magalhães**. Feira de Santana, Ba: UEFS Editora, 2009. 260 p.

MOSEDALE, S. **Policy arena. Assessing women's empowerment: Towards a conceptual framework**. Journal of International Development, 17, 2005, p. 243-257.

MOVIMENTO da Mulher Trabalhadora Rural Nordeste. Disponível em <http://www.mmrne.org.br/quem-somos.php>. Acessado em 07 de fev. de 2019.

NÓBREGA, Ligia de Moura P. **CEBS e educação popular**. Petrópolis: Vozes, 1988. 148p

OLIVEIRA, Ildes Ferreira (Org.). **Resistir para sobreviver**. O trabalhador Rural do município de Feira de Santana. Feira de Santana: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 1977.

OLIVEIRA, Lelia Vitor Fernandes de. **Inquilinos da casa da cidadania**. Feira de Santana, Ba: Fundação Cultural Egberto Costa, 2006. 293 p.

OLIVEIRA, Maria Leny Souza. **Feira de Santana no contexto da urbanização brasileira e a questão da moradia na favela**. Feira de Santana, BA: UEFS, 2014. 137p.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho**. Algumas reflexões sobre ética na história oral. *Projeto História* (15), São Paulo, 1997, pp.13-49.

PRONAF Mulher. Banco Nacional de Desenvolvimento e Econômico e Social - BNDES. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>>. Acessado em: 18 de setembro de 2018.

RODRIGUES, Andréa da Rocha. **A infância esquecida salvador 1900- 1940**. 1998. 233 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia.

RUA, João. **Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades** Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n.1, p. 82-106, fev. 2006

_____. **Ressignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica**. *Revista da ANPEGE* (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia), Fortaleza, n. 2, p. 45-66, 2005. Disponível em: <http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/view/81/41>. Acesso em 18 set. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. **As ONGs de mulheres negras no Brasil**. Soc. e Cult., Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275-288, jul. /dez. 2009.

SANTOS, Igor Gomes. **Luta e organização dos trabalhadores no Portal do Sertão da Bahia (1979 - 1990)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

SARDENBERG, C. M. B. **Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista**. In: Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento De Mulheres, 1., 2006, Salvador. Anais eletrônicos. Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul. /dez., 1995. p. 86.

SENNA, Ronaldo de Sales. **Feira de encantados: uma panorâmica da presença afro-brasileira em Feira de Santana: construções simbólicas e ressignificações**. Feira de Santana, BA: UEFS Editora, 2014.

SIQUEIRA, Ana Elizabeth Souza Silveira de. **Empoderamento de mulheres agricultoras: possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no semiárido baiano**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014.

SOIHET, Rachel. **Violência Simbólica**. Saberes Masculinos e Representações Femininas. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 7, jan. 1997. ISSN 0104- 026X. Disponível em: Acesso em: 04 set. 2018.

SOUZA, Diego Almeida de. **Conflitos de fronteira: produção do espaço em Feira de Santana – do rural ao urbano na Mantiba**. Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial, 2016.

TÍTULO de Utilidade Pública Municipal: o que é e como obter. **Blog Paulo Câmara**. Disponível em: <<http://deputadopaulocamara.com.br/titulo-de-utilidade-publica-municipal-o-que-e-e-como-obter/>>. Acessado em 20.08.2019.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. - São Paulo: DIFEL, 1983.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VIANNA, Hildegardes. **Antigamente era assim**. Rio de Janeiro: Record, 1994.

WINNICOTT, D. W. **A preocupação materna primária**. In: Winnicott, D. W. **Da pediatria**

à psicanálise: Obras escolhidas (pp. 218-232). Rio de Janeiro: Editora Imago, 2000.